



INSTITUTO MAURO BORGES
DE ESTATÍSTICAS E ESTUDOS
SOCIOECONÔMICOS



Goiás

no contexto nacional

2017

SEGPLAN

SECRETARIA DE ESTADO DE
GESTÃO E PLANEJAMENTO



GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS

Marconi Ferreira Perillo Júnior

SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO E PLANEJAMENTO

Joaquim Cláudio Figueiredo Mesquita

SUPERINTENDÊNCIA EXECUTIVA DE PLANEJAMENTO

Paula Pinto Silva de Amorim

INSTITUTO MAURO BORGES DE ESTATÍSTICAS E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS

Lillian Maria Silva Prado

IMB - INSTITUTO MAURO BORGES DE ESTATÍSTICAS E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS

Unidade vinculada à Secretaria de Planejamento e Gestão do Estado de Goiás, o IMB é responsável pela elaboração de estudos, pesquisas, análises e estatísticas socioeconômicas, fornecendo subsídios na área econômica e social para a formulação das políticas estaduais de desenvolvimento. O órgão também fornece um acervo de dados estatísticos, geográficos e cartográficos do Estado de Goiás.

Gerência de Estudos Socioeconômicos e Especiais

Rui Rocha Gomes

Gerência de Contas Regionais e Indicadores

Dinamar Maria Ferreira Marques

Gerência de Sistematização e Disseminação de Informações Socioeconômicas

Eduiges Romanatto

Gerência de Pesquisas Sistemáticas e Especiais

Marcelo Eurico de Sousa

Gerência de Cartografia e Geoprocessamento

Carlos Antônio Melo Cristóvão

SEGPLAN

IMB - INSTITUTO MAURO BORGES
DE ESTATÍSTICAS E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS

SEGPLAN

SECRETARIA DE ESTADO DE
GESTÃO E PLANEJAMENTO



Instituto Mauro Borges

Av. República do Líbano nº 1945 - 4º andar
Setor Oeste – Goiânia – Goiás - CEP 74.125-125
Telefone: (62) 3201-6695/8481

Internet: www.imb.go.gov.br, www.segplan.go.gov.br
e-mail: imb@segplan.go.gov.br

[Junho/2018](#)

ESTADO DE GOIÁS
SECRETARIA DE GESTÃO E PLANEJAMENTO
INSTITUTO MAURO BORGES DE ESTATÍSTICAS E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS

ESTADO DE GOIÁS NO CONTEXTO NACIONAL - 2017

JUNHO DE 2018

SEGPLAN
IMB - INSTITUTO MAURO BORGES
DE ESTATÍSTICAS E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS

SEGPLAN
SECRETARIA DE ESTADO DE
GESTÃO E PLANEJAMENTO



Apresentação

É com satisfação que o Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (IMB/Segplan-GO) disponibiliza ao público a nona edição do “Goiás no Contexto Nacional”. Esta edição possibilita o acesso a uma ampla série de informações econômicas e sociais relevantes sobre o estado de Goiás dentro do cenário nacional.

O objetivo principal do trabalho é contribuir, por meio de estatísticas socioeconômicas comparadas de Goiás com as outras unidades da Federação, para o suporte à elaboração de estudos e à formulação do planejamento. Para isso, o trabalho se vale de processo minucioso de compilação de informações provenientes de distintos institutos de pesquisa, ministérios e autarquias. Dentre eles: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Ministério do Trabalho e Emprego, Ministério da Saúde, Banco Central, Ministério da Fazenda, Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio.

As informações apresentadas nesse trabalho referem-se à situação física do estado, demografia, economia, agropecuária, indústria, comércio, balança comercial, finanças públicas, emprego e renda, educação, saúde, habitação e saneamento, entre outras.

A seleção do elenco de indicadores sobre Goiás e os demais estados brasileiros que compõem a publicação foi realizada com base na sua importância relativa, levando-se ainda em consideração a disponibilidade de informações mais recentes.

Certo de estar contribuindo com informações para que os formuladores de políticas públicas tenham instrumentos que balizem e aperfeiçoem as suas ações, o Instituto Mauro Borges da Segplan agradece a todos aqueles que possibilitaram a elaboração deste trabalho.

SUMÁRIO

SUMÁRIO.....	6
Introdução.....	7
1- Situação Física	12
2- Demografia.....	14
3- Agricultura.....	16
4- Pecuária.....	26
5- Indústria	35
6- Comércio	38
7- Energia elétrica.....	43
8- Educação	45
9- Emprego e renda.....	55
10- Saúde.....	65
11- Habitação e saneamento	70
12- Índice de Desenvolvimento Humano – IDH	78
13- Finanças.....	80
14- Produto Interno Bruto.....	87

Introdução

No período de 1930-45, segundo Estevam (2004), a região Centro-Oeste atraiu fluxos expressivos de trabalhadores, sobretudo de Minas Gerais, devido às facilidades de se obter terras. Goiás, cuja população que até então estava com maior representatividade em municípios situados ao longo da ferrovia que liga o Triângulo Mineiro a Anápolis, recebeu grandes fluxos de pessoas na instalação da Colônia Agrícola de Ceres, aumentando a produção de grãos como arroz, milho e feijão.

A construção da nova capital de Goiás (Goiânia), que ocorre entre os anos de 1933-42 reforça o surto migratório para a região central do estado. Goiânia passa então a dividir com o município de Anápolis, que já capitalizava um surto de desenvolvimento, as funções de eixo econômico e polo de atração de pessoas. Esse fenômeno é reforçado ainda mais nos anos 1950, quando a capital recebe a ligação ferroviária (IPEA, 2002).

A integração regional brasileira intensificou-se por volta dos anos 1950, quando investimentos em infraestrutura, principalmente rodoviária, ampliaram os fluxos de comércio. No Centro-Oeste essa integração iniciou-se através da “Marcha para o Oeste”, no governo Vargas, com o intuito de promover a ocupação dos vazios demográficos por meio de absorção dos excedentes populacionais que faziam pressão no Centro-Sul do país, encaminhando-os para áreas que produziam matérias-primas e gêneros alimentícios (ARBEX JR e OLIC, 1996). No estado de Goiás, o aumento do fluxo de comércio teve como um dos embriões a instalação da primeira colônia agrícola, em 1941, na cidade de Ceres (KRENAC et al., 1989).

A construção de Brasília, no governo de Juscelino Kubitschek (1956-61), iniciou uma importante fase para o Centro-Oeste, sobretudo para Goiás. Como ressalta Diniz (2001), a construção de Brasília foi o elemento de maior impacto na integração econômica do território brasileiro. Ela passou a funcionar como o nódulo de integração decorrente da construção dos grandes troncos rodoviários: Brasília-Belém; Brasília-Belo Horizonte; Brasília-São Paulo; Brasília-Cuiabá; Brasília-Barreiras, e suas ramificações. O crescimento de Brasília juntamente com a modernização da agropecuária tiveram efeitos sobre o crescimento urbano e permitiram que o Centro-Oeste se transformasse em uma região dinâmica.

No final da segunda metade da década de 1960 e início da década seguinte, a região Centro-Oeste passa por um novo fluxo migratório de menor intensidade do que o anterior, porém com maior capital humano. Neste período ocorre também a entrada de novos produtos

agrícolas com maior nível tecnológico e, conseqüentemente, maior nível de produtividade, ocupando espaço das culturas tradicionais. A ocupação e a transformação produtiva da região, contou com amplas políticas de desenvolvimento regional, através de investimentos e incentivos públicos que favoreceram, em grande medida, a implantação de uma agropecuária moderna (ARRIEL, 2010).

Com relação às políticas públicas de natureza específica à região, destacam-se: Programas Integrados de Colonização, criado na década de 1970, com objetivo de absorver os excedentes populacionais do Centro-Sul e Nordeste; Programa de Incentivo Fiscal para Amazônia Legal, criado em 1966, visando atrair investimentos para áreas compreendidas nesta localização; Programa de Desenvolvimento dos Cerrados - Polocentro - criado em 1975, que visava à implantação da agropecuária na concepção de polos de desenvolvimento; Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados (Prodecer I), criado em 1976, (IPEA, 2002).

Esse conjunto de políticas proporcionou a modernização das práticas agropecuárias e induziu a integração com a indústria. O interesse do Estado brasileiro em modernizar a agricultura era elevar a oferta de alimentos para o mercado consumidor que crescia a ritmo acelerado.

O Ipea (2002) sintetiza os principais fatos ocorridos no Centro-Oeste até a década de 1980: i) a migração constituiu-se em elemento importante para a ocupação regional, desde as décadas de 50 e 60, atraída pela nova capital federal e pelos projetos de colonização; ii) a infraestrutura implantada nesse período e a expansão populacional estimularam transformações na estrutura produtiva, preparando o Centro-Oeste para a modernização agropecuária dos anos 70 e 80, desdobrada em um importante complexo agroindustrial grãos-carnes.

No início dos anos 1980, o movimento migratório da população ocorre do meio rural para os centros urbanos devido à expansão da pecuária e ao crescimento das atividades agrícolas modernas poupadoras de mão de obra, principalmente da soja. Nesse período, a União pouco contribuiu para a continuidade do avanço da região devido à crise fiscal financeira. Nessa época entram em cena programas estaduais de incentivos fiscais como política agressiva de atração de investimentos, o que favoreceu ainda mais a implantação dos complexos agroindustriais em Goiás.

O processo migratório, o aumento da infraestrutura causada pela construção de Brasília, as políticas públicas federais e os incentivos estaduais favoreceram o estado de Goiás.

Isso contribuiu para que, a partir dos anos 1990, a economia goiana apresentasse desempenho positivo, alcançando resultados econômicos superiores às médias registradas para o conjunto do país.

A partir de então, Goiás passou a experimentar taxas de crescimento econômico acima da média nacional, aumentando sua participação no PIB nacional.

A agricultura é uma atividade importante que contribui para que o estado figure entre os maiores produtores no total de grãos: produtos como soja, sorgo, milho, feijão, cana-de-açúcar e algodão; e a pecuária que se destaca através do rebanho bovino, produção de leite, de suínos e frangos. Estes dois últimos adquiriram destaque após a criação de grande complexo agroindustrial no município de Rio Verde e região em 2001.

Além do crescimento da agropecuária, o estado passa por um processo de mudança estrutural devido ao ganho de participação da indústria. Observa-se um ganho relativo da participação da indústria no PIB, sendo que a indústria de transformação apresentou maior aumento de participação nos últimos anos. Contudo, o setor de serviços ainda é o maior gerador de riquezas e empregos no estado e na grande maioria dos municípios.

A diversificação produtiva, principalmente a partir dos anos 2000, ocorreu através dos investimentos de grandes empresas privadas que migraram para Goiás, incentivadas pelos programas de isenção fiscal do governo estadual. Na indústria de processamento de alimentos, ressalta-se a instalação da Perdigão (hoje BRF) em Rio Verde em 2001. Na indústria automotiva, destacam-se as empresas John Deere, Mitsubishi e a Caoa Hyundai e em outras atividades empresas como a Teuto, Neo Química, Geolab, Nova Farma, Ambev, Jamel, Arroz brejeiro, Granol, JBS, Vigor entre outras.

Outra atividade industrial que foi alvo de grandes investimentos em Goiás é a mineração com empresas como a canadense Yamana Gold em Pilar de Goiás, Alto Horizonte, Crixás e Guarinos e o Grupo Anglo American em Barro Alto, Catalão e Ouvidor. O complexo mineral instalado em Goiás coloca o estado como destaque nacional na produção de vários minérios como vermiculita, amianto e cobre, e segunda posição em ouro, nióbio e fosfato. Alguns desses produtos têm considerável peso na pauta de exportação goiana.

Outra atividade de destaque é a sucroenergética que apresentou um boom na década de 2000 sendo que o estado já figura entre os maiores produtores de açúcar e etanol do país.

Apesar de o setor industrial ter avançado em participação na economia estadual, não houve variação na distribuição dos empregos na economia goiana. Ou seja, desde os anos 1990 não houve alterações significativas da participação dos grandes setores na absorção de

mão de obra. Dos empregos gerados em Goiás nos últimos 20 anos os serviços absorveram 30% dos empregos, em média, o Comércio 22%, a Indústria de Transformação 21%, a Construção Civil 14% e a Agropecuária 10%. Portanto, a participação da indústria na economia cresceu na última década, mas não houve alteração da participação do emprego do setor na economia, um indicativo de que os investimentos feitos foram intensivos em capital.

Também contribui para o bom desempenho recente da economia goiana a consolidação do estado como um polo logístico. Cruzam estrategicamente o município de Anápolis dois eixos rodoviários importantes, a BR-153 e a BR-060. A cidade é parte importante do eixo Goiânia-Anápolis-Brasília e está no marco zero da interligação entre as ferrovias Centro Atlântica e Norte-Sul. A sua infraestrutura de transporte está relacionada com o Distrito Agroindustrial e o Porto Seco (Estação Aduaneira Interior) que formatam um nó estratégico de distribuição de cargas de abrangência nacional e internacional. Além disso, está em fase final as obras do Aeroporto de Cargas de Anápolis.

Quando concluída a ferrovia Norte-Sul, a integração multimodal em Anápolis (Plataforma Logística Multimodal de Goiás) promoverá pela primeira vez no Brasil o conceito de central de inteligência logística com acesso eficiente aos eixos de transporte rodoviário, ferroviário e aeroportuário, ou seja, permitirá a integração com as principais rotas logísticas do país.

Goiás também tem possibilidade de fluxo de comércio pela Hidrovia Tietê-Paraná. Com 2.400 km de extensão, que tem como trecho mais relevante o percurso entre São Simão-GO e Pederneiras (SP), a hidrovia favorece de forma econômica e segura o escoamento de parte da produção goiana de grãos. O complexo de São Simão possui capacidade de armazenagem total, somando todos os terminais, de 2,506 milhões de toneladas/ano. Contudo, no período de estiagem, para garantir a profundidade necessária para comportar o tráfego das embarcações é fundamental a realização de operações de dragagem.

A área social do estado também apresentou avanços nos últimos tempos. A área da educação progrediu consideravelmente, praticamente universalizando a participação das crianças no ensino fundamental. Houve considerável melhoria nas taxas de rendimento escolar e obteve excelentes resultados nas duas últimas divulgações das notas do IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – tanto no ensino fundamental quanto no ensino médio.

A taxa de analfabetismo das pessoas com 15 anos ou mais em Goiás está situada abaixo da média nacional. Contudo, no analfabetismo por faixas etárias observa-se o efeito

estoque, ou seja, analfabetos de mais longa data. Nesse quesito, há necessidade de atenção com os analfabetos em idades mais avançadas.

Quanto ao saneamento básico, na última década, houve aumento considerável no que diz respeito ao abastecimento de água, esgotamento sanitário e de coleta de lixo adequados. Apesar do crescimento na prestação desses serviços, o estado ainda está abaixo de indicadores do Centro-Oeste e do Brasil. Para o esgotamento sanitário urbano, este é muito precário, sendo que em Goiás menos da metade da população possui o benefício, percentual bem abaixo da média brasileira e da região Centro-Oeste. Já no que se refere à coleta de lixo, este serviço tem maior cobertura, sendo praticamente universalizado na área urbana.

Assim, Goiás avançou em muitas questões socioeconômicas, algumas com desempenho melhor que a média nacional, outras não. Esse trabalho possibilita tal verificação por meio das estatísticas oficiais.

1- Situação Física

Tabela 1 - Área, segundo Brasil, Grandes Regiões e unidades da Federação – 2016

Brasil, Grande Região e Unidade da Federação	Área (Km ²)	Part. (%)	Ranking
Brasil	8.515.759,090	100,00	
Norte	3.853.840,882	45,26	1º
Centro oeste	1.606.234,466	18,86	2º
Nordeste	1.554.291,107	18,25	3º
Sudeste	924.608,854	10,86	4º
Sul	576.783,781	6,77	5º
Amazonas	1.559.146,876	18,31	1º
Pará	1.247.955,238	14,65	2º
Mato Grosso	903.202,446	10,61	3º
Minas Gerais	586.520,732	6,89	4º
Bahia	564.732,450	6,63	5º
Mato Grosso do Sul	357.145,531	4,19	6º
Goiás	340.106,492	3,99	7º
Maranhão	331.936,949	3,90	8º
Rio Grande do Sul	281.737,888	3,31	9º
Tocantins	277.720,412	3,26	10º
Piauí	251.611,929	2,95	11º
São Paulo	248.219,627	2,91	12º
Rondônia	237.765,293	2,79	13º
Roraima	224.300,805	2,63	14º
Paraná	199.307,939	2,34	15º
Acre	164.123,737	1,93	16º
Ceará	148.887,633	1,75	17º
Amapá	142.828,521	1,68	18º
Pernambuco	98.076,021	1,15	19º
Santa Catarina	95.737,954	1,12	20º
Paraíba	56.468,435	0,66	21º
Rio Grande do Norte	52.811,107	0,62	22º
Espirito Santo	46.086,907	0,54	23º
Rio de Janeiro	43.781,588	0,51	24º
Alagoas	27.848,140	0,33	25º
Sergipe	21.918,443	0,26	26º
Distrito Federal	5.779,997	0,07	27º

Fonte: IBGE

Elaboração: Instituto Mauro Borges / SEGPLAN-GO

Gerência de Sistematização e Disseminação de Informações Socioeconômicas - 2018

Tabela 2 - Número de municípios, segundo Brasil, Grandes Regiões e unidades da Federação - 2017

Brasil, Grande Região e Unidade da Federação	Municípios	Part.(%)	Ranking
Brasil	5.570	100,00	-
Nordeste	1.794	32,21	1º
Sudeste	1.668	29,95	2º
Sul	1.191	21,38	3º
Centro-Oeste	467	8,38	4º
Norte	450	8,08	5º
Minas Gerais	853	15,31	1º
São Paulo	645	11,58	2º
Rio Grande do Sul	497	8,92	3º
Bahia	417	7,49	4º
Paraná	399	7,16	5º
Santa Catarina	295	5,30	6º
Goiás	246	4,42	7º
Piauí	224	4,02	8º
Paraíba	223	4,00	9º
Maranhão	217	3,90	10º
Pernambuco	185	3,32	11º
Ceará	184	3,30	12º
Rio Grande do Norte	167	3,00	13º
Pará	144	2,59	14º
Mato Grosso	141	2,53	15º
Tocantins	139	2,50	16º
Alagoas	102	1,83	17º
Rio de Janeiro	92	1,65	18º
Espírito Santo	78	1,40	19º
Mato Grosso do Sul	79	1,42	20º
Sergipe	75	1,35	21º
Amazonas	62	1,11	22º
Rondônia	52	0,93	23º
Acre	22	0,39	24º
Amapá	16	0,29	25º
Roraima	15	0,27	26º
Distrito Federal	1	0,02	27º

Fonte: IBGE

Elaboração: Instituto Mauro Borges / SEGPLAN-GO

Gerência de Sistematização e Disseminação de Informações Socioeconômicas - 2018.

2- Demografia

O estado de Goiás é o mais populoso do Centro-Oeste. Conforme a estimativa populacional de 2016 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Goiás tem 6.778 milhões de habitantes e densidade demográfica de 19,9 habitantes/km². Entre 2010 e 2017 houve crescimento absoluto de 12,9%, maior que o nacional (8,8%) e próximo do Centro-Oeste (12,9%).

Um dos principais fatores que explicam o crescimento da população é o crescente número de imigrantes que Goiás vem recebendo, principalmente nas últimas décadas. O Censo Demográfico de 2010 revelou que aproximadamente 28% das pessoas residentes em Goiás são oriundas de outros estados e, em termos relativos, Goiás era o sétimo no ranking dos estados brasileiros por residentes não naturais do próprio estado, e o quarto, em números absolutos.

Em termos de gênero, a população feminina é maioria em Goiás, são 99 homens para cada 100 mulheres, aproximadamente.

Em termos de transformação demográfica, a mais expressiva foi o deslocamento da população da zona rural para os espaços urbanos em que Goiás tem mais de 90% de sua população vivendo em cidades.

Também, a estrutura demográfica do estado de Goiás vem passando por consideráveis transformações nas últimas décadas. Observa-se uma tendência de envelhecimento da população. Isso se deve, principalmente, pelo contínuo declínio dos níveis de fecundidade, melhora nos indicadores de saúde e das condições de vida, o que se reflete numa maior expectativa de vida.

Tabela 1 - População residente, segundo Brasil, Grandes Regiões e unidades da Federação - 2000, 2010 e 2017.

Brasil, Grande Região e Unidade da Federação	2000			2010			2017 (1)		
	Habitantes	Part. (%)	Ranking	Habitantes	Part. (%)	Ranking	Habitantes	Part. (%)	Ranking
Brasil	169.799.170	100,00	-	190.755.799	100,00	-	207.660.929	100,00	
Sudeste	72.412.411	42,65	1º	80.364.410	42,13	1º	86.949.714	41,87	1º
Nordeste	47.741.711	28,12	2º	53.081.950	27,83	2º	57.254.159	27,57	2º
Sul	25.107.616	14,79	3º	27.386.891	14,36	3º	29.644.948	14,28	3º
Norte	12.900.704	7,60	4º	15.864.454	8,32	4º	17.936.201	8,64	4º
Centro-Oeste	11.636.728	6,85	5º	14.058.094	7,37	5º	15.875.907	7,65	5º
São Paulo	37.032.403	21,81	1º	41.262.199	21,63	1º	45.094.866	21,72	1º
Minas Gerais	17.891.494	10,54	2º	19.597.330	10,27	2º	21.119.536	10,17	2º
Rio de Janeiro	14.391.282	8,48	3º	15.989.929	8,38	3º	16.718.956	8,05	3º
Bahia	13.070.250	7,70	4º	14.016.906	7,35	4º	15.344.447	7,39	4º
Rio Grande do Sul	10.187.798	6,00	5º	10.693.929	5,61	5º	11.322.895	5,45	5º
Paraná	9.563.458	5,63	6º	10.444.526	5,48	6º	11.320.892	5,45	6º
Pernambuco	7.918.344	4,66	7º	8.796.448	4,61	7º	9.473.266	4,56	7º
Ceará	7.430.661	4,38	8º	8.452.381	4,43	8º	9.020.460	4,34	8º
Pará	6.192.307	3,65	9º	7.581.051	3,97	9º	8.366.628	4,03	9º
Santa Catarina	5.356.360	3,15	11º	6.248.436	3,28	11º	7.001.161	3,37	10º
Maranhão	5.651.475	3,33	10º	6.574.789	3,45	10º	7.000.229	3,37	11º
Goiás	5.003.228	2,95	12º	6.003.788	3,15	12º	6.778.772	3,26	12º
Amazonas	2.812.557	1,66	17º	3.483.985	1,83	15º	4.063.614	1,96	13º
Paraíba	3.443.825	2,03	13º	3.766.528	1,97	13º	4.025.558	1,94	14º
Espírito Santo	3.097.232	1,82	14º	3.514.952	1,84	14º	4.016.356	1,93	15º
Rio Grande do Norte	2.776.782	1,64	18º	3.168.027	1,66	16º	3.507.003	1,69	16º
Alagoas	2.822.621	1,66	16º	3.120.494	1,64	17º	3.375.823	1,63	17º
Mato Grosso	2.504.353	1,47	19º	3.035.122	1,59	19º	3.344.544	1,61	18º
Piauí	2.843.278	1,67	15º	3.118.360	1,63	18º	3.219.257	1,55	19º
Distrito Federal	2.051.146	1,21	21º	2.570.160	1,35	20º	3.039.444	1,46	20º
Mato Grosso do Sul	2.078.001	1,22	20º	2.449.024	1,28	21º	2.713.147	1,31	21º
Sergipe	1.784.475	1,05	22º	2.068.017	1,08	22º	2.288.116	1,10	22º
Rondônia	1.379.787	0,81	23º	1.562.409	0,82	23º	1.805.788	0,87	23º
Tocantins	1.157.098	0,68	24º	1.383.445	0,73	24º	1.550.194	0,75	24º
Acre	557.526	0,33	25º	733.559	0,38	25º	829.619	0,40	25º
Amapá	477.032	0,28	26º	669.526	0,35	26º	797.722	0,38	26º
Roraima	324.397	0,19	27º	450.479	0,24	27º	522.636	0,25	27º

Fonte: IBGE

Elaboração: Instituto Mauro Borges / SEGPLAN-GO

Gerência de Sistematização e Disseminação de Informações Socioeconômicas - 2017.

(1) Data de referência 1º de Julho de 2016

3- Agricultura

A agropecuária é uma importante atividade para Goiás e o coloca entre os maiores estados produtores do país. O destaque é a produção de grãos sendo que as principais culturas goianas são: soja, milho e cana-de-açúcar.

Dessas culturas, a importância econômica da soja no âmbito estadual é a mais expressiva. Os produtos do complexo soja (grão, farelo e óleo) se destacam nas exportações estaduais. Também, a dinâmica da soja contribui para a agregação de tecnologia em culturas que são plantadas como segunda safra, como sorgo e milho (safrinha).

Goiás também possui grande produção de milho e sorgo, sendo que neste último, o estado se consolidou em primeiro lugar do ranking nacional desde os anos 2000.

Esses grãos (soja, milho e sorgo) são importantes matérias-primas para a fabricação de ração animal, fato que impulsiona a criação de animais confinados no estado.

Outra cultura de grande relevância no estado é a cana-de-açúcar, que tem se expandido rapidamente. Goiás está entre os estados brasileiros com maior produção. A elevada expansão da produção de cana-de-açúcar está relacionada à demanda cada vez maior do setor sucroenergético por matéria-prima para suprir o crescente mercado de biocombustíveis.

A agricultura goiana tem como característica a produção de *commodities*. Alimentos como arroz e feijão possuem pequena expressão diante da produção total do estado, mas não deixam de ter sua importância.

O caso da produção de arroz em Goiás é emblemático, depois de ser um dos maiores produtores nacionais em décadas passadas hoje é apenas o 8º do ranking nacional. A concorrência com a alta produtividade dos estados do Sul e até de países do MERCOSUL, bem como com culturas como soja e milho, são fatores que explicam a diminuição ano após ano da sua produção.

A produção de feijão apresentou crescimento desde os anos 2000, consolidando Goiás como um dos maiores em produção entre os estados. Uma característica importante do feijão goiano é sua alta produção na 3ª safra do produto que é realizada no período de estiagem sendo necessária irrigação, o que proporciona altos índices de produtividade. Isso auxilia no suprimento de feijão ao longo do ano e reduz, em certa medida, as oscilações de preços.

No processo de deslocamento da fronteira agrícola o algodão perdeu importância em Goiás e aumentou, consideravelmente, por exemplo, na Bahia. Ainda assim está entre os principais estados produtores.

Goiás se insere no contexto nacional com uma agricultura de grande escala e intensiva em tecnologia. As principais *commodities* produzidas no Estado (soja, milho e cana-de-açúcar) são também as principais no âmbito nacional, tanto pelo seu alto encadeamento com a agroindústria como pela geração de divisas.

Tabela 1 - Produção de algodão herbáceo: Brasil, Grandes Regiões e unidades da Federação - 2000 e 2017

Brasil, Grande Região e Unidade da Federação	2000			2017 (1)			Variação (%) 2017/2000
	Algodão (t)	Part (%)	Ranking	Algodão (t)	Part (%)	Ranking	
Brasil	2.007.102	100,00	-	3.838.785	100,00		91,26
Centro-Oeste	1.387.968	69,15	1º	2.811.082	73,23	1º	102,53
Nordeste	244.201	12,17	3º	940.946	24,51	2º	285,32
Sudeste	247.973	12,35	2º	73.022	1,90	3º	-70,55
Norte	1.516	0,08	5º	13.735	0,36	4º	806,00
Sul	125.444	6,25	4º	-	-	-	-
Mato Grosso	1.002.836	49,96	1º	2.578.596	67,17	1º	157,13
Bahia	132.675	6,61	4º	833.490	21,71	2º	528,22
Mato Grosso do Sul	127.839	6,37	5º	131.210	3,42	3º	2,64
Goiás	254.476	12,68	2º	101.276	2,64	4º	-60,20
Maranhão	699	0,03	16º	85.365	2,22	5º	12.112,45
Minas Gerais	99.743	4,97	7º	59.887	1,56	6º	-39,96
Piauí	4.753	0,24	12º	20.034	0,52	7º	321,50
São Paulo	148.230	7,39	3º	13.135	0,34	8º	-91,14
Tocantins	-	-	-	12.520	0,33	9º	-
Roraima	-	-	-	1.215	0,03	10º	-
Rio Grande do Norte	14.318	0,71	10º	1.126	0,03	11º	-92,14
Ceará	65.991	3,29	8º	485	0,01	12º	-99,27
Paraíba	17.073	0,85	9º	347	0,01	13º	-97,97
Pernambuco	6.669	0,33	11º	70	0,00	14º	-98,95
Alagoas	2.023	0,10	14º	29	0,00	15º	-98,57
Paraná	125.444	6,25	6º	-	-	-	-
Distrito Federal	2.817	0,14	13º	-	-	-	-
Acre	1.448	0,07	15º	-	-	-	-
Amapá	33	0,00	17º	-	-	-	-
Amazonas	23	0,00	18º	-	-	-	-
Espírito Santo	12	0,00	19º	-	-	-	-
Pará	-	-	-	-	-	-	-
Rio de Janeiro	-	-	-	-	-	-	-
Rio Grande do Sul	-	-	-	-	-	-	-
Rondônia	-	-	-	-	-	-	-
Santa Catarina	-	-	-	-	-	-	-
Sergipe	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: IBGE

Elaboração: Instituto Mauro Borges / SEGPLAN-GO

Gerência de Sistematização e Disseminação de Informações Socioeconômicas - 2018.

(1) Dados preliminares

Tabela 2 - Produção de arroz: Brasil, Grandes Regiões e unidades da Federação - 2000 e 2017.

Brasil, Grande Região e Unidade da Federação	2000			2017 (1)			Variação (%) 2017/2000
	Arroz (t)	Part (%)	Ranking	Arroz (t)	Part (%)	Ranking	
Brasil	11.134.588	100,00	-	12.452.662	100,00		11,84
Sul	5.959.573	53,52	1º	10.031.458	80,56	1º	68,33
Norte	1.070.821	9,62	4º	1.040.175	8,35	2º	-2,86
Centro-Oeste	2.374.964	21,33	2º	872.248	7,00	3º	-63,27
Nordeste	1.320.856	11,86	3º	453.037	3,64	4º	-65,70
Sudeste	408.374	3,67	5º	55.744	0,45	5º	-86,35
Rio Grande do Sul	4.981.014	44,73	1º	8.732.042	70,12	1º	75,31
Santa Catarina	799.031	7,18	3º	1.134.069	9,11	2º	41,93
Tocantins	391.827	3,52	6º	677.372	5,44	3º	72,88
Mato Grosso	1.851.517	16,63	2º	647.799	5,20	4º	-65,01
Maranhão	727.442	6,53	4º	246.491	1,98	5º	-66,12
Pará	403.815	3,63	5º	187.539	1,51	6º	-53,56
Paraná	179.528	1,61	11º	165.347	1,33	7º	-7,90
Goiás	294.629	2,65	7º	125.457	1,01	8º	-57,42
Rondônia	154.007	1,38	12º	107.734	0,87	9º	-30,05
Piauí	246.981	2,22	9º	106.093	0,85	10º	-57,04
Mato Grosso do Sul	226.649	2,04	10º	98.992	0,79	11º	-56,32
Roraima	50.850	0,46	16º	54.755	0,44	12º	7,68
Sergipe	32.819	0,29	20º	45.186	0,36	13º	37,68
São Paulo	113.600	1,02	14º	38.465	0,31	14º	-66,14
Ceará	148.363	1,33	13º	19.762	0,16	15º	-86,68
Alagoas	40.687	0,37	17º	19.647	0,16	16º	-51,71
Minas Gerais	262.664	2,36	8º	15.301	0,12	17º	-94,17
Bahia	93.123	0,84	15º	8.016	0,06	18º	-91,39
Acre	35.537	0,32	18º	6.889	0,06	19º	-80,61
Amazonas	33.825	0,30	19º	4.516	0,04	20º	-86,65
Pernambuco	16.651	0,15	22º	3.686	0,03	21º	-77,86
Rio Grande do Norte	1.634	0,01	26º	3.415	0,03	22º	109,00
Rio de Janeiro	14.856	0,13	23º	1.749	0,01	23º	-88,23
Amapá	960	0,01	27º	1.370	0,01	24º	42,71
Paraíba	13.156	0,12	24º	741	0,01	25º	-94,37
Espírito Santo	17.254	0,15	21º	229	0,00	26º	-98,67
Distrito Federal	2.169	0,02	25º	-	-	-	-

Fonte: IBGE

Elaboração: Instituto Mauro Borges / SEGPLAN-GO

Gerência de Sistematização e Disseminação de Informações Socioeconômicas - 2018.

(1) Dados preliminares

Tabela 3 - Produção de cana-de-açúcar: Brasil, Grandes Regiões e unidades da Federação - 2000 e 2017.

Brasil, Grande Região e Unidade da Federação	2000			2017 (1)			Variação (%) 2017/2000
	Cana-de-açúcar (t)	Part (%)	Ranking	Cana-de-açúcar (t)	Part (%)	Ranking	
Brasil	326.121.011	100,00	-	687.809.933	100,00		110,91
Sudeste	217.208.153	66,60	1º	445.466.774	64,77	1º	105,09
Centro-Oeste	24.481.317	7,51	4º	142.927.497	20,78	2º	483,82
Nordeste	58.856.060	18,05	2º	48.367.207	7,03	3º	-17,82
Sul	24.659.973	7,56	3º	46.605.397	6,78	4º	88,99
Norte	915.508	0,28	5º	4.443.058	0,65	5º	385,31
São Paulo	189.040.000	57,97	1º	370.000.000	53,79	1º	95,73
Goiás	10.162.959	3,12	6º	72.954.018	10,61	2º	617,84
Minas Gerais	18.706.313	5,74	4º	70.965.123	10,32	3º	279,36
Mato Grosso do Sul	5.837.456	1,79	9º	50.718.650	7,37	4º	768,85
Paraná	23.191.970	7,11	3º	45.499.640	6,62	5º	96,19
Mato Grosso	8.470.098	2,60	7º	19.223.704	2,79	6º	126,96
Pernambuco	15.166.588	4,65	5º	15.063.542	2,19	7º	-0,68
Alagoas	27.798.034	8,52	2º	14.968.691	2,18	8º	-46,15
Paraíba	3.986.815	1,22	11º	5.197.152	0,76	9º	30,36
Rio Grande do Norte	2.376.272	0,73	12º	3.723.101	0,54	10º	56,68
Bahia	4.878.527	1,50	10º	3.231.000	0,47	11º	-33,77
Tocantins	149.523	0,05	22º	2.970.793	0,43	12º	1.886,85
Maranhão	1.109.805	0,34	16º	2.482.877	0,36	13º	123,72
Rio de Janeiro	7.085.879	2,17	8º	2.327.056	0,34	14º	-67,16
Sergipe	1.352.624	0,41	15º	2.182.324	0,32	15º	61,34
Espírito Santo	2.375.961	0,73	13º	2.174.595	0,32	16º	-8,48
Pará	520.082	0,16	18º	859.683	0,12	17º	65,30
Piauí	395.593	0,12	20º	829.102	0,12	18º	109,58
Rio Grande do Sul	958.540	0,29	17º	730.192	0,11	19º	-23,82
Ceará	1.791.802	0,55	14º	689.418	0,10	20º	-61,52
Santa Catarina	509.463	0,16	19º	375.565	0,05	21º	-26,28
Rondônia	18.893	0,01	23º	327.824	0,05	22º	1.635,16
Amazonas	217.847	0,07	21º	254.352	0,04	23º	16,76
Distrito Federal	10.804	0,00	24º	31.125	0,00	24º	188,09
Acre	6.907	0,00	25º	21.950	0,00	25º	217,79
Amapá	1.455	0,00	26º	4.480	0,00	26º	207,90
Roraima	801	0,00	27º	3.976	0,00	27º	396,38

Fonte: IBGE

Elaboração: Instituto Mauro Borges / SEGPLAN-GO

Gerência de Sistematização e Disseminação de Informações Socioeconômicas - 2018.

(1) Dados preliminares

Tabela 4 - Produção de feijão: Brasil, Grandes Regiões e unidades da Federação - 2000 e 2017.

Brasil, Grande Região e Unidade da Federação	2000			2017 (1)			Variação (%) 2017/2000
	Feijão (t)	Part (%)	Ranking	Feijão (t)	Part (%)	Ranking	
Brasil	3.056.289	100,00	-	3.291.312	100,00		7,69
Sul	868.591	28,42	2º	949.831	28,86	1º	9,35
Sudeste	677.853	22,18	3º	842.491	25,60	2º	24,29
Centro-Oeste	267.136	8,74	4º	801.198	24,34	3º	199,92
Nordeste	1.132.213	37,05	1º	630.282	19,15	4º	-44,33
Norte	110.496	3,62	5º	67.510	2,05	5º	-38,90
Paraná	494.713	16,19	2º	714.729	21,72	1º	44,47
Minas Gerais	407.097	13,32	3º	554.019	16,83	2º	36,09
Goiás	200.415	6,56	6º	372.610	11,32	3º	85,92
Mato Grosso	24.663	0,81	20º	352.413	10,71	4º	1.328,91
São Paulo	238.424	7,80	4º	275.000	8,36	5º	15,34
Bahia	540.125	17,67	1º	268.292	8,15	6º	-50,33
Santa Catarina	227.923	7,46	5º	136.281	4,14	7º	-40,21
Ceará	196.696	6,44	7º	133.225	4,05	8º	-32,27
Rio Grande do Sul	145.955	4,78	8º	98.821	3,00	9º	-32,29
Piauí	61.855	2,02	11º	68.653	2,09	10º	10,99
Pernambuco	103.841	3,40	9º	59.463	1,81	11º	-42,74
Distrito Federal	32.039	1,05	16º	44.625	1,36	12º	39,28
Maranhão	31.481	1,03	17º	44.115	1,34	13º	40,13
Mato Grosso do Sul	10.019	0,33	21º	31.550	0,96	14º	214,90
Pará	46.959	1,54	13º	27.577	0,84	15º	-41,27
Paraíba	91.664	3,00	10º	21.235	0,65	16º	-76,83
Rondônia	49.751	1,63	12º	16.597	0,50	17º	-66,64
Sergipe	28.089	0,92	18º	13.773	0,42	18º	-50,97
Alagoas	35.560	1,16	15º	12.405	0,38	19º	-65,12
Espírito Santo	26.657	0,87	19º	11.674	0,35	20º	-56,21
Rio Grande do Norte	42.902	1,40	14º	9.121	0,28	21º	-78,74
Amazonas	4.416	0,14	24º	8.828	0,27	22º	99,91
Tocantins	1.734	0,06	25º	6.918	0,21	23º	298,96
Acre	7.366	0,24	22º	4.244	0,13	24º	-42,38
Roraima	150	0,00	26º	2.072	0,06	25º	1.281,33
Rio de Janeiro	5.675	0,19	23º	1.798	0,05	26º	-68,32
Amapá	120	0,00	27º	1.274	0,04	27º	961,67

Fonte: IBGE

Elaboração: Instituto Mauro Borges / SEGPLAN-GO

Gerência de Sistematização e Disseminação de Informações Socioeconômicas - 2018.

(1) Dados preliminares

Tabela 5 - Produção de milho: Brasil, Grandes Regiões e unidades da Federação - 2000 e 2017.

Brasil, Grande Região e Unidade da Federação	2000			2017 (1)			Variação (%) 2017/2000
	Milho (t)	Part (%)	Ranking	Milho (t)	Part (%)	Ranking	
Brasil	32.321.000	100,00	-	99.546.028	100,00		207,99
Centro-Oeste	6.297.443	19,48	3º	50.119.284	50,35	1º	695,87
Sul	14.693.510	45,46	1º	27.483.328	27,61	2º	87,04
Sudeste	7.436.683	23,01	2º	12.888.661	12,95	3º	73,31
Nordeste	2.948.801	9,12	4º	6.432.124	6,46	4º	118,13
Norte	944.563	2,92	5º	2.622.631	2,63	5º	177,66
Mato Grosso	1.429.672	4,42	7º	29.944.786	30,08	1º	1.994,52
Paraná	7.354.043	22,75	1º	18.312.242	18,40	2º	149,01
Goiás	3.659.475	11,32	4º	9.894.061	9,94	3º	170,37
Mato Grosso do Sul	1.069.571	3,31	9º	9.819.697	9,86	4º	818,10
Minas Gerais	4.232.225	13,09	2º	7.524.004	7,56	5º	77,78
Rio Grande do Sul	3.936.202	12,18	3º	6.062.550	6,09	6º	54,02
São Paulo	3.060.090	9,47	6º	5.318.700	5,34	7º	73,81
Santa Catarina	3.403.265	10,53	5º	3.108.536	3,12	8º	-8,66
Bahia	1.321.569	4,09	8º	2.034.080	2,04	9º	53,91
Maranhão	322.264	1,00	12º	1.632.210	1,64	10º	406,48
Piauí	229.328	0,71	13º	1.439.469	1,45	11º	527,69
Rondônia	204.146	0,63	14º	934.236	0,94	12º	357,63
Pará	532.331	1,65	11º	850.781	0,85	13º	59,82
Sergipe	86.931	0,27	20º	793.466	0,80	14º	812,75
Tocantins	121.387	0,38	18º	718.660	0,72	15º	492,04
Distrito Federal	138.725	0,43	16º	460.740	0,46	16º	232,12
Ceará	623.630	1,93	10º	373.324	0,38	17º	-40,14
Acre	48.379	0,15	22º	87.991	0,09	18º	81,88
Alagoas	42.544	0,13	23º	71.577	0,07	19º	68,24
Pernambuco	139.729	0,43	15º	55.443	0,06	20º	-60,32
Espírito Santo	112.342	0,35	19º	37.195	0,04	21º	-66,89
Paraíba	125.242	0,39	17º	27.546	0,03	22º	-78,01
Roraima	19.500	0,06	25º	16.353	0,02	23º	-16,14
Amazonas	17.966	0,06	26º	13.046	0,01	24º	-27,39
Rio de Janeiro	32.026	0,10	24º	8.762	0,01	25º	-72,64
Rio Grande do Norte	57.564	0,18	21º	5.009	0,01	26º	-91,30
Amapá	854	0,00	27º	1.564	0,00	27º	83,14

Fonte: IBGE

Elaboração: Instituto Mauro Borges / SEGPLAN-GO

Gerência de Sistematização e Disseminação de Informações Socioeconômicas - 2018.

(1) Dados preliminares

Tabela 6 - Produção de soja: Brasil, Grandes Regiões e unidades da Federação - 2000 e 2017.

Brasil, Grande Região e Unidade da Federação	2000			2017 (1)			Variação (%) 2017/2000
	Soja (t)	Part (%)	Ranking	Soja (t)	Part (%)	Ranking	
Brasil	32.820.826	100,00	-	114.982.993	100,00		250,34
Centro-Oeste	15.446.445	47,06	1º	51.156.573	44,49	1º	231,19
Sul	12.496.969	38,08	2º	40.991.792	35,65	2º	228,01
Nordeste	2.063.859	6,29	4º	9.491.271	8,25	3º	359,88
Sudeste	2.628.939	8,01	3º	8.220.909	7,15	4º	212,71
Norte	184.614	0,56	5º	5.122.448	4,45	5º	2.674,68
Mato Grosso	8.774.470	26,73	1º	30.479.870	26,51	1º	247,37
Paraná	7.188.386	21,90	2º	19.817.679	17,24	2º	175,69
Rio Grande do Sul	4.783.895	14,58	3º	18.744.181	16,30	3º	291,82
Goiás	4.092.934	12,47	4º	11.363.573	9,88	4º	177,64
Mato Grosso do Sul	2.486.120	7,57	5º	9.071.630	7,89	5º	264,89
Bahia	1.508.115	4,59	6º	5.136.000	4,47	6º	240,56
Minas Gerais	1.438.829	4,38	7º	5.047.709	4,39	7º	250,82
São Paulo	1.190.110	3,63	8º	3.173.200	2,76	8º	166,63
Tocantins	144.362	0,44	11º	2.471.000	2,15	9º	1.611,67
Santa Catarina	524.688	1,60	9º	2.429.932	2,11	10º	363,12
Maranhão	454.781	1,39	10º	2.334.526	2,03	11º	413,33
Piauí	100.963	0,31	12º	2.020.195	1,76	12º	1.900,93
Pará	2.602	0,01	15º	1.635.029	1,42	13º	62.737,39
Rondônia	36.222	0,11	14º	908.702	0,79	14º	2.408,70
Distrito Federal	92.921	0,28	13º	241.500	0,21	15º	159,90
Amapá	-	-	-	54.400	0,05	16º	-
Roraima	-	-	18º	53.056	0,05	17º	-
Alagoas	-	-	-	550	0,00	18º	-
Acre	-	-	-	261	0,00	19º	-
Amazonas	1.428	0,00	16º	-	-	-	-
Ceará	-	-	-	-	-	-	-
Espírito Santo	-	-	-	-	-	-	-
Paraíba	-	-	-	-	-	-	-
Pernambuco	-	-	-	-	-	-	-
Rio de Janeiro	-	-	-	-	-	-	-
Rio Grande do Norte	-	-	-	-	-	-	-
Sergipe	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: IBGE

Elaboração: Instituto Mauro Borges / SEGPLAN-GO

Gerência de Sistematização e Disseminação de Informações Socioeconômicas - 2017.

(1) Dados preliminares

Tabela 7 - Produção de sorgo: Brasil, Grandes Regiões e unidades da Federação- 2000 e 2016.

Brasil, Grande Região e Unidade da Federação	2000			2016 (1)			Variação (%) 2016/2000
	Sorgo (t)	Part (%)	Ranking	Sorgo (t)	Part (%)	Ranking	
Brasil	792.759	100,00	-	2.147.706	100,00		170,92
Centro-Oeste	534.739	67,45	1º	1.043.917	48,61	1º	95,22
Sudeste	128.088	16,16	2º	786.224	36,61	2º	513,82
Nordeste	49.423	6,23	4º	263.268	12,26	3º	432,68
Norte	808	0,10	5º	42.425	1,98	4º	5.150,62
Sul	79.701	10,05	3º	11.872	0,55	5º	-85,10
Goiás	287.502	36,27	1º	777.451	36,20	1º	170,42
Minas Gerais	60.228	7,60	6º	720.495	33,55	2º	1.096,28
Mato Grosso	157.620	19,88	2º	205.931	9,59	3º	30,65
Maranhão	-	-	-	117.741	5,48	4º	-
Bahia	43.295	5,46	7º	105.988	4,93	5º	144,80
São Paulo	67.860	8,56	5º	65.729	3,06	6º	-3,14
Piauí	-	-	-	38.511	1,79	7º	-
Mato Grosso do Sul	83.527	10,54	3º	38.035	1,77	8º	-54,46
Tocantins	808	0,10	11º	26.086	1,21	9º	3.128,47
Distrito Federal	6.090	0,77	9º	22.500	1,05	10º	269,46
Pará	-	-	-	16.339	0,76	11º	-
Rio Grande do Sul	71.432	9,01	4º	11.872	0,55	12º	-83,38
Rio Grande do Norte	42	0,01	13º	1.002	0,05	13º	2.285,71
Pernambuco	117	0,01	12º	26	0,00	14º	-77,78
Paraná	8.269	1,04	8º	-	-	-	-
Ceará	5.969	0,75	10º	-	-	-	-
Espírito Santo	-	-	-	-	-	-	-
Acre	-	-	-	-	-	-	-
Alagoas	-	-	-	-	-	-	-
Amapá	-	-	-	-	-	-	-
Amazonas	-	-	-	-	-	-	-
Paraíba	-	-	-	-	-	-	-
Rio de Janeiro	-	-	-	-	-	-	-
Rondônia	-	-	-	-	-	-	-
Roraima	-	-	-	-	-	-	-
Santa Catarina	-	-	-	-	-	-	-
Sergipe	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: IBGE

Elaboração: Instituto Mauro Borges / SEGPLAN-GO

Gerência de Sistematização e Disseminação de Informações Socioeconômicas - 2018.

(1) Dados preliminares

Tabela 8 - Produção de trigo: Brasil, Grandes Regiões e unidades da Federação - 2000 e 2017.

Brasil, Grande Região e Unidade da Federação	2000	Part (%)	Ranking	2017 (1)	Part (%)	Ranking	Variação (%) 2017/2000
Brasil	1.725.792	100,00	-	4.241.602	100,00		145,78
Sul	1.638.943	94,97	1º	3.628.657	85,55	1º	121,40
Sudeste	39.410	2,28	3º	502.555	11,85	2º	1.175,20
Centro-Oeste	47.439	2,75	2º	107.390	2,53	3º	126,37
Nordeste	-	-	-	3.000	0,07	4º	-
Norte	-	-	-	-	-	-	-
Paraná	700.118	40,57	2º	2.212.488	52,16	1º	216,02
Rio Grande do Sul	884.507	51,25	1º	1.226.474	28,92	2º	38,66
São Paulo	16.525	0,96	6º	281.305	6,63	3º	1.602,30
Minas Gerais	22.885	1,33	5º	221.250	5,22	4º	866,79
Santa Catarina	54.318	3,15	3º	189.695	4,47	5º	249,23
Goias	8.509	0,49	7º	55.095	1,30	6º	547,49
Mato Grosso do Sul	34.712	2,01	4º	46.589	1,10	7º	34,22
Distrito Federal	2.418	0,14	8º	5.706	0,13	8º	135,98
Bahia	-	-	-	3.000	0,07	9º	-
Mato Grosso	1.800	0,10	9º	-	-	-	-
Acre	-	-	-	-	-	-	-
Alagoas	-	-	-	-	-	-	-
Amapá	-	-	-	-	-	-	-
Amazonas	-	-	-	-	-	-	-
Ceará	-	-	-	-	-	-	-
Espírito Santo	-	-	-	-	-	-	-
Maranhão	-	-	-	-	-	-	-
Pará	-	-	-	-	-	-	-
Paraíba	-	-	-	-	-	-	-
Pernambuco	-	-	-	-	-	-	-
Piauí	-	-	-	-	-	-	-
Rio de Janeiro	-	-	-	-	-	-	-
Rio Grande do Norte	-	-	-	-	-	-	-
Rondônia	-	-	-	-	-	-	-
Roraima	-	-	-	-	-	-	-
Sergipe	-	-	-	-	-	-	-
Tocantins	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: IBGE

Elaboração: Instituto Mauro Borges / SEGPLAN-GO

Gerência de Sistematização e Disseminação de Informações Socioeconômicas - 2018.

(1) Dados preliminares

Tabela 9 - Produção de grãos: Brasil, Grandes Regiões e unidades da Federação - 2000 e 2017.

Brasil, Grande Região e Unidade da Federação	2000			2017 (1)			Variação (%) 2017/2000
	Produção grãos (t)	Part (%)	Ranking	Produção grãos (t)	Part (%)	Ranking	
Brasil	87.687.147	100,00	-	243.381.367	100,00		177,56
Centro-Oeste	25.862.591	29,49	2º	105.953.802	43,53	1º	309,68
Sul	36.593.844	41,73	1º	84.053.954	34,54	2º	129,69
Sudeste	14.777.742	16,85	3º	26.263.205	10,79	3º	77,72
Nordeste	7.896.181	9,00	4º	18.052.598	7,42	4º	128,62
Norte	2.556.790	2,92	5º	9.057.807	3,72	5º	254,26
Mato Grosso	12.885.466	14,69	3º	63.266.157	25,99	1º	390,99
Paraná	16.463.128	18,77	1º	41.626.300	17,10	2º	152,85
Rio Grande do Sul	15.104.869	17,23	2º	35.410.475	14,55	3º	134,43
Goiás	8.704.841	9,93	4º	22.688.968	9,32	4º	160,65
Mato Grosso do Sul	3.995.291	4,56	8º	19.221.341	7,90	5º	381,10
Minas Gerais	8.150.781	9,30	5º	15.657.907	6,43	6º	92,10
São Paulo	5.376.470	6,13	6º	9.964.691	4,09	7º	85,34
Bahia	3.804.684	4,34	9º	8.260.417	3,39	8º	117,11
Santa Catarina	5.025.847	5,73	7º	7.017.179	2,88	9º	39,62
Maranhão	1.536.394	1,75	10º	4.427.217	1,82	10º	188,16
Tocantins	660.120	0,75	14º	3.907.769	1,61	11º	491,98
Piauí	642.543	0,73	16º	3.685.171	1,51	12º	473,53
Pará	1.021.208	1,16	13º	2.717.730	1,12	13º	166,13
Rondônia	652.339	0,74	15º	2.113.768	0,87	14º	224,03
Sergipe	149.205	0,17	20º	854.519	0,35	15º	472,71
Distrito Federal	276.993	0,32	17º	777.336	0,32	16º	180,63
Espírito Santo	1.182.859	1,35	11º	607.097	0,25	17º	-48,68
Ceará	1.023.170	1,17	12º	528.759	0,22	18º	-48,32
Roraima	70.500	0,08	24º	126.977	0,05	19º	80,11
Pernambuco	268.210	0,31	18º	119.562	0,05	20º	-55,42
Alagoas	120.066	0,14	21º	107.418	0,04	21º	-10,53
Acre	92.736	0,11	23º	102.051	0,04	22º	10,04
Amapá	1.934	0,00	27º	58.608	0,02	23º	2.930,40
Paraíba	241.033	0,27	19º	50.303	0,02	24º	-79,13
Rio de Janeiro	67.631	0,08	25º	33.510	0,01	25º	-50,45
Amazonas	57.952	0,07	26º	30.904	0,01	26º	-46,67
Rio Grande do Norte	110.876	0,13	22º	19.234	0,01	27º	-82,65

Fonte: IBGE

Elaboração: Instituto Mauro Borges / SEGPLAN-GO

Gerência de Sistematização e Disseminação de Informações Socioeconômicas - 2018.

(1) Dados preliminares

4- Pecuária

A Pecuária goiana também é importante atividade econômica. A abundância de grãos em Goiás favorece o desenvolvimento da criação intensiva de animais. Esse processo ocorre, em grande parte, por meio da parceria entre produtores agrícolas e a agroindústria (sistema integrado de produção), com o intuito de aumentar a competitividade via redução de custos de transação, produção e logística. Em Goiás, essa parceria tem contribuído para aumentos expressivos no número de abate de animais, principalmente aves e suínos.

Com a instalação de importantes agroindústrias processadoras de carnes, o estado passou a figurar entre os maiores do Brasil em produção.

O efetivo de bovino no estado se alterna na 3ª e 4ª posição nacional. O abate desses animais também figura nessas colocações no ranking nacional. Vale ressaltar que Goiás se destaca na criação de bovinos de corte em confinamento, que é intensiva em tecnologia. Isso é relevante para o mercado de boi gordo, pois coloca o estado como importante praça de comercialização no período da seca, quando a oferta de boi gordo convencional é reduzida.

A produção de leite em Goiás é responsável por cerca de 9% da produção nacional e ocupa a 5ª colocação no ranking nacional, mas vem perdendo espaço nessa atividade.

Como na agricultura, nota-se relevantes números no contexto nacional da pecuária goiana de forma competitiva e intensiva em tecnologia. Vale ressaltar que, após o complexo soja, o complexo carne é o mais relevante nas exportações goianas.

Tabela 1 - Efetivo do rebanho bovino: Brasil, Grande Regiões e Unidades da Federação - 2000 e 2016.

Brasil, Grande Região e Unidade da Federação	2000			2016			Variação (%) 2016 / 2000
	Bovino (cab)	Part (%)	Ranking	Bovino (cab)	Part (%)	Ranking	
Brasil	169.875.524	100,00	-	218.225.177	100,00		28,46
Centro-Oeste	59.641.301	35,11	1º	75.072.762	34,40	1º	25,87
Norte	24.517.612	14,43	4º	47.983.190	21,99	2º	95,71
Sudeste	36.851.997	21,69	2º	39.123.700	17,93	3º	6,16
Nordeste	22.566.644	13,28	5º	28.467.739	13,05	4º	26,15
Sul	26.297.970	15,48	3º	27.577.786	12,64	5º	4,87
Mato Grosso	18.924.532	11,14	3º	30.296.096	13,88	1º	60,09
Minas Gerais	19.975.271	11,76	2º	23.637.803	10,83	2º	18,34
Goiás	18.399.222	10,83	4º	22.879.411	10,48	3º	24,35
Mato Grosso do Sul	22.205.408	13,07	1º	21.800.990	9,99	4º	-1,82
Pará	10.271.409	6,05	7º	20.476.783	9,38	5º	99,36
Rondônia	5.664.320	3,33	11º	13.682.200	6,27	6º	141,55
Rio Grande do Sul	13.601.000	8,01	5º	13.590.282	6,23	7º	-0,08
São Paulo	13.091.946	7,71	6º	11.031.408	5,06	8º	-15,74
Bahia	9.556.752	5,63	9º	10.363.291	4,75	9º	8,44
Paraná	9.645.866	5,68	8º	9.487.999	4,35	10º	-1,64
Tocantins	6.142.096	3,62	10º	8.652.161	3,96	11º	40,87
Maranhão	4.093.563	2,41	12º	7.653.870	3,51	12º	86,97
Santa Catarina	3.051.104	1,80	13º	4.499.505	2,06	13º	47,47
Acre	1.033.311	0,61	19º	2.998.969	1,37	14º	190,23
Ceará	2.205.954	1,30	14º	2.426.408	1,11	15º	9,99
Rio de Janeiro	1.959.497	1,15	15º	2.409.718	1,10	16º	22,98
Espírito Santo	1.825.283	1,07	16º	2.044.771	0,94	17º	12,02
Pernambuco	1.515.712	0,89	18º	1.895.185	0,87	18º	25,04
Piauí	1.779.456	1,05	17º	1.639.856	0,75	19º	-7,85
Amazonas	843.254	0,50	22º	1.315.821	0,60	20º	56,04
Alagoas	778.750	0,46	24º	1.264.053	0,58	21º	62,32
Sergipe	879.730	0,52	21º	1.196.248	0,55	22º	35,98
Paraíba	952.779	0,56	20º	1.187.981	0,54	23º	24,69
Rio Grande do Norte	803.948	0,47	23º	840.847	0,39	24º	4,59
Roraima	480.400	0,28	25º	780.877	0,36	25º	62,55
Distrito Federal	112.139	0,07	26º	96.265	0,04	26º	-14,16
Amapá	82.822	0,05	27º	76.379	0,04	27º	-7,78

Fonte: IBGE

Elaboração: Instituto Mauro Borges / SEGPLAN-GO

Gerência de Sistematização e Disseminação de Informações Socioeconômicas - 2018.

Tabela 2 - Efetivo do rebanho suíno: Brasil, Grande Regiões e Unidades da Federação - 2000 e 2016.

Brasil, Grande Região e Unidade da Federação	2000			2016			Variação (%) 2016/2000
	Suíno (cab)	Part. (%)	Ranking	Suíno (cab)	Part. (%)	Ranking	
Brasil	31.562.111	100,00	-	39.950.320	100,00		26,58
Sul	13.452.029	42,62	1º	19.946.370	49,93	1º	48,28
Sudeste	5.548.313	17,58	3º	6.766.278	16,94	2º	21,95
Centro-Oeste	2.801.698	8,88	4º	5.962.440	14,92	3º	112,82
Nordeste	7.140.280	22,62	2º	5.833.845	14,60	4º	-18,30
Norte	2.619.791	8,30	5º	1.441.387	3,61	5º	-44,98
Paraná	4.224.838	13,39	2º	7.131.132	17,85	1º	68,79
Santa Catarina	5.093.888	16,14	1º	6.887.376	17,24	2º	35,21
Rio Grande do Sul	4.133.303	13,10	3º	5.927.862	14,84	3º	43,42
Minas Gerais	3.142.220	9,96	4º	5.103.547	12,77	4º	62,42
Mato Grosso	834.084	2,64	12º	2.538.530	6,35	5º	204,35
Goiás	1.174.360	3,72	10º	1.988.478	4,98	6º	69,32
São Paulo	1.902.275	6,03	6º	1.367.491	3,42	7º	-28,11
Ceará	1.025.109	3,25	11º	1.301.939	3,26	8º	27,00
Mato Grosso do Sul	681.189	2,16	13º	1.267.038	3,17	9º	86,00
Maranhão	1.864.915	5,91	7º	1.241.502	3,11	10º	-33,43
Bahia	2.027.787	6,42	5º	1.126.310	2,82	11º	-44,46
Piauí	1.396.607	4,42	8º	793.301	1,99	12º	-43,20
Pará	1.335.424	4,23	9º	636.859	1,59	13º	-52,31
Pernambuco	373.846	1,18	15º	630.065	1,58	14º	68,54
Tocantins	246.477	0,78	18º	308.422	0,77	15º	25,13
Rio Grande do Norte	130.900	0,41	21º	273.518	0,68	16º	108,95
Espírito Santo	300.390	0,95	16º	230.748	0,58	17º	-23,18
Rondônia	460.868	1,46	14º	224.176	0,56	18º	-51,36
Paraíba	123.827	0,39	22º	179.258	0,45	19º	44,76
Distrito Federal	112.065	0,36	23º	168.394	0,42	20º	50,26
Alagoas	105.919	0,34	24º	149.075	0,37	21º	40,74
Acre	183.498	0,58	20º	139.150	0,35	22º	-24,17
Sergipe	91.370	0,29	25º	138.877	0,35	23º	51,99
Amazonas	300.168	0,95	17º	65.507	0,16	24º	-78,18
Rio de Janeiro	203.428	0,64	19º	64.492	0,16	25º	-68,30
Amapá	17.036	0,05	27º	35.193	0,09	26º	106,58
Roraima	76.320	0,24	26º	32.080	0,08	27º	-57,97

Fonte: IBGE

Elaboração: Instituto Mauro Borges / SEGPLAN-GO

Gerência de Sistematização e Disseminação de Informações Socioeconômicas - 2018.

Tabela 3 - Efetivo do rebanho avícola: Brasil, Grandes Regiões e Unidade da Federação - 2000 e 2016.

Brasil, Grande Região e Unidade da Federação	2000			2016			Variação (%) 2016/2000
	Aves (cab)	Part. (%)	Ranking	Aves (cab)	Part. (%)	Ranking	
Brasil	848.515.354	100,00	-	1.367.390.712	100,00		61,15
Sul	381.131.959	44,92	1º	614.849.559	44,97	1º	61,32
Sudeste	257.329.523	30,33	2º	369.956.461	27,06	2º	43,77
Centro-Oeste	67.139.531	7,91	4º	173.191.448	12,67	3º	157,96
Nordeste	113.507.766	13,38	3º	158.297.512	11,58	4º	39,46
Norte	29.406.575	3,47	5º	51.095.732	3,74	5º	73,76
Paraná	142.996.037	16,85	2º	335.754.971	24,55	1º	134,80
São Paulo	148.141.289	17,46	1º	203.272.068	14,87	2º	37,21
Santa Catarina	124.243.392	14,64	3º	140.980.078	10,31	3º	13,47
Rio Grande do Sul	113.892.530	13,42	4º	138.114.510	10,10	4º	21,27
Minas Gerais	87.349.806	10,29	5º	122.399.847	8,95	5º	40,13
Goiás	26.444.415	3,12	7º	69.071.040	5,05	6º	161,19
Mato Grosso	15.955.329	1,88	11º	63.606.568	4,65	7º	298,65
Bahia	27.642.455	3,26	6º	45.075.270	3,30	8º	63,07
Pernambuco	24.776.687	2,92	8º	34.005.614	2,49	9º	37,25
Espírito Santo	9.595.722	1,13	15º	31.842.624	2,33	10º	231,84
Ceará	20.840.306	2,46	9º	28.748.024	2,10	11º	37,94
Pará	15.927.040	1,88	12º	26.400.196	1,93	12º	65,76
Mato Grosso do Sul	18.786.520	2,21	10º	24.817.727	1,81	13º	32,10
Distrito Federal	5.953.267	0,70	18º	15.696.113	1,15	14º	163,66
Tocantins	2.844.919	0,34	24º	13.608.094	1,00	15º	378,33
Rio de Janeiro	12.242.706	1,44	13º	12.441.922	0,91	16º	1,63
Paraíba	7.267.094	0,86	17º	9.977.923	0,73	17º	37,30
Piauí	9.215.157	1,09	16º	9.847.493	0,72	18º	6,86
Maranhão	11.703.024	1,38	14º	9.411.693	0,69	19º	-19,58
Alagoas	4.407.016	0,52	20º	8.609.306	0,63	20º	95,35
Sergipe	3.712.328	0,44	22º	8.019.293	0,59	21º	116,02
Rio Grande do Norte	3.943.699	0,46	21º	4.602.896	0,34	22º	16,72
Amazonas	2.869.959	0,34	23º	4.485.882	0,33	23º	56,30
Rondônia	5.291.407	0,62	19º	3.113.163	0,23	24º	-41,17
Acre	1.573.492	0,19	25º	2.890.203	0,21	25º	83,68
Roraima	847.900	0,10	26º	540.910	0,04	26º	-36,21
Amapá	51.858	0,01	27º	57.284	0,00	27º	10,46

Fonte: IBGE

Elaboração: Instituto Mauro Borges / SEGPLAN-GO

Gerência de Sistematização e Disseminação de Informações Socioeconômicas - 2018.

Tabela 4 - Produção de leite: Brasil, Grandes Regiões e Unidade da Federação - 2000 e 2016.

Brasil, Grande Região e Unidade da Federação	2000			2016			Variação (%) 2016/2000
	Produção de leite (mil litros)	Part (%)	Ranking	Produção de leite (mil litros)	Part (%)	Ranking	
Brasil	19.767.206	100,00	-	33.624.653	100,00		70,10
Sul	4.904.356	24,81	2º	12.457.744	37,05	1º	154,01
Sudeste	8.573.731	43,37	1º	11.546.087	34,34	2º	34,67
Centro-Oeste	3.080.121	15,58	3º	3.972.434	11,81	3º	28,97
Nordeste	2.159.230	10,92	4º	3.772.384	11,22	4º	74,71
Norte	1.049.768	5,31	5º	1.876.004	5,58	5º	78,71
Minas Gerais	5.865.486	29,67	1º	8.970.779	26,68	1º	52,94
Paraná	1.799.240	9,10	5º	4.730.195	14,07	2º	162,90
Rio Grande do Sul	2.102.018	10,63	3º	4.613.780	13,72	3º	119,49
Santa Catarina	1.003.098	5,07	6º	3.113.769	9,26	4º	210,42
Goiás	2.193.799	11,10	2º	2.933.441	8,72	5º	33,72
São Paulo	1.861.425	9,42	4º	1.692.068	5,03	6º	-9,10
Bahia	724.897	3,67	7º	858.408	2,55	7º	18,42
Pernambuco	292.130	1,48	15º	839.029	2,50	8º	187,21
Rondônia	422.255	2,14	11º	790.947	2,35	9º	87,32
Mato Grosso	422.743	2,14	10º	662.720	1,97	10º	56,77
Pará	380.319	1,92	12º	577.522	1,72	11º	51,85
Ceará	331.873	1,68	14º	528.138	1,57	12º	59,14
Rio de Janeiro	468.752	2,37	8º	511.865	1,52	13º	9,20
Tocantins	156.018	0,79	17º	385.563	1,15	14º	147,13
Espírito Santo	378.068	1,91	13º	371.375	1,10	15º	-1,77
Maranhão	149.976	0,76	18º	371.250	1,10	16º	147,54
Sergipe	115.142	0,58	20º	357.882	1,06	17º	210,82
Mato Grosso do Sul	427.261	2,16	9º	346.300	1,03	18º	-18,95
Alagoas	217.887	1,10	16º	337.974	1,01	19º	55,11
Rio Grande do Norte	144.927	0,73	19º	227.747	0,68	20º	57,15
Paraíba	105.843	0,54	21º	178.437	0,53	21º	68,59
Piauí	76.555	0,39	22º	73.518	0,22	22º	-3,97
Acre	40.804	0,21	23º	56.870	0,17	23º	39,37
Amazonas	36.680	0,19	24º	45.978	0,14	24º	25,35
Distrito Federal	36.318	0,18	25º	29.972	0,09	25º	-17,47
Roraima	9.958	0,05	26º	13.141	0,04	26º	31,96
Amapá	3.735	0,02	27º	5.983	0,02	27º	60,19

Fonte: IBGE

Elaboração: Instituto Mauro Borges / SEGPLAN-GO

Gerência de Sistematização e Disseminação de Informações Socioeconômicas - 2018.

Tabela 5 - Produção de ovos: Brasil, Grandes Regiões e Unidade da Federação - 2000 e 2016.

Brasil, Grande Região e Unidade da Federação	2000			2016			Variação (%) 2016/2000
	Produção de ovos (1.000 dz)	Part. (%)	Ranking	Produção de ovos (1.000 dz)	Part. (%)	Ranking	
Brasil	2.602.944	100,00	-	4.089.071	100,00		57,09
Sudeste	1.232.114	47,34	1º	1.857.249	45,42	1º	50,74
Sul	694.239	26,67	2º	975.019	23,84	2º	40,44
Nordeste	399.678	15,35	3º	656.528	16,06	3º	64,26
Centro-Oeste	216.042	8,30	4º	467.390	11,43	4º	116,34
Norte	60.871	2,34	5º	132.884	3,25	5º	118,30
São Paulo	843.443	32,40	1º	1.103.699	26,99	1º	30,86
Minas Gerais	297.175	11,42	2º	402.091	9,83	2º	35,30
Paraná	291.118	11,18	3º	388.298	9,50	3º	33,38
Rio Grande do Sul	263.108	10,11	4º	339.530	8,30	4º	29,05
Espírito Santo	67.442	2,59	10º	336.129	8,22	5º	398,40
Santa Catarina	140.014	5,38	5º	247.192	6,05	6º	76,55
Pernambuco	121.427	4,66	6º	222.813	5,45	7º	83,50
Goiás	111.910	4,30	7º	204.913	5,01	8º	83,11
Mato Grosso	37.702	1,45	12º	194.186	4,75	9º	415,05
Ceará	88.338	3,39	8º	174.725	4,27	10º	97,79
Bahia	72.597	2,79	9º	78.506	1,92	11º	8,14
Amazonas	17.788	0,68	19º	51.751	1,27	12º	190,93
Mato Grosso do Sul	25.717	0,99	14º	47.297	1,16	13º	83,91
Rio Grande do Norte	24.035	0,92	17º	45.377	1,11	14º	88,80
Alagoas	18.961	0,73	18º	39.680	0,97	15º	109,27
Paraíba	33.580	1,29	13º	39.635	0,97	16º	18,03
Pará	25.013	0,96	15º	32.802	0,80	17º	31,14
Sergipe	7.788	0,30	22º	23.390	0,57	18º	200,33
Piauí	16.642	0,64	20º	21.219	0,52	19º	27,50
Distrito Federal	40.713	1,56	11º	20.994	0,51	20º	-48,43
Tocantins	6.524	0,25	24º	20.749	0,51	21º	218,04
Rondônia	7.104	0,27	23º	17.716	0,43	22º	149,38
Rio de Janeiro	24.054	0,92	16º	15.330	0,37	23º	-36,27
Maranhão	16.312	0,63	21º	11.182	0,27	24º	-31,45
Roraima	2.424	0,09	25º	5.092	0,12	25º	110,07
Acre	2.018	0,08	26º	4.719	0,12	26º	133,85
Amapá	-	-	-	56	0,00	27º	-

Fonte: IBGE

Elaboração: Instituto Mauro Borges / SEGPLAN-GO

Gerência de Sistematização e Disseminação de Informações Socioeconômicas - 2018.

Tabela 6 - Abate de bovinos: Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2000 e 2017.

Brasil, Grande Região e Unidade da Federação	2000			2017			Variação (%) 2017/2000
	Abate de bovinos (cab)	Part. (%)	Ranking	Abate de bovinos (cab)	Part. (%)	Ranking	
Brasil	17.085.581	100,00		30.829.652	100,00		80,44
Centro-Oeste	7.284.476	42,64	1º	11.421.302	37,05	1º	56,79
Norte	2.037.926	11,93	4º	6.630.016	21,51	2º	225,33
Sudeste	3.718.451	21,76	2º	6.151.574	19,95	3º	65,43
Sul	2.337.085	13,68	3º	3.644.986	11,82	4º	55,96
Nordeste	1.605.456	9,40	5º	2.871.314	9,31	5º	78,85
Mato Grosso	1.923.422	11,26	4º	4.804.611	15,58	1º	149,79
Mato Grosso do Sul	3.315.008	19,40	1º	3.436.886	11,15	2º	3,68
Goiás	2.046.046	11,98	3º	3.179.805	10,31	3º	55,41
São Paulo	2.434.085	14,25	2º	2.912.755	9,45	4º	19,67
Minas Gerais	1.052.651	6,16	6º	2.766.901	8,97	5º	162,85
Pará	1.002.036	5,86	7º	2.637.185	8,55	6º	163,18
Rondônia	402.355	2,35	10º	2.259.982	7,33	7º	461,69
Rio Grande do Sul	1.313.805	7,69	5º	1.929.178	6,26	8º	46,84
Paraná	800.831	4,69	8º	1.283.978	4,16	9º	60,33
Bahia	348.263	2,04	11º	1.176.495	3,82	10º	237,82
Tocantins	462.267	2,71	9º	980.048	3,18	11º	112,01
Maranhão	344.605	2,02	12º	738.542	2,40	12º	114,32
Santa Catarina	222.449	1,30	15º	431.830	1,40	13º	94,13
Acre	171.268	1,00	16º	427.923	1,39	14º	149,86
Espírito Santo	160.570	0,94	17º	296.784	0,96	15º	84,83
Pernambuco	276.230	1,62	14º	273.069	0,89	16º	-1,14
Amazonas	X	X	X	257.559	0,84	17º	-
Rio de Janeiro	71.145	0,42	20º	175.134	0,57	18º	146,16
Ceará	337.111	1,97	13º	172.889	0,56	19º	-48,71
Alagoas	120.064	0,70	19º	148.132	0,48	20º	23,38
Piauí	122.757	0,72	18º	134.131	0,44	21º	9,27
Sergipe	X	-	-	92.363	0,30	22º	-
Rio Grande do Norte	40.700	0,24	21º	81.671	0,26	23º	100,67
Roraima	X	X	-	67.319	0,22	24º	-
Paraíba	15.726	0,09	22º	54.022	0,18	25º	243,52
Amapá	-	-	-	X	X	X	X
Distrito Federal	X	X	-	X	X	X	X

Fonte: IBGE

Elaboração: Instituto Mauro Borges / SEGPLAN-GO

Gerência de Sistematização e Disseminação de Informações Socioeconômicas - 2018.

Obs: Os dados das Unidades da Federação com menos de 3 informantes estão desidentificados com o caracter X.

Tabela 7 - Abate de suínos: Brasil, Grandes Regiões e Unidade da Federação - 2000 e 2017.

Brasil, Grande Região e Unidade da Federação	2000			2017			Variação (%) 2017/2000
	Abate de suínos (cab)	Part. (%)	Ranking	Abate de suínos (cab)	Part. (%)	Ranking	
Brasil	16.476.329	100,00	-	43.185.385	100,00		162,11
Nordeste	317.303	1,93	4º	20.539.677	47,56	1º	6.373,21
Sul	12.707.770	77,13	1º	11.511.199	26,66	2º	-9,42
Sudeste	2.351.837	14,27	2º	8.140.852	18,85	3º	246,15
Centro Oeste	1.059.365	6,43	3º	2.192.128	5,08	4º	106,93
Norte	23.634	0,14	5º	752.986	1,74	5º	3.086,03
Santa Catarina	6.243.276	37,89	1º	11.501.193	26,63	1º	84,22
Paraná	2.715.706	16,48	3º	9.203.619	21,31	2º	238,90
Rio Grande do Sul	3.748.788	22,75	2º	8.020.730	18,57	3º	113,96
Minas Gerais	1.340.100	8,13	4º	5.423.967	12,56	4º	304,74
Mato Grosso	245.746	1,49	7º	2.428.380	5,62	5º	888,17
São Paulo	854.752	5,19	5º	2.182.443	5,05	6º	155,33
Goiás	95.803	0,58	9º	1.760.903	4,08	7º	1.738,05
Mato Grosso do Sul	703.378	4,27	6º	1.633.637	3,78	8º	132,26
Espírito Santo	118.826	0,72	8º	252.467	0,58	9º	112,47
Distrito Federal	14.438	0,09	17º	239.897	0,56	10º	1.561,57
Bahia	57.048	0,35	13º	129.412	0,30	11º	126,85
Ceará	73.517	0,45	11º	117.491	0,27	12º	59,81
Rio de Janeiro	38.159	0,23	15º	80.145	0,19	13º	110,03
Pernambuco	74.837	0,45	10º	73.221	0,17	14º	-2,16
Acre	4.972	0,03	19º	37.859	0,09	15º	661,44
Piauí	38.597	0,23	14º	26.858	0,06	16º	-30,41
Maranhão	11.596	0,07	18º	13.885	0,03	17º	19,74
Alagoas	60.138	0,36	12º	13.719	0,03	18º	-77,19
Rio Grande do Norte	1.570	0,01	20º	13.119	0,03	19º	735,61
Rondônia	-	-	-	10.006	0,02	20º	-
Sergipe	X	-	-	9.685	0,02	21º	-
Pará	18.662	0,11	16º	2.065	0,00	22º	-88,93
Amazonas	-	-	-	X	X	X	X
Paraíba	X	-	-	X	X	X	X
Tocantins	-	-	-	X	X	X	X
Roraima	X	-	-
Amapá	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: IBGE

Elaboração: Instituto Mauro Borges / SEGPLAN-GO

Gerência de Sistematização e Disseminação de Informações Socioeconômicas - 2018.

Obs: Os dados das Unidades da Federação com menos de 3 informantes estão desidentificados com o caractere X.

Tabela 8 - Abate de aves: Brasil, Grandes Regiões e Unidade da Federação - 2000 e 2017.

Brasil, Grande Região e Unidade da Federação	2000			2017			Variação (%) 2017/2000
	Abate de aves (cab)	Part. (%)	Ranking	Abate de aves (cab)	Part. (%)	Ranking	
Brasil	2.636.968.759	100,00	-	5.841.779.189	100,00		121,53
Sul	1.697.739.725	64,38	1º	3.549.175.192	60,76	1º	109,05
Sudeste	656.846.628	24,91	2º	1.161.150.023	19,88	2º	76,78
Centro Oeste	196.156.489	7,44	3º	814.682.630	13,95	3º	315,32
Nordeste	42.889.330	1,63	4º	219.241.959	3,75	4º	411,18
Norte	-	-	-	72.210.136	1,24	5º	-
Paraná	585.970.794	22,22	2º	1.841.236.902	31,52	1º	214,22
Santa Catarina	606.474.843	23,00	1º	859.614.563	14,71	2º	41,74
Rio Grande do Sul	505.294.088	19,16	3º	848.323.727	14,52	3º	67,89
São Paulo	419.498.762	15,91	4º	644.783.868	11,04	4º	53,70
Minas Gerais	192.953.432	7,32	5º	424.414.098	7,27	5º	119,96
Goiás	50.342.749	1,91	7º	378.602.112	6,48	6º	652,05
Mato Grosso	46.997.476	1,78	8º	202.513.346	3,47	7º	330,90
Mato Grosso do Sul	98.816.264	3,75	6º	171.535.914	2,94	8º	73,59
Bahia	X	-	-	107.750.061	1,84	9º	-
Distrito Federal	X	-	-	62.031.258	1,06	10º	-
Pará	X	-	-	58.407.635	1,00	11º	-
Pernambuco	40.732.842	1,54	9º	55.102.789	0,94	12º	35,28
Espírito Santo	10.932.691	0,41	11º	52.413.444	0,90	13º	379,42
Rio de Janeiro	33.461.743	1,27	10º	39.538.613	0,68	14º	18,16
Ceará	927.723	0,04	13º	22.953.768	0,39	15º	2.374,20
Paraíba	-	-	-	20.663.425	0,35	16º	-
Rondônia	X	-	-	13.802.501	0,24	17º	-
Piauí	1.228.765	0,05	12º	8.602.536	0,15	18º	600,10
Alagoas	X	-	-	1.617.448	0,03	19º	-
Maranhão	X	-	-	1.395.825	0,02	20º	-
Sergipe	X	-	-	1.156.107	0,02	21º	-
Amapá	X	-	-	-	-	-	-
Acre	-	-	-	X	X	X	X
Amazonas	-	-	-	X	X	X	X
Tocantins	-	-	-	X	X	X	X
Rio Grande do Norte	X	-	-
Roraima	-	-	-

Fonte: IBGE

Elaboração: Instituto Mauro Borges / SEGPLAN-GO

Gerência de Sistematização e Disseminação de Informações Socioeconômicas - 2018.

Obs: Os dados das Unidades da Federação com menos de 3 informantes estão desidentificados com o caracter X.

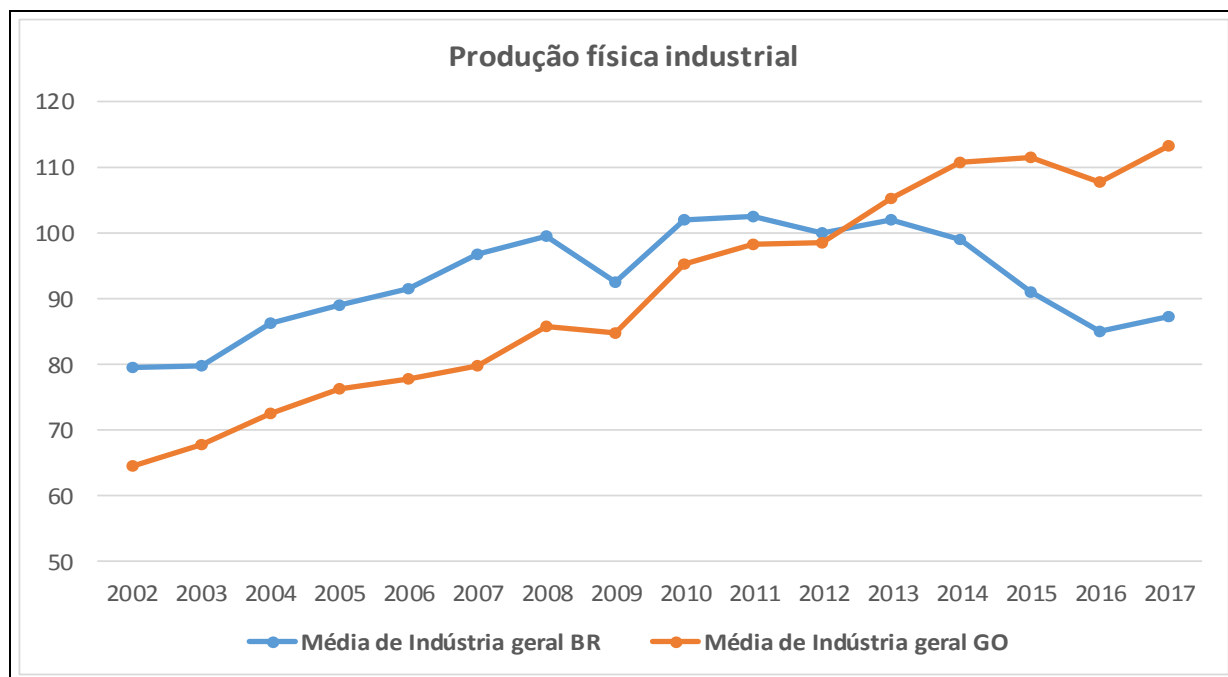
5- Indústria

O estado de Goiás tem apresentado ganhos na participação da riqueza gerada no país nas últimas décadas. O desenvolvimento do setor industrial, através da integração da agroindústria com a agropecuária moderna, e a emergência de novas atividades industriais são os principais responsáveis por esse crescimento do PIB de Goiás.

Foi a partir dos anos 2000 que o setor industrial passa a ganhar participação na economia goiana. Os investimentos industriais, responsáveis pelo adensamento das cadeias produtivas do agronegócio e pela diversificação da estrutura produtiva tiveram seu papel. Exemplos notáveis desses investimentos são: a instalação da Perdigão Agroindustrial (hoje Brasil Foods) em Rio Verde, a montadora de veículos Hyundai, os laboratórios Teuto e Neo Química, entre outros, do setor farmacêutico, em Anápolis, e Mitsubishi em Catalão. Também houve elevação dos investimentos para beneficiamento da produção mineral e para usinas de produção de etanol.

Em torno de 20 municípios possuem alguma indústria com relevância, respondendo por cerca de um terço do PIB estadual da indústria. A indústria desses municípios está ligada à geração de energia, mineração, fármacos, automobilística e alimentos. Goiânia, Anápolis, Catalão e Rio Verde são economias com maior densidade em termos industriais e, em menor escala, Itumbiara.

Tudo isso contribui para que o desempenho do setor industrial tenha tendência crescente no estado e de forma contínua.



Produção física industrial (Índice de base fixa com ajuste sazonal (base: média de 2012 = 100))

Fonte: IBGE

Tabela 1 - Produção física industrial por atividade, segundo Brasil e estados pesquisados - 2003 e 2017. Variação igual período do ano anterior

Brasil e Unidade da Federação	2004				2017			
	Geral	Ranking	Indústria extrativa	Indústria de transformação	Geral	Ranking	Indústria extrativa	Indústria de transformação
Brasil	-3,0		6,80	-4,2	2,5		4,6	2,2
Pará	8,1	1º	10,70	-0,8	10,1	1º	13,2	-5,5
Santa Catarina	-2,5	9º	-	-2,5	4,6	2º	-	4,6
Paraná	-5,1	13º	-	-5,1	4,4	3º	-	4,4
Rio de Janeiro	-2,2	6º	4,30	-4,6	4,2	4º	3,2	4,8
Amazonas	-3,8	11º	0,30	-4	4,2	5º	-10,5	5,2
Mato Grosso	4,2	4º	-	4,2	3,9	6º	-	3,9
Goiás	5,7	2º	1,70	6	3,7	7º	1,4	3,8
São Paulo	-6,2	14º	-	-6,2	3,5	8º	-	3,5
Ceará	-2,5	7º	-	-2,5	2,4	9º	-	2,4
Espírito Santo	5,6	3º	13,60	-3,5	1,7	10º	1,8	1,5
Minas Gerais	-2,5	8º	2,00	-3,9	1,5	11º	3,4	0,9
Rio Grande do Sul	-4,3	12º	-	-4,3	0,1	12º	-	0,1
Pernambuco	0,3	5º	-	0,3	-0,9	13º	-	-0,9
Bahia	-2,6	10º	1,40	-2,9	-1,8	14º	2,2	-1,9

Fonte: IBGE

Elaboração: Instituto Mauro Borges / SEGPLAN-GO

Gerência de Sistematização e Disseminação de Informações Socioeconômicas - 2018.

Tabela 2 - Indústria Sucroalcooleira, Estimativa de Produção de Açúcar e Etanol: Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação.

Brasil, Grande Região e Unidade da Federação	Safr a 2015/16				Safr a 2016/17 (1)					
	Açúcar (1.000 t)	Part.(%)	Etanol (Em 1.000 l)	Part.(%)	Açúcar (1.000 t)	Part.(%)	Ranking	Etanol (Em 1.000 l)	Part.(%)	Ranking
Brasil	38.691,10	100,00	27.807.523,00	100,00	37.865,90	100,00		27.759.139,00	100,00	
Sudeste	28.144,60	72,74	16.469.268,00	59,23	28.258,60	74,63	1º	15.944.874,00	57,44	1º
Centro-Oeste	4.234,20	10,94	8.330.949,00	29,96	4.136,80	10,92	2º	8.763.447,00	31,57	2º
Nordeste	3.062,70	7,92	1.389.071,00	5,00	2.483,20	6,56	4º	1.520.959,00	5,48	3º
Sul	3.205,70	8,29	1.404.184,00	5,05	2.929,50	7,74	3º	1.292.699,00	4,66	4º
Norte	43,9	0,11	214.051,00	0,77	57,8	0,15	5º	237.160,00	0,85	5º
São Paulo	24.059,80	62,18	13.702.767,00	49,28	23.859,10	63,01	1º	13.087.055,00	47,15	1º
Go iás	2.101,70	5,43	4.400.950,00	15,83	2.234,60	5,90	4º	4.633.951,00	16,69	2º
Minas Gerais	3.992,20	10,32	2.657.455,00	9,56	4.237,30	11,19	2º	2.720.751,00	9,80	3º
Mato Grosso do Sul	1.734,80	4,48	2.709.300,00	9,74	1.491,70	3,94	5º	2.632.222,00	9,48	4º
Mato Grosso	397,7	1,03	1.220.699,00	4,39	410,50	1,08	8º	1.497.274,00	5,39	5º
Paraná	3.205,70	8,29	1.401.270,00	5,04	2.929,50	7,74	3º	1.290.214,00	4,65	6º
Paraíba	186,8	0,48	283.740,00	1,02	159,00	0,42	9º	363.898,00	1,31	7º
Alagoas	1.446,00	3,74	382.993,00	1,38	1.064,90	2,81	6º	326.902,00	1,18	8º
Pernambuco	1.004,10	2,60	335.052,00	1,20	756,80	2,00	7º	319.319,00	1,15	9º
Bahia	124,8	0,32	105.895,00	0,38	160,10	0,42	11º	180.645,00	0,65	10º
Tocantins	-	-	162.184,00	0,58	-	-	-	176.313,00	0,64	11º
Maranhão	11,6	0,03	127.361,00	0,46	22,60	0,06	18º	162.660,00	0,59	12º
Espírito Santo	64	0,17	60.731,00	0,22	126,80	0,33	13º	90.652,00	0,33	13º
Rio Grande do Norte	124,9	0,32	61.162,00	0,22	160,60	0,42	10º	76.991,00	0,28	14º
Sergipe	109,7	0,28	66.021,00	0,24	96,20	0,25	12º	70.144,00	0,25	15º
Pará	30	0,08	33.210,00	0,12	45,90	0,12	15º	51.558,00	0,19	16º
Rio de Janeiro	28,6	0,07	48.315,00	0,17	35,40	0,09	16º	46.416,00	0,17	17º
Piauí	54,8	0,14	21.605,00	0,08	63,00	0,17	14º	20.400,00	0,07	18º
Amazonas	13,9	0,04	5.496,00	0,02	11,90	0,03	17º	4.845,00	0,02	19º
Rondônia	-	-	9.487,00	0,03	-	-	-	4.444,00	0,02	20º
Rio Grande do Sul	-	-	2.914,00	0,01	-	-	-	2.485,00	0,01	21º
Ceará	-	-	5.242,00	0,02	-	-	-	-	-	-
Acre	-	-	3.674,00	0,01	-	-	-	-	-	-
Amapá	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Distrito Federal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Roraima	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Santa Catarina	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento

Elaboração: Instituto Mauro Borges / SEGPLAN-GO

Gerência de Sistematização e Disseminação de Informações Socioeconômicas - 2017.

(1) Estimativa em abril/2017

6- Comércio

O Comércio é uma atividade econômica de grande importância na economia goiana tendo como grande força compradora e vendedora de Goiás o seu mercado interno. Há um alto grau de dependência da economia goiana do seu próprio mercado. Nas relações comerciais interestaduais a grande parte é transacionada com São Paulo.

No âmbito interno, o comércio varejista é o grande representante na geração de riquezas na atividade de comércio. É um setor que vende diretamente para os consumidores finais como supermercados e hipermercados, farmácias, concessionárias de veículos, lojas de vestuários, de materiais de construção, de móveis e decoração, de eletroeletrônicos, postos de gasolina, livrarias entre outros. Ele contempla cerca de 75% das empresas do comércio e 70% do seu pessoal ocupado. Assim, as atividades do comércio são importantes, pois absorvem grande quantidade de empregos.

Outro comércio importante para a economia goiana é o externo. Em média, as exportações corresponderam a 10% do PIB estadual, aproximadamente. Muito dessa participação se deve às *commodities* agropecuárias exportadas por Goiás. Estas exportações têm crescido de forma substancial desde o início dos anos de 2000. Ainda, a maior parte das exportações sempre foram encabeçadas pelos complexos soja, carne e minérios.

Tabela 1 - Número de empresas e unidades locais: Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação – 2010 e 2015.

Brasil, Grande Região e Unidade da Federação	Número de empresas e outras organizações				Número de unidades locais			
	2010	2015	Part. (%)	Ranking	2010	2015	Part. (%)	Ranking
Brasil	5.128.568	5.114.983	100,00		5.551.915	5.603.592	100,00	
Sudeste	2.647.403	2.626.960	51,36	1º	2.854.568	2.885.218	51,49	1º
Sul	1.117.949	1.130.712	22,11	2º	1.210.689	1.226.208	21,88	2º
Nordeste	805.519	775.901	15,17	3º	875.559	843.408	15,05	3º
Centro-Oeste	377.901	402.806	7,88	4º	412.288	453.487	8,09	4º
Norte	179.796	178.604	3,49	5º	198.811	195.271	3,48	5º
São Paulo	1.609.005	1.596.399	31,21	1º	1.730.667	1.768.525	31,56	1º
Minas Gerais	561.927	551.419	10,78	2º	606.256	593.413	10,59	2º
Rio Grande do Sul	452.891	429.695	8,40	3º	491.584	468.239	8,36	3º
Paraná	398.741	418.799	8,19	4º	429.071	452.146	8,07	4º
Rio de Janeiro	379.226	379.157	7,41	5º	412.022	415.100	7,41	5º
Santa Catarina	266.317	282.218	5,52	6º	290.034	305.823	5,46	6º
Bahia	244.253	232.062	4,54	7º	264.383	249.177	4,45	7º
Goiás	154.018	165.927	3,24	8º	165.946	176.065	3,14	8º
Ceará	149.354	135.952	2,66	9º	160.443	150.300	2,68	9º
Pernambuco	128.232	126.007	2,46	10º	140.833	138.196	2,47	10º
Espírito Santo	97.245	99.985	1,95	11º	105.623	108.180	1,93	11º
Distrito Federal	87.806	87.131	1,70	12º	95.388	113.858	2,03	12º
Mato Grosso	78.284	86.225	1,69	13º	86.476	94.255	1,68	13º
Pará	68.920	70.257	1,37	14º	76.081	76.686	1,37	14º
Mato Grosso do Sul	57.793	63.523	1,24	15º	64.478	69.309	1,24	15º
Maranhão	65.152	61.556	1,20	16º	70.171	65.885	1,18	16º
Paraíba	57.861	56.616	1,11	17º	62.585	61.169	1,09	17º
Rio Grande do Norte	53.332	53.609	1,05	18º	59.131	58.468	1,04	18º
Piauí	42.341	43.573	0,85	19º	46.640	48.162	0,86	19º
Alagoas	36.491	37.275	0,73	20º	39.917	40.010	0,71	20º
Rondônia	31.221	30.673	0,60	21º	34.374	33.300	0,59	21º
Amazonas	32.554	30.539	0,60	22º	36.422	34.465	0,62	22º
Sergipe	28.503	29.251	0,57	23º	31.456	32.041	0,57	23º
Tocantins	23.649	25.199	0,49	24º	26.126	26.935	0,48	24º
Acre	9.230	8.426	0,16	25º	10.082	9.122	0,16	25º
Amapá	7.916	7.640	0,15	26º	8.824	8.418	0,15	26º
Roraima	6.306	5.870	0,11	27º	6.902	6.345	0,11	27º

Fonte: IBGE / Cadastro Central de Empresas

Elaboração: Instituto Mauro Borges / SEGPLAN-GO

Gerência de Sistematização e Disseminação de Informações Socioeconômicas - 2017.

Tabela 2 - Associações sem fins lucrativos: Brasil, Grandes Regiões e unidades da Federação – 2010 - 2015.

Brasil, Grande Região e Unidade da Federação	2010		2015		Ranking	Variação 2015/2010 (%)
	Total	(%)	Total	(%)		
Brasil	509.603	100,00	470.291	100,00		-7,71
Sudeste	236.509	46,41	230.626	49,04	1º	-2,49
Sul	112.775	22,13	108.337	23,04	2º	-3,94
Nordeste	107.618	21,12	85.273	18,13	3º	-20,76
Centro-Oeste	30.980	6,08	29.426	6,26	4º	-5,02
Norte	21.721	4,26	16.629	3,54	5º	-23,44
São Paulo	110.844	21,75	108.584	23,09	1º	-2,04
Minas Gerais	61.248	12,02	57.315	12,19	2º	-6,42
Rio de Janeiro	53.240	10,45	53.383	11,35	3º	0,27
Rio Grande do Sul	49.488	9,71	48.032	10,21	4º	-2,94
Paraná	35.100	6,89	33.694	7,16	5º	-4,01
Santa Catarina	28.187	5,53	26.611	5,66	6º	-5,59
Bahia	29.710	5,83	25.233	5,37	7º	-15,07
Ceará	19.348	3,80	15.667	3,33	8º	-19,03
Pernambuco	16.691	3,28	13.914	2,96	9º	-16,64
Espírito Santo	11.177	2,19	11.344	2,41	10º	1,49
Goiás	11.266	2,21	10.590	2,25	11º	-6,00
Distrito Federal	9.328	1,83	8.974	1,91	12º	-3,80
Paraíba	10.037	1,97	8.474	1,80	13º	-15,57
Pará	10.123	1,99	7.376	1,57	14º	-27,14
Maranhão	10.126	1,99	5.896	1,25	15º	-41,77
Mato Grosso	5.526	1,08	5.214	1,11	16º	-5,65
Rio Grande do Norte	6.557	1,29	4.987	1,06	17º	-23,94
Mato Grosso do Sul	4.860	0,95	4.648	0,99	18º	-4,36
Piauí	6.893	1,35	4.566	0,97	19º	-33,76
Sergipe	4.241	0,83	3.288	0,70	20º	-22,47
Alagoas	4.015	0,79	3.248	0,69	21º	-19,10
Amazonas	3.607	0,71	2.845	0,60	22º	-21,13
Rondônia	3.473	0,68	2.435	0,52	23º	-29,89
Tocantins	2.310	0,45	1.848	0,39	24º	-20,00
Acre	1.012	0,20	1.086	0,23	25º	7,31
Amapá	754	0,15	727	0,15	26º	-3,58
Roraima	442	0,09	312	0,07	27º	-29,41

Fonte: IBGE, Cadastro Central de Empresas.

Elaboração: Instituto Mauro Borges / SEGPLAN-GO

Gerência de Sistematização e Disseminação de Informações Socioeconômicas - 2018.

Tabela 3 - Exportação: Brasil, Grandes Regiões e unidades da Federação - 2000 e 2017

Brasil, Grande Região e Unidade da Federação	2000			2017			Variação (%) 2017/2000
	Valor (US\$ 1.000 FOB)	Part. (%)	Ranking	Valor (US\$ 1.000 FOB)	Part. (%)	Ranking	
Brasil	55.118.920	100,00	-	217.739.177	100,00		295,04
Sudeste	31.154.171	56,52	1º	105.762.586	48,57	1º	239,48
Sul	12.889.764	23,39	2º	44.380.932	20,38	2º	244,31
Centro-Oeste	1.833.121	3,33	5º	26.670.121	12,25	3º	1.354,90
Norte	3.322.422	6,03	4º	17.536.708	8,05	4º	427,83
Nordeste	4.026.157	7,30	3º	16.761.270	7,70	5º	316,31
São Paulo	19.810.438	35,94	1º	50.662.278	23,27	1º	155,74
Minas Gerais	6.712.299	12,18	2º	25.349.874	11,64	2º	277,66
Rio de Janeiro	1.840.112	3,34	9º	21.711.784	9,97	3º	1.079,92
Paraná	4.394.162	7,97	4º	18.082.394	8,30	4º	311,51
Rio Grande do Sul	5.783.109	10,49	3º	17.787.568	8,17	5º	207,58
Mato Grosso	1.033.354	1,87	10º	14.728.003	6,76	6º	1.325,26
Pará	2.441.276	4,43	7º	14.484.464	6,65	7º	493,32
Santa Catarina	2.712.493	4,92	6º	8.510.969	3,91	8º	213,77
Bahia	1.943.780	3,53	8º	8.066.299	3,70	9º	314,98
Espírito Santo	2.791.322	5,06	5º	8.038.649	3,69	10º	187,99
Goiás	544.864	0,99	13º	6.905.342	3,17	11º	1.167,35
Mato Grosso do Sul	253.239	0,46	16º	4.785.479	2,20	12º	1.789,71
Maranhão	758.246	1,38	12º	3.032.287	1,39	13º	299,91
Ceará	495.339	0,90	14º	2.102.683	0,97	14º	324,49
Pernambuco	284.248	0,52	15º	1.961.882	0,90	15º	590,20
Rondônia	59.545	0,11	21º	1.082.854	0,50	16º	1.718,55
Tocantins	8.311	0,02	24º	951.283	0,44	17º	11.346,07
Amazonas	772.879	1,40	11º	673.013	0,31	18º	-12,92
Alagoas	224.352	0,41	17º	665.015	0,31	19º	196,42
Piauí	63.355	0,11	20º	396.981	0,18	20º	526,60
Rio Grande do Norte	149.442	0,27	18º	304.511	0,14	21º	103,77
Amapá	35.999	0,07	22º	282.028	0,13	22º	683,43
Distrito Federal	1.665	0,00	26º	251.297	0,12	23º	14.992,91
Paraíba	77.614	0,14	19º	140.725	0,06	24º	81,31
Sergipe	29.781	0,05	23º	90.888	0,04	25º	205,19
Roraima	2.863	0,01	25º	41.410	0,02	26º	1.346,38
Acre	1.550	0,00	27º	21.657	0,01	27º	1.297,23

Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

Elaboração: Instituto Mauro Borges / SEGPLAN-GO

Gerência de Sistematização e Disseminação de Informações Socioeconômicas - 2018.

Nota: A soma das partes não representa o total devido a operações que não são creditados para um Estado (UF) específico, a saber: Reexportação; Mercadoria Nacionalizada; Não Declarados e Consumo de bordo.

Dados preliminares

Tabela 4 - Importação: Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2000 e 2017

Brasil, Grande Região e Unidade da Federação	2000			2017			Variação (%) 2017/2000
	Valor (US\$ 1.000 FOB)	Part. (%)	Ranking	Valor (US\$ 1.000 FOB)	Part. (%)	Ranking	
Brasil	55.850.663	100,00	-	150.749.453	100,00		169,92
Sudeste	35.885.865	64,25	1º	78.335.585	51,96	1º	118,29
Sul	9.667.238	17,31	2º	34.026.773	22,57	2º	251,98
Nordeste	4.776.450	8,55	3º	19.419.961	12,88	3º	306,58
Norte	4.280.844	7,66	4º	10.732.237	7,12	4º	150,70
Centro-Oeste	1.134.695	2,03	5º	8.233.368	5,46	5º	625,60
São Paulo	25.621.148	45,87	1º	55.294.998	36,68	1º	115,82
Santa Catarina	957.170	1,71	9º	12.584.945	8,35	2º	1.214,81
Paraná	4.686.229	8,39	3º	11.518.546	7,64	3º	145,80
Rio de Janeiro	4.978.037	8,91	2º	11.086.918	7,35	4º	122,72
Rio Grande do Sul	4.023.839	7,20	4º	9.923.282	6,58	5º	146,61
Amazonas	3.926.991	7,03	5º	8.717.978	5,78	6º	122,00
Minas Gerais	2.778.805	4,98	6º	7.346.531	4,87	7º	164,38
Bahia	2.241.956	4,01	8º	7.199.182	4,78	8º	221,11
Pernambuco	936.026	1,68	10º	5.703.995	3,78	9º	509,38
Espírito Santo	2.507.875	4,49	7º	4.607.138	3,06	10º	83,71
Goiás	374.289	0,67	14º	3.237.280	2,15	11º	764,91
Maranhão	485.114	0,87	13º	2.559.415	1,70	12º	427,59
Mato Grosso do Sul	159.999	0,29	16º	2.526.478	1,68	13º	1.479,06
Ceará	717.920	1,29	11º	2.243.181	1,49	14º	212,46
Mato Grosso	90.644	0,16	19º	1.404.552	0,93	15º	1.449,53
Distrito Federal	509.762	0,91	12º	1.065.057	0,71	16º	108,93
Pará	260.764	0,47	15º	965.935	0,64	17º	270,42
Rondônia	45.166	0,08	22º	760.575	0,50	18º	1.583,95
Alagoas	64.661	0,12	21º	644.488	0,43	19º	896,72
Paraíba	150.248	0,27	17º	406.231	0,27	20º	170,37
Piauí	15.917	0,03	24º	348.473	0,23	21º	2.089,31
Tocantins	9.006	0,02	25º	216.161	0,14	22º	2.300,19
Rio Grande do Norte	70.181	0,13	20º	177.082	0,12	23º	152,32
Sergipe	94.427	0,17	18º	137.914	0,09	24º	46,05
Amapá	28.282	0,05	23º	61.089	0,04	25º	116,00
Roraima	4.858	0,01	27º	8.486	0,01	26º	74,68
Acre	5.777	0,01	26º	2.013	0,00	27º	-65,15

Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

Elaboração: Instituto Mauro Borges / SEGPLAN-GO

Gerência de Sistematização e Disseminação de Informações Socioeconômicas - 2018.

Nota.: A soma das partes não é igual a soma para o Brasil devido a operações que não são creditadas para um Estado (UF) específico, a saber: importações não declaradas.

7- Energia elétrica

A energia elétrica é um serviço que caminha para universalização em Goiás. O atendimento a consumidores de energia, nos últimos dez anos, aumentou em quase 50%. O setor comercial foi o que registrou maior crescimento no número de consumidores. Além do crescimento geral de consumidores atendidos, o consumo de energia também apresentou expressiva elevação, principalmente o residencial e o comercial. O consumo industrial mantém-se estável.

Goiás tem capacidade instalada de geração de energia em paralelo com a sua participação na economia nacional. A grande oferta de energia elétrica gerada advém de fonte hidráulica, pactuando com a energia limpa, sendo que a maior parte é exportada.

Tabela 1 – Capacidade instalada de energia, Brasil e Unidades da Federação – 2004 e 2016.

Brasil e Unidade da Federação	2004			2017		
	Capacidade Instalada (kw)	Part. (%)	Ranking	Capacidade Instalada (kw)	Part. (%)	Ranking
Brasil (1)	91.287.401,05	-		157.236.756,86	-	
São Paulo	20.967.401,40	22,97	1º	23.082.947,05	14,68	1º
Paraná	16.390.706,00	17,96	3º	16.666.241,87	10,60	2º
Minas Gerais	16.927.797,95	18,54	2º	16.172.298,07	10,29	3º
Pará	6.744.640,60	7,39	9º	15.834.438,61	10,07	4º
Bahia	9.016.742,50	9,88	4º	10.458.161,82	6,65	5º
Rio Grande do Sul	5.617.818,60	6,15	10º	9.573.007,96	6,09	6º
Rio de Janeiro	6.838.526,20	7,49	8º	8.482.205,53	5,39	7º
Rondônia	824.405,48	0,90	19º	8.353.675,68	5,31	8º
Goiás	8.300.169,40	9,09	5º	7.649.637,79	4,87	9º
Santa Catarina	3.851.511,20	4,22	11º	4.687.999,82	2,98	10º
Pernambuco	2.401.490,70	2,63	13º	4.283.645,34	2,72	11º
Rio Grande do Norte	183.040,00	0,20	24º	4.191.299,84	2,67	12º
Ceará	864.164,00	0,95	18º	3.913.712,10	2,49	13º
Maranhão	246.172,00	0,27	21º	3.813.409,43	2,43	14º
Sergipe	3.269.454,40	3,58	12º	3.296.239,40	2,10	15º
Mato Grosso	1.582.806,80	1,73	14º	3.118.374,95	1,98	16º
Mato Grosso do Sul	7.152.432,00	7,84	7º	2.642.371,38	1,68	17º
Amazonas	1.489.099,00	1,63	15º	2.279.111,04	1,45	18º
Piauí	289.780,00	0,32	20º	1.979.786,00	1,26	19º
Tocantins	968.800,00	1,06	16º	1.932.229,00	1,23	20º
Espírito Santo	939.746,00	1,03	17º	1.565.456,90	1,00	21º
Amapá	234.183,00	0,26	22º	1.183.368,20	0,75	22º
Paraíba	65.900,00	0,07	26º	776.678,80	0,49	23º
Alagoas	7.793.780,50	8,54	6º	730.386,60	0,46	24º
Roraima	198.522,40	0,22	23º	263.772,58	0,17	25º
Acre	121.889,92	0,13	25º	250.242,70	0,16	26º
Distrito Federal	39.700,00	0,04	27º	56.058,40	0,04	27º

Fonte: Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL

Elaboração: Instituto Mauro Borges / SEGPLAN-GO

Gerência de Sistematização e Disseminação de Informações Socioeconômicas - 2018.

(1) Capacidade instalada no país (usina localizada em divisa é considerada em um estado).

Nota: Para a capacidade instalada em UF's usina em divisa de estados é computada em ambos.

8- Educação

Os indicadores de analfabetismo no estado têm diminuído continuamente. A melhoria de Goiás é mais rápida que a do Brasil, mas ainda em um patamar pior do registrado no Centro-Oeste. A explicação disso é que o Distrito Federal é um caso especial e destaque em alfabetização brasileira, pelo alto contingente migratório com maior nível de escolaridade advindo de outros estados, transformando-se assim numa espécie de “ilha de excelência” dentro do Centro-Oeste, em muitos indicadores.

O maior percentual de pessoas alfabetizadas em Goiás encontra-se na zona urbana. Entretanto a diferença com relação ao percentual de pessoas alfabetizadas na zona rural não é grande.

As pessoas alfabetizadas recebem rendimentos cerca de 2 vezes a mais do que as não alfabetizadas. Fato que se explica pelas exigências de profissionalização e escolaridade cada vez maiores no âmbito empregatício atual. Esse dado coloca o estado numa posição intermediária no critério de rendimento e escolaridade entre os demais estados da Federação.

Dentre os alfabetizados tem-se cerca de 1/3 das pessoas recebendo entre 1 e 2 salários mínimos, o que representa a maior classe de população.

Nota-se que existe uma tendência de maior escolaridade entre a população mais jovem. De 15 a 24 anos a taxa de analfabetismo é muito baixa, aumentando nas classes mais velhas. As classes de pessoas com mais idade tem um problema que é o efeito estoque, ou seja, pessoas mais velhas não voltam para a alfabetização.

Há aumento considerável do número de ingressos no ensino superior presencial em Goiás. O número de ingressos mais que dobrou nos últimos dez anos. A reboque também aumentou o número de concluintes, porém, não na mesma proporção.

Goiás oferece ótimas condições para a qualificação de mão de obra técnica, tanto de nível médio, como de nível superior, destacando-se: a Universidade Federal de Goiás (UFG), Universidade Estadual de Goiás (UEG), Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG) com 27 unidades instaladas, além de dezenas de instituições privadas de ensino superior.

Tabela 1 - Taxa de analfabetismo de pessoas de 10 anos ou mais de idade: Brasil, Grandes Regiões e unidades da Federação – 2010 e 2015.

Brasil, Grande Região e Unidade da Federação	2010		2015	
	Analfabetismo (%)	Ranking	Analfabetismo (%)	Ranking
Brasil	9,02	-	7,38	
Sul	4,74	1º	3,86	1º
Sudeste	5,11	2º	4,04	2º
Centro-Oeste	6,64	3º	5,24	3º
Norte	10,60	4º	8,33	4º
Nordeste	17,65	5º	14,78	5º
Distrito Federal	3,26	1º	2,81	1º
Rio de Janeiro	4,10	4º	2,86	2º
Rio Grande do Sul	4,25	5º	3,28	3º
Santa Catarina	3,86	2º	3,31	4º
São Paulo	4,09	3º	3,31	5º
Paraná	5,78	6º	4,79	6º
Amapá	7,89	12º	5,30	7º
Espírito Santo	7,52	9º	5,48	8º
Mato Grosso do Sul	7,05	7º	5,52	9º
Goiás	7,32	8º	5,60	10º
Amazonas	9,60	14º	6,16	11º
Minas Gerais	7,66	10º	6,28	12º
Mato Grosso	7,83	11º	6,51	13º
Roraima	9,70	15º	7,13	14º
Rondônia	7,94	13º	7,28	15º
Pará	11,24	16º	9,16	16º
Tocantins	11,89	17º	10,39	17º
Bahia	15,40	19º	12,41	18º
Acre	15,19	18º	12,44	19º
Pernambuco	16,74	20º	14,10	20º
Sergipe	16,98	21º	14,21	21º
Rio Grande do Norte	17,39	23º	14,48	22º
Paraíba	20,20	25º	15,68	23º
Ceará	17,19	22º	15,89	24º
Piauí	21,14	26º	16,40	25º
Maranhão	19,31	24º	16,94	26º
Alagoas	22,52	27º	18,43	27º

Fonte: IBGE / Censo / PNAD

Elaboração: Instituto Mauro Borges / SEGPLAN-GO

Gerência de Sistematização e Disseminação de Informações Socioeconômicas - 2018.

Tabela 2 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, total e as alfabetizadas, por situação do domicílio: Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2015.

Brasil, Grande Região e Unidade da Federação	Variável X Situação do domicílio														
	Pessoas de 10 anos ou mais de idade (Pessoas)			Pessoas de 10 anos ou mais de idade, alfabetizadas (Pessoas)			Pessoas de 10 anos ou mais de idade, alfabetizadas (Percentual)			Pessoas de 10 anos ou mais de idade, analfabetas (Percentual)			Ranking alfabetização		
	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural
Brasil	177.657	150.985	26.671	164.541	142.643	21.898	92,62	94,47	82,10	7,38	5,53	17,90	-	-	-
Sul	25.772	22.018	3.753	24.778	21.307	3.471	96,14	96,77	92,49	3,86	3,23	7,54	1º	1º	1º
Sudeste	75.599	70.444	5.154	72.543	67.984	4.559	95,96	96,51	88,46	4,04	3,49	11,54	2º	2º	3º
Centro-Oeste	13.340	11.998	1.341	12.641	11.429	1.212	94,76	95,26	90,38	5,24	4,74	9,69	3º	3º	2º
Norte	14.537	10.985	3.552	13.326	10.295	3.031	91,67	93,72	85,33	8,33	6,27	14,67	4º	4º	4º
Nordeste	48.410	35.540	12.870	41.253	31.628	9.626	85,22	88,99	74,79	14,78	11,01	25,21	5º	5º	5º
Distrito Federal	2.559	2.444	115	2.487	2.382	105	97,19	97,46	91,30	2,81	2,54	8,70	1º	1º	4º
Rio de Janeiro	14.647	14.260	386	14.227	13.877	351	97,13	97,31	90,93	2,86	2,69	9,07	2º	3º	5º
Rio Grande do Sul	9.978	8.451	1.527	9.650	8.224	1.427	96,71	97,31	93,45	3,28	2,70	6,55	3º	4º	1º
São Paulo	39.144	37.818	1.326	37.850	36.628	1.222	96,69	96,85	92,16	3,31	3,15	7,84	4º	5º	3º
Santa Catarina	6.049	5.057	992	5.849	4.923	926	96,69	97,35	93,35	3,31	2,65	6,65	5º	2º	2º
Paraná	9.746	8.510	1.235	9.279	8.161	1.118	95,21	95,90	90,53	4,79	4,11	9,47	6º	6º	9º
Amapá	623	547	76	591	521	69	94,86	95,25	90,79	5,30	4,57	9,21	7º	8º	7º
Espírito Santo	3.428	2.915	513	3.240	2.777	463	94,52	95,27	90,25	5,48	4,73	9,75	8º	7º	10º
Mato Grosso do Sul	2.284	2.038	246	2.158	1.935	223	94,48	94,95	90,65	5,52	5,05	9,35	9º	11º	8º
Goiás	5.731	5.251	479	5.410	4.975	435	94,40	94,74	90,81	5,60	5,28	9,19	10º	12º	6º
Amazonas	3.216	2.727	489	3.019	2.595	424	93,87	95,16	86,71	6,16	4,88	13,29	11º	9º	13º
Minas Gerais	18.380	15.451	2.929	17.226	14.703	2.523	93,72	95,16	86,14	6,28	4,84	13,86	12º	10º	14º
Mato Grosso	2.766	2.265	501	2.586	2.137	448	93,49	94,35	89,42	6,51	5,61	10,58	13º	14º	11º
Rondônia	1.498	1.139	359	1.389	1.069	320	92,72	93,85	89,14	7,28	6,15	10,86	14º	15º	12º
Roraima	421	356	64	390	336	55	92,64	94,38	85,94	7,13	5,62	15,63	15º	13º	15º
Pará	6.837	4.734	2.103	6.211	4.419	1.792	90,84	93,35	85,21	9,16	6,65	14,79	16º	16º	16º
Tocantins	1.290	1.008	282	1.156	926	230	89,61	91,87	81,56	10,39	8,13	18,44	17º	17º	17º
Bahia	13.085	9.717	3.368	11.461	8.891	2.570	87,59	91,50	76,31	12,41	8,51	23,69	18º	18º	20º
Acre	651	472	179	570	429	141	87,56	90,89	78,77	12,44	9,32	21,23	19º	19º	18º
Pernambuco	8.100	6.494	1.606	6.958	5.794	1.164	85,90	89,22	72,48	14,10	10,78	27,52	20º	21º	26º
Sergipe	1.921	1.373	548	1.648	1.232	416	85,79	89,73	75,91	14,21	10,27	24,09	21º	20º	21º
Rio Grande do Norte	2.976	2.312	663	2.545	2.049	496	85,52	88,62	74,81	14,48	11,42	25,19	22º	22º	23º
Paraíba	3.411	2.742	670	2.876	2.383	493	84,32	86,91	73,58	15,68	13,06	26,42	23º	26º	24º
Ceará	7.676	5.593	2.082	6.456	4.938	1.518	84,11	88,29	72,91	15,89	11,71	27,09	24º	23º	25º
Piauí	2.738	1.821	916	2.289	1.596	693	83,60	87,64	75,66	16,40	12,41	24,34	25º	24º	22º
Maranhão	5.654	3.384	2.271	4.696	2.942	1.754	83,06	86,94	77,23	16,94	13,06	22,72	26º	25º	19º
Alagoas	2.849	2.103	746	2.324	1.803	522	81,57	85,73	69,97	18,43	14,27	30,16	27º	27º	27º

Fonte: IBGE / PNAD

Elaboração: Instituto Mauro Borges / SEGPLAN-GO

Gerência de Sistematização e Disseminação de Informações Socioeconômicas - 2018.

Tabela 3 - Valor do rendimento nominal médio mensal das pessoas de 10 anos ou mais de idade, com rendimento (em Reais) segundo condição de alfabetização: Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2010.

Brasil, Grande Região e Unidade da Federação	Alfabetização (1)			Ranking pelo Total
	Total	Alfabetizadas	Não alfabetizadas	
Brasil	1.202,05	1.279,21	493,88	-
Centro-Oeste	1.422,28	1.488,11	582,09	1º
Sudeste	1.396,35	1.443,70	580,57	2º
Sul	1.282,27	1.319,44	590,62	3º
Norte	957,35	1.019,92	484,26	4º
Nordeste	805,54	904,42	430,26	5º
Distrito Federal	2.461,72	2.524,99	675,70	1º
São Paulo	1.516,43	1.554,99	626,70	2º
Rio de Janeiro	1.492,63	1.532,00	599,71	3º
Santa Catarina	1.326,30	1.355,36	636,91	4º
Rio Grande do Sul	1.279,89	1.312,67	594,55	5º
Paraná	1.256,56	1.303,29	568,62	6º
Espírito Santo	1.201,17	1.259,90	563,52	7º
Mato Grosso do Sul	1.194,86	1.249,53	549,81	8º
Mato Grosso	1.190,23	1.245,37	585,45	9º
Goiás	1.183,99	1.237,96	576,22	10º
Roraima	1.171,80	1.231,45	549,81	11º
Amapá	1.168,44	1.230,86	530,94	12º
Minas Gerais	1.102,61	1.157,55	530,30	13º
Rondônia	1.078,78	1.128,18	598,23	14º
Amazonas	1.045,59	1.106,50	472,80	15º
Acre	1.023,19	1.126,76	513,61	16º
Tocantins	983,65	1.062,33	489,25	17º
Rio Grande do Norte	910,95	1.021,55	475,84	18º
Sergipe	890,13	1.008,54	432,53	19º
Pernambuco	868,58	973,15	439,17	20º
Pará	845,55	901,78	456,92	21º
Bahia	815,14	901,30	429,91	22º
Alagoas	805,05	942,54	420,36	23º
Paraíba	797,45	911,64	440,25	24º
Ceará	770,72	861,54	419,75	25º
Piauí	731,87	835,36	426,70	26º
Maranhão	693,12	775,99	410,19	27º

Fonte: IBGE / Censo 2010

Elaboração: Instituto Mauro Borges / SEGPLAN-GO

Gerência de Sistematização e Disseminação de Informações Socioeconômicas - 2018.

(1) A categoria Total inclui as pessoas sem declaração de Condição de alfabetização.

Tabela 4 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, alfabetizadas e por classes de rendimento nominal mensal - Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2010.

Brasil, Grande Região e Unidade da Federação	Classes de rendimento nominal mensal												
	Total	Até 1/4 de salário mínimo	Mais de 1/4 a 1/2 salário mínimo	Mais de 1/2 a 1 salário mínimo	Mais de 1 a 2 salários mínimos	Mais de 2 a 3 salários mínimos	Mais de 3 a 5 salários mínimos	Mais de 5 a 10 salários mínimos	Mais de 10 a 15 salários mínimos	Mais de 15 a 20 salários mínimos	Mais de 20 a 30 salários mínimos	Mais de 30 salários mínimos	Sem rendimento
Brasil	147.385.581	3.995.350	4.262.478	27.840.330	29.221.743	10.006.965	8.077.865	5.803.827	1.072.166	882.858	456.615	270.163	55.495.221
Sudeste	65.985.117	749.341	1.098.570	11.132.804	15.226.320	5.408.212	4.405.772	3.139.351	591.050	492.910	258.311	150.867	23.331.609
Nordeste	36.418.987	2.334.199	1.939.958	8.396.377	4.117.665	1.209.769	1.036.338	785.150	147.180	120.635	61.119	35.858	16.234.739
Sul	22.571.912	297.362	462.962	3.896.417	5.963.512	2.104.756	1.593.587	1.037.853	172.350	134.455	63.995	38.077	6.806.586
Norte	11.326.946	446.254	513.100	2.283.351	1.574.631	487.283	403.273	289.536	45.965	35.886	17.236	11.582	5.218.849
Centro-Oeste	11.082.619	168.194	247.888	2.131.381	2.339.615	796.945	638.895	551.937	115.621	98.972	55.954	33.779	3.903.438
São Paulo	34.265.749	250.972	390.795	4.372.637	8.742.841	3.226.043	2.640.446	1.803.913	327.024	279.488	145.463	87.196	11.998.931
Minas Gerais	15.597.391	326.514	447.931	3.747.266	3.085.276	988.484	762.886	526.454	92.858	77.011	39.321	23.738	5.479.652
Rio de Janeiro	13.342.382	121.568	182.198	2.448.669	2.811.119	999.158	844.549	693.233	149.665	120.369	65.648	35.340	4.870.866
Bahia	9.955.024	620.035	545.477	2.357.242	1.156.307	349.176	298.039	215.014	39.380	31.631	15.868	9.294	4.317.561
Rio Grande do Sul	8.930.244	130.157	204.597	1.677.614	2.313.117	800.584	617.909	412.310	73.123	56.316	27.157	15.856	2.601.504
Paraná	8.444.382	124.860	181.147	1.456.387	2.126.574	724.517	552.439	376.387	60.427	48.562	22.886	13.824	2.756.372
Pernambuco	6.140.760	326.809	278.423	1.432.720	759.631	222.715	185.962	142.622	28.502	23.628	12.828	7.427	2.719.493
Ceará	5.888.777	406.084	337.321	1.452.220	627.317	172.345	149.402	115.940	21.676	19.780	9.651	5.911	2.571.130
Pará	5.381.763	248.790	288.439	1.130.810	658.350	193.724	151.154	108.790	17.789	13.848	6.425	4.225	2.559.419
Santa Catarina	5.197.286	42.345	77.218	762.416	1.523.821	579.655	423.239	249.156	38.800	29.577	13.952	8.397	1.448.710
Goiás	4.720.427	83.345	111.860	1.033.916	1.022.552	337.734	253.443	182.309	28.948	25.336	12.027	8.618	1.620.339
Maranhão	4.248.889	315.163	266.919	878.680	416.362	111.257	93.487	67.446	10.702	8.700	4.199	2.832	2.073.142
Espírito Santo	2.779.595	50.287	77.646	564.232	587.084	194.527	157.891	115.751	21.503	16.042	7.879	4.593	982.160
Paraíba	2.523.510	176.411	131.362	592.709	283.457	82.328	71.367	56.802	11.184	9.341	4.499	2.542	1.101.508
Amazonas	2.466.350	79.434	94.905	448.906	364.366	111.136	89.088	62.379	10.583	9.110	4.541	3.125	1.188.777
Mato Grosso	2.338.639	39.396	53.034	436.198	500.385	181.481	132.362	87.471	12.806	11.215	4.836	3.358	876.097
Rio Grande do Norte	2.210.770	125.586	92.496	506.950	288.529	91.001	78.675	59.862	12.666	9.474	4.917	2.774	937.840
Distrito Federal	2.109.380	10.330	25.128	285.390	394.584	142.765	147.100	204.246	61.606	52.351	34.383	18.318	733.179
Piauí	2.048.938	173.704	126.219	433.813	207.952	68.109	52.433	39.449	7.301	5.729	3.053	1.834	929.342
Alagoas	1.974.411	113.692	89.158	416.277	212.439	61.945	57.644	46.487	8.023	6.343	3.221	1.722	957.460
Mato Grosso do Sul	1.914.173	35.123	57.866	375.877	422.094	134.965	105.990	77.911	12.261	10.070	4.708	3.485	673.823
Sergipe	1.427.908	76.715	72.583	325.766	165.671	50.893	49.329	41.528	7.746	6.009	2.883	1.522	627.263
Rondônia	1.192.030	32.399	39.376	228.470	228.186	76.959	60.187	38.127	5.338	4.252	1.904	1.214	475.618
Tocantins	995.429	48.135	42.802	228.131	145.605	45.558	40.424	31.875	4.839	3.753	1.862	1.391	401.054
Acre	486.832	16.056	18.502	93.659	68.840	21.466	21.487	15.159	2.314	1.734	840	560	226.215
Amapá	485.320	13.595	19.302	87.079	66.427	23.330	25.731	20.059	3.023	1.863	931	637	223.343
Roraima	319.222	7.845	9.774	66.296	42.857	15.110	15.202	13.147	2.079	1.326	733	430	144.423

Fonte: IBGE / Censo 2010

Elaboração: Instituto Mauro Borges / SEGPLAN-GO

Gerência de Sistematização e Disseminação de Informações Socioeconômicas - 2018.

Notas: 1) Salário mínimo utilizado: R\$ 510,00; 2) A categoria Sem rendimento inclui as pessoas que receberam somente em benefícios.

Tabela 5 - Taxa de analfabetismo de pessoas de 15 anos ou mais de idade: Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2016 e 2017.

Brasil, Grande Região e Unidade da Federação	2016		2017	
	Analfabetismo (%)	Ranking	Analfabetismo (%)	Ranking
Brasil	7,2	-	7,0	
Sul	3,6	1º	3,5	1º
Sudeste	3,8	2º	3,5	2º
Centro-Oeste	5,7	3º	5,2	3º
Norte	8,5	4º	8,0	4º
Nordeste	14,8	5º	14,5	5º
Distrito Federal	2,6	1º	2,5	1º
Rio de Janeiro	2,7	2º	2,5	2º
Santa Catarina	2,8	3º	2,6	3º
São Paulo	2,8	4º	2,6	4º
Rio Grande do Sul	3,2	5º	3,0	5º
Paraná	4,5	6º	4,6	6º
Amapá	5,0	7º	5,0	7º
Mato Grosso do Sul	6,3	10º	5,0	8º
Espírito Santo	6,2	8º	5,5	9º
Goiás	6,5	11º	5,9	10º
Minas Gerais	6,2	9º	6,0	11º
Roraima	6,6	13º	6,0	12º
Amazonas	6,9	15º	6,2	13º
Mato Grosso	6,5	12º	6,5	14º
Rondônia	6,7	14º	7,2	15º
Pará	9,3	16º	8,6	16º
Tocantins	10,4	17º	10,2	17º
Acre	13,1	20º	12,1	18º
Bahia	13,0	19º	12,7	19º
Pernambuco	12,8	18º	13,4	20º
Rio Grande do Norte	14,7	21º	13,5	21º
Ceará	15,2	23º	14,2	22º
Sergipe	14,7	22º	14,5	23º
Paraíba	16,3	24º	16,5	24º
Piauí	17,2	26º	16,6	25º
Maranhão	16,7	25º	16,7	26º
Alagoas	19,4	27º	18,2	27º

Fonte: IBGE / Censo / PNAD

Elaboração: Instituto Mauro Borges / SEGPLAN-GO

Gerência de Sistematização e Disseminação de Informações Socioeconômicas - 2018.

Tabela 6 - Pessoas de 15 anos ou mais que não sabem ler ou escrever, por sexo: Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2016 e 2017. (mil pessoas)

Brasil, Grande Região e Unidade da Federação	2016			2017			Ranking/2017		
	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher
Brasil	11.765	5.794	5.971	11.466	5.611	5.854	-	-	-
Nordeste	6.469	3.363	3.106	6.427	3.340	3.087	1º	1º	1º
Sudeste	2.658	1.121	1.537	2.503	1.066	1.437	2º	2º	2º
Norte	1.081	578	503	1.043	549	494	3º	3º	4º
Sul	865	395	470	848	348	500	4º	4º	3º
Centro-Oeste	693	337	356	645	308	337	5º	5º	5º
Bahia	1.538	766	772	1.524	748	776	1º	1º	1º
Minas Gerais	1.064	500	563	1.032	471	561	2º	4º	3º
Ceará	1.054	589	465	1.006	549	457	3º	2º	5º
Pernambuco	946	470	476	1.001	500	502	4º	3º	4º
São Paulo	1.031	382	650	940	359	581	5º	6º	2º
Maranhão	840	436	403	854	451	403	6º	5º	6º
Pará	560	310	250	533	291	241	7º	7º	8º
Paraíba	505	266	238	518	280	238	8º	8º	9º
Alagoas	494	241	253	474	239	235	9º	9º	10º
Paraná	403	177	226	420	158	262	10º	12º	7º
Piauí	428	233	195	416	229	186	11º	10º	12º
Rio Grande do Norte	404	228	175	376	209	167	12º	11º	13º
Rio de Janeiro	367	155	212	354	157	196	13º	13º	11º
Goiás	341	173	168	316	150	166	14º	14º	14º
Rio Grande do Sul	301	148	154	281	126	155	15º	16º	15º
Sergipe	260	132	128	258	136	122	16º	15º	16º
Espírito Santo	195	84	111	178	78	99	17º	19º	17º
Amazonas	191	99	91	173	85	88	18º	17º	18º
Mato Grosso	163	75	88	165	79	86	19º	18º	19º
Santa Catarina	160	70	90	148	64	84	20º	21º	20º
Tocantins	119	65	54	119	65	55	21º	20º	21º
Mato Grosso do Sul	128	60	68	104	50	54	22º	22º	22º
Rondônia	89	41	48	99	47	52	23º	23º	23º
Acre	74	40	34	71	37	34	24º	24º	24º
Distrito Federal	61	29	32	60	29	32	25º	25º	25º
Amapá	27	11	15	29	14	14	26º	26º	26º
Roraima	22	11	10	20	10	10	27º	27º	27º

Fonte: IBGE / PNAD Contínua.

Elaboração: Instituto Mauro Borges / SEGPLAN-GO

Gerência de Sistematização e Disseminação de Informações Socioeconômicas - 2018.

Tabela 7 - Ingressos, por processo seletivo, no ensino superior nos Cursos de Graduação Presenciais: Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2010 e 2016

Brasil, Grande Região e Unidade da Federação	2010	Part. (%)	Ranking	2016	Part. (%)	Ranking
Brasil	1.590.212	100,00	-	2.142.463	100,00	
Sudeste	807.304	50,77	1º	1.046.650	48,85	1º
Nordeste	299.950	18,86	2º	421.768	19,69	2º
Sul	231.117	14,53	3º	317.978	14,84	3º
Centro-Oeste	153.885	9,68	4º	211.907	9,89	4º
Norte	97.956	6,16	5º	144.160	6,73	5º
São Paulo	497.984	31,32	1º	626.899	29,26	1º
Minas Gerais	145.575	9,15	2º	197.343	9,21	2º
Rio de Janeiro	136.553	8,59	3º	185.900	8,68	3º
Rio Grande do Sul	84.230	5,30	5º	122.667	5,73	4º
Paraná	103.375	6,50	4º	119.374	5,57	5º
Bahia	69.567	4,37	6º	92.713	4,33	6º
Santa Catarina	43.512	2,74	10º	75.937	3,54	7º
Ceará	38.306	2,41	11º	74.894	3,50	8º
Pernambuco	51.486	3,24	7º	69.719	3,25	9º
Goiás	49.546	3,12	8º	69.154	3,23	10º
Distrito Federal	47.910	3,01	9º	65.352	3,05	11º
Mato Grosso	33.676	2,12	13º	44.035	2,06	12º
Amazonas	37.818	2,38	12º	43.975	2,05	13º
Pará	23.444	1,47	18º	42.564	1,99	14º
Maranhão	25.100	1,58	17º	41.713	1,95	15º
Paraíba	27.611	1,74	15º	38.544	1,80	16º
Espírito Santo	27.192	1,71	16º	36.508	1,70	17º
Mato Grosso do Sul	22.753	1,43	20º	33.366	1,56	18º
Rio Grande do Norte	29.507	1,86	14º	30.706	1,43	19º
Piauí	22.828	1,44	19º	28.612	1,34	20º
Alagoas	20.244	1,27	21º	22.920	1,07	21º
Sergipe	15.301	0,96	22º	21.947	1,02	22º
Tocantins	12.543	0,79	23º	16.302	0,76	23º
Rondônia	11.347	0,71	24º	15.114	0,71	24º
Amapá	5.529	0,35	25º	12.760	0,60	25º
Acre	4.000	0,25	26º	7.059	0,33	26º
Roraima	3.275	0,21	27º	6.386	0,30	27º

Fonte: MEC / INEP / DAES

Elaboração: Instituto Mauro Borges / SEGPLAN-GO

Gerência de Sistematização e Disseminação de Informações Socioeconômicas - 2018.

Tabela 8 - Matrículas em Cursos de Graduação Presenciais, em 30/06, (Capital e Interior): Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2010 e 2016.

Brasil, Grande Região e Unidade da Federação	2010	Part. (%)	Ranking	2016	Part. (%)	Ranking
Brasil	5.449.120	100,00	-	6.554.283	100,00	
Sudeste	2.656.231	48,75	1º	3.020.865	46,09	1º
Nordeste	1.052.161	19,31	2º	1.444.368	22,04	2º
Sul	893.130	16,39	3º	1.009.048	15,40	3º
Centro-Oeste	495.240	9,09	4º	606.523	9,25	4º
Norte	352.358	6,47	5º	473.479	7,22	5º
São Paulo	1.474.516	27,06	1º	1.660.777	25,34	1º
Minas Gerais	559.133	10,26	2º	668.051	10,19	2º
Rio de Janeiro	521.355	9,57	3º	571.155	8,71	3º
Rio Grande do Sul	353.592	6,49	4º	391.468	5,97	4º
Paraná	335.303	6,15	5º	384.632	5,87	5º
Bahia	248.280	4,56	6º	327.672	5,00	6º
Ceará	152.430	2,80	11º	257.827	3,93	7º
Santa Catarina	204.235	3,75	7º	232.948	3,55	8º
Pernambuco	192.436	3,53	8º	231.323	3,53	9º
Goiás	173.003	3,17	9º	204.345	3,12	10º
Distrito Federal	157.111	2,88	10º	185.114	2,82	11º
Pará	101.210	1,86	14º	148.736	2,27	12º
Amazonas	111.433	2,04	12º	140.867	2,15	13º
Paraíba	88.906	1,63	16º	136.216	2,08	14º
Maranhão	86.966	1,60	18º	135.673	2,07	15º
Mato Grosso	91.597	1,68	15º	128.643	1,96	16º
Espírito Santo	101.227	1,86	13º	120.882	1,84	17º
Rio Grande do Norte	87.015	1,60	17º	105.633	1,61	18º
Piauí	81.013	1,49	19º	100.272	1,53	19º
Mato Grosso do Sul	73.529	1,35	20º	88.421	1,35	20º
Alagoas	65.319	1,20	21º	77.738	1,19	21º
Sergipe	49.796	0,91	22º	72.014	1,10	22º
Tocantins	38.998	0,72	24º	52.751	0,80	23º
Rondônia	40.134	0,74	23º	49.123	0,75	24º
Amapá	20.261	0,37	26º	35.759	0,55	25º
Acre	21.342	0,39	25º	26.404	0,40	26º
Roraima	18.980	0,35	27º	19.839	0,30	27º

Fonte: MEC / INEP / DAES

Elaboração: Instituto Mauro Borges / SEGPLAN-GO

Gerência de Sistematização e Disseminação de Informações Socioeconômicas - 2018.

Tabela 9 - Número de Concluintes em Cursos de Graduação Presenciais, (Capital e Interior: Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2010 e 2016.

Brasil, Grande Região e Unidade da Federação	2010	Part. (%)	Ranking	2016	Part. (%)	Ranking
Brasil	829.286	100,00	-	938.732	100,00	
Sudeste	447.369	53,95	1º	460.629	49,07	1º
Nordeste	133.834	16,14	2º	179.953	19,17	2º
Sul	132.805	16,01	3º	141.893	15,12	3º
Centro-Oeste	70.599	8,51	4º	85.890	9,15	4º
Norte	44.679	5,39	5º	70.367	7,50	5º
São Paulo	263.084	31,72	1º	272.623	29,04	1º
Minas Gerais	92.586	11,16	2º	95.861	10,21	2º
Rio de Janeiro	75.225	9,07	3º	75.362	8,03	3º
Paraná	56.363	6,80	4º	60.978	6,50	4º
Rio Grande do Sul	44.531	5,37	5º	48.220	5,14	5º
Bahia	35.346	4,26	6º	38.386	4,09	6º
Santa Catarina	31.911	3,85	7º	32.695	3,48	7º
Pernambuco	24.135	2,91	10º	32.036	3,41	8º
Goiás	25.782	3,11	8º	29.296	3,12	9º
Ceará	16.132	1,95	12º	28.969	3,09	10º
Distrito Federal	24.993	3,01	9º	28.008	2,98	11º
Amazonas	14.229	1,72	13º	22.945	2,44	12º
Pará	13.398	1,62	15º	22.796	2,43	13º
Mato Grosso	11.378	1,37	17º	17.549	1,87	14º
Paraíba	9.821	1,18	18º	17.341	1,85	15º
Espírito Santo	16.474	1,99	11º	16.783	1,79	16º
Rio Grande do Norte	13.823	1,67	14º	15.667	1,67	17º
Maranhão	9.389	1,13	19º	14.296	1,52	18º
Piauí	12.037	1,45	16º	14.091	1,50	19º
Mato Grosso do Sul	8.446	1,02	20º	11.037	1,18	20º
Alagoas	7.014	0,85	21º	10.469	1,12	21º
Sergipe	6.137	0,74	22º	8.698	0,93	22º
Rondônia	5.142	0,62	23º	6.957	0,74	23º
Tocantins	4.268	0,51	24º	6.517	0,69	24º
Amapá	2.585	0,31	26º	4.484	0,48	25º
Acre	3.149	0,38	25º	3.842	0,41	26º
Roraima	1.908	0,23	27º	2.826	0,30	27º

Fonte: MEC / INEP / DAES

Elaboração: Instituto Mauro Borges / SEGPLAN-GO

Gerência de Sistematização e Disseminação de Informações Socioeconômicas - 2018.

9- Emprego e renda

O fortalecimento do setor industrial e sua maior integração ao setor agropecuário, aliado ao bom momento das políticas macroeconômicas dos anos 2000 ampliaram o mercado consumidor interno brasileiro, onde Goiás se consolidou como fornecedor de produtos para atender esse mercado. Esse fator propiciou ao estado a condição de um dos principais geradores de empregos formais entre as unidades da Federação.

Embora o mercado de trabalho goiano tenha tido grandes avanços e gerado empregos de maior qualificação, há que continuar na melhoria da capacitação da mão de obra e elevar a sua produtividade. Exemplo disso é o aumento dos trabalhadores com ensino médio de 6% para 20% nos últimos 10 anos. Contudo, Goiás ainda tem uma alta proporção de empregos com menor qualificação sendo que a maior parte ganha até 2 salários mínimos.

Tabela 1 - Saldo do nível de emprego, segundo: Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2005 e 2017.

Brasil, Grande Região e Unidade da Federação	2005		2017	
	Saldo de emprego	Ranking	Saldo de emprego	Ranking
Brasil	1.253.981	-	-20.832	
Centro-Oeste	55.864	4º	36.823	1º
Sul	162.268	3º	33.395	2º
Norte	48.724	5º	-26	3º
Nordeste	197.014	2º	-14.424	4º
Sudeste	790.111	1º	-76.600	5º
Santa Catarina	63.631	6º	29.441	1º
Goiás	31.672	9º	25.370	2º
Minas Gerais	155.409	2º	24.296	3º
Mato Grosso	-5.776	27º	15.985	4º
Paraná	72.374	4º	12.127	5º
Piauí	6.562	19º	4.540	6º
Tocantins	994	26º	3.759	7º
Roraima	1.463	24º	2.256	8º
Rondônia	4.884	21º	1.571	9º
Maranhão	12.882	16º	1.221	10º
Rio Grande do Norte	18.396	14º	848	11º
Bahia	63.952	5º	839	12º
Distrito Federal	25.356	12º	342	13º
Amazonas	19.939	13º	78	14º
Acre	2.336	23º	42	15º
Amapá	1.311	25º	-320	16º
Sergipe	7.644	18º	-1.381	17º
Espírito Santo	40.660	7º	-2.053	18º
Ceará	30.875	10º	-2.139	19º
Paraíba	10.768	17º	-3.485	20º
Mato Grosso do Sul	4.612	22º	-4.874	21º
Pernambuco	40.230	8º	-6.612	22º
São Paulo	472.931	1º	-6.651	23º
Pará	17.797	15º	-7.412	24º
Rio Grande do Sul	26.263	11º	-8.173	25º
Alagoas	5.705	20º	-8.255	26º
Rio de Janeiro	121.111	3º	-92.192	27º

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego / CAGED.

Elaboração: Instituto Mauro Borges / SEGPLAN-GO

Gerência de Sistematização e Disseminação de Informações Socioeconômicas - 2018.

Obs: Saldo => indica e diferença entre admissões e desligamentos.

Tabela 2 - Salário médio dos empregados admitidos, segundo: Brasil e Unidades da Federação - 2012 e 2017.

Brasil e Unidade da Federação	2012		2017	
	Salário médio (R\$)	Ranking	Salário médio (R\$)	Ranking
Brasil	1.042,00	-	1.468,66	-
Brasil	1.042,00	-	1.559,29	- [LMSP1]
São Paulo	1.189,36	1º	1.818,27	1º
Rio de Janeiro	1.176,85	2º	1.692,80	2º
Distrito Federal	1.056,77	3º	1.657,65	3º
Santa Catarina	1.026,64	4º	1.578,53	4º
Paraná	1.003,97	5º	1.540,99	5º
Rio Grande do Sul	947,55	12º	1.476,27	6º
Amazonas	994,14	6º	1.443,73	7º
Espírito Santo	955,70	9º	1.415,21	8º
Mato Grosso	950,06	10º	1.412,76	9º
Mato Grosso do Sul	919,91	16º	1.403,07	10º
Pará	934,36	15º	1.386,41	11º
Minas Gerais	938,80	14º	1.385,72	12º
Bahia	956,33	7º	1.355,79	13º
Goiás	895,18	18º	1.351,16	14º
Maranhão	949,10	11º	1.328,89	15º
Pernambuco	941,16	13º	1.310,98	16º
Tocantins	881,47	20º	1.286,50	17º
Rondônia	956,29	8º	1.268,10	18º
Ceará	841,23	21º	1.249,50	19º
Amapá	886,60	19º	1.215,47	20º
Acre	905,94	17º	1.202,92	21º
Sergipe	839,24	22º	1.194,51	22º
Roraima	813,99	24º	1.189,54	23º
Piauí	812,47	25º	1.186,45	24º
Alagoas	793,33	27º	1.172,61	25º
Paraíba	799,89	26º	1.169,77	26º

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego / CAGED.

Elaboração: Instituto Mauro Borges / SEGPLAN-GO

Gerência de Sistematização e Disseminação de Informações Socioeconômicas - 2017.

Tabela 3 - Estoque de emprego formal, segundo: Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação

Brasil, Grande Região e Unidade da Federação	2015			2016			Variação (%) 2015/2014
	Estoque de emprego	Part (%)	Ranking	Estoque de emprego	Part (%)	Ranking	
Brasil	48.060.807	100,00	-	46.060.198	100,00		-4,16
Sudeste	23.892.188	49,71	1º	22.851.175	49,61	1º	-4,36
Nordeste	8.899.279	18,52	2º	8.436.203	18,32	2º	-5,20
Sul	8.333.045	17,34	3º	8.091.911	17,57	3º	-2,89
Centro-Oeste	4.211.711	8,76	4º	4.101.874	8,91	4º	-2,61
Norte	2.724.584	5,67	5º	2.579.035	5,60	5º	-5,34
São Paulo	13.697.471	28,50	1º	13.194.120	28,65	1º	-3,67
Minas Gerais	4.821.116	10,03	2º	4.628.701	10,05	2º	-3,99
Rio de Janeiro	4.448.859	9,26	3º	4.159.481	9,03	3º	-6,50
Paraná	3.113.204	6,48	4º	3.013.105	6,54	4º	-3,22
Rio Grande do Sul	3.005.549	6,25	5º	2.910.883	6,32	5º	-3,15
Bahia	2.312.404	4,81	6º	2.171.345	4,71	6º	-6,10
Santa Catarina	2.214.292	4,61	7º	2.167.923	4,71	7º	-2,09
Pernambuco	1.670.335	3,48	8º	1.585.654	3,44	8º	-5,07
Goiás	1.501.397	3,12	10º	1.445.943	3,14	9º	-3,69
Ceará	1.542.759	3,21	9º	1.443.365	3,13	10º	-6,44
Distrito Federal	1.263.872	2,63	11º	1.250.750	2,72	11º	-1,04
Pará	1.125.629	2,34	12º	1.053.271	2,29	12º	-6,43
Espírito Santo	924.742	1,92	13º	868.873	1,89	13º	-6,04
Mato Grosso	800.822	1,67	14º	771.627	1,68	14º	-3,65
Maranhão	722.866	1,50	15º	700.200	1,52	15º	-3,14
Paraíba	667.030	1,39	16º	634.632	1,38	16º	-4,86
Mato Grosso do Sul	645.620	1,34	17º	633.554	1,38	17º	-1,87
Rio Grande do Norte	608.866	1,27	19º	585.969	1,27	18º	-3,76
Amazonas	611.161	1,27	18º	572.035	1,24	19º	-6,40
Alagoas	509.275	1,06	20º	490.272	1,06	20º	-3,73
Piauí	460.776	0,96	21º	441.693	0,96	21º	-4,14
Sergipe	404.968	0,84	22º	383.073	0,83	22º	-5,41
Rondônia	358.661	0,75	23º	341.197	0,74	23º	-4,87
Tocantins	274.645	0,57	24º	264.230	0,57	24º	-3,79
Acre	136.011	0,28	25º	128.137	0,28	25º	-5,79
Amapá	121.913	0,25	26º	125.591	0,27	26º	3,02
Roraima	96.564	0,20	27º	94.574	0,21	27º	-2,06

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego / RAIS.

Elaboração: Instituto Mauro Borges / SEGPLAN-GO

Gerência de Sistematização e Disseminação de Informações Socioeconômicas - 2018.

Tabela 4 - Estoque de emprego formal por setor de atividade, segundo: Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação – 2010.

Brasil, Grande Região e Unidade da Federação	Total	Part (%)	Ranking	Indústria	Part (%)	Construção civil	Part (%)	Comércio	Part (%)	Serviço	Part (%)	Agropecuária	Part (%)
Brasil	44.068.355	100,00	-	8.499.202	100,00	2.508.922	100,00	8.382.239	100,00	23.268.395	100,00	1.409.597	100,00
Sudeste	22.460.999	50,97	1º	4.467.156	52,56	1.227.129	48,91	4.363.359	52,05	11.769.861	50,58	633.494	47,16
Nordeste	8.010.839	18,18	2º	1.166.279	13,72	570.023	22,72	1.368.458	16,33	4.669.420	20,07	236.659	15,82
Sul	7.557.531	17,15	3º	2.100.513	24,71	349.971	13,95	1.547.789	18,47	3.331.428	14,32	227.830	16,10
Centro-Oeste	3.630.804	8,24	4º	450.509	5,30	200.929	8,01	678.619	8,10	2.062.480	8,86	238.267	15,96
Norte	2.408.182	5,46	5º	314.745	3,70	160.870	6,41	424.014	5,06	1.435.206	6,17	73.347	4,95
São Paulo	12.873.605	29,21	1º	2.900.313	34,12	633.882	25,27	2.506.367	29,90	6.501.632	27,94	331.411	26,09
Minas Gerais	4.646.891	10,54	2º	898.428	10,57	308.310	12,29	889.667	10,61	2.301.047	9,89	249.439	17,32
Rio de Janeiro	4.080.082	9,26	3º	529.316	6,23	224.662	8,95	788.750	9,41	2.514.185	10,81	23.169	1,62
Rio Grande do Sul	2.804.162	6,36	4º	754.299	8,87	124.875	4,98	561.690	6,70	1.281.163	5,51	82.135	5,63
Paraná	2.783.715	6,32	5º	690.919	8,13	136.051	5,42	590.211	7,04	1.263.944	5,43	102.590	7,37
Bahia	2.139.232	4,85	6º	255.774	3,01	153.474	6,12	388.218	4,63	1.255.162	5,39	86.604	5,74
Santa Catarina	1.969.654	4,47	7º	655.295	7,71	89.045	3,55	395.888	4,72	786.321	3,38	43.105	3,10
Pernambuco	1.536.626	3,49	8º	236.451	2,78	122.908	4,90	264.682	3,16	861.301	3,70	51.284	2,95
Ceará	1.325.792	3,01	9º	261.198	3,07	75.973	3,03	209.548	2,50	756.793	3,25	22.280	1,71
Goiás	1.313.641	2,98	10º	221.289	2,60	76.504	3,05	251.159	3,00	682.993	2,94	81.696	5,38
Distrito Federal	1.099.832	2,50	11º	42.443	0,50	63.281	2,52	163.830	1,95	823.708	3,54	6.570	0,44
Pará	951.235	2,16	12º	115.307	1,36	60.633	2,42	177.125	2,11	558.194	2,40	39.976	2,71
Espírito Santo	860.421	1,95	13º	139.099	1,64	60.275	2,40	178.575	2,13	452.997	1,95	29.475	2,14
Mato Grosso	656.542	1,49	14º	100.757	1,19	33.437	1,33	156.218	1,86	277.830	1,19	88.300	5,88
Maranhão	636.625	1,44	15º	43.996	0,52	59.688	2,38	118.404	1,41	396.643	1,70	17.894	1,23
Paraíba	579.504	1,32	16º	83.874	0,99	31.822	1,27	83.959	1,00	365.689	1,57	14.160	1,08
Amazonas	575.739	1,31	17º	125.994	1,48	24.144	0,96	80.726	0,96	341.776	1,47	3.099	0,20
Rio Grande do Norte	575.026	1,30	18º	89.663	1,05	38.508	1,53	102.291	1,22	330.317	1,42	14.247	1,06
Mato Grosso do Sul	560.789	1,27	19º	86.020	1,01	27.707	1,10	107.412	1,28	277.949	1,19	61.701	4,27
Alagoas	470.992	1,07	20º	110.487	1,30	27.986	1,12	73.322	0,87	249.368	1,07	9.829	0,70
Piauí	377.463	0,86	21º	32.664	0,38	30.951	1,23	71.813	0,86	235.404	1,01	6.631	0,50
Sergipe	369.579	0,84	22º	52.172	0,61	28.713	1,14	56.221	0,67	218.743	0,94	13.730	0,86
Rondônia	334.290	0,76	23º	37.057	0,44	42.751	1,70	71.958	0,86	172.053	0,74	10.471	0,70
Tocantins	238.955	0,54	24º	18.487	0,22	13.741	0,55	40.246	0,48	151.797	0,65	14.684	1,00
Acre	121.187	0,27	25º	7.967	0,09	8.960	0,36	19.281	0,23	81.719	0,35	3.260	0,21
Amapá	108.191	0,25	26º	5.568	0,07	4.618	0,18	21.117	0,25	75.853	0,33	1.035	0,07
Roraima	78.585	0,18	27º	4.365	0,05	6.023	0,24	13.561	0,16	53.814	0,23	822	0,06

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego / RAIS.

Elaboração: Instituto Mauro Borges / SEGPLAN-GO

Gerência de Sistematização e Disseminação de Informações Socioeconômicas - 2018.

Tabela 5 - Estoque de emprego formal por setor de atividade, segundo: Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação – 2016.

Brasil, Grande Região e Unidade da Federação	Total	Part (%)	Ranking	Indústria	Part (%)	Construção civil	Part (%)	Comércio	Part (%)	Serviço	Part (%)	Agropecuária	Part (%)
Brasil	46.060.198	100,00		7.798.779	100,00	1.985.404	100,00	9.264.904	100,00	25.534.892	100,00	1.476.219	100,00
Sudeste	22.851.175	49,61	1º	3.931.586	50,41	1.000.927	50,41	4.675.565	50,47	12.616.796	49,41	626.301	42,43
Nordeste	8.436.203	18,32	2º	1.095.538	14,05	393.355	19,81	1.607.501	17,35	5.099.868	19,97	239.941	16,25
Sul	8.091.911	17,57	3º	1.985.755	25,46	314.720	15,85	1.716.180	18,52	3.842.326	15,05	232.930	15,78
Centro-Oeste	4.101.874	8,91	4º	492.109	6,31	153.811	7,75	763.813	8,24	2.410.126	9,44	282.015	19,10
Norte	2.579.035	5,60	5º	293.791	3,77	122.591	6,17	501.845	5,42	1.565.776	6,13	95.032	6,44
São Paulo	13.194.120	28,65	1º	2.490.382	31,93	548.969	27,65	2.675.238	28,87	7.164.785	28,06	314.746	21,32
Minas Gerais	4.628.701	10,05	2º	830.774	10,65	227.752	11,47	968.396	10,45	2.342.916	9,18	258.863	17,54
Rio de Janeiro	4.159.481	9,03	3º	476.672	6,11	183.392	9,24	841.106	9,08	2.635.028	10,32	23.283	1,58
Paraná	3.013.105	6,54	4º	651.748	8,36	123.024	6,20	658.316	7,11	1.475.943	5,78	104.074	7,05
Rio Grande do Sul	2.910.883	6,32	5º	677.235	8,68	108.116	5,45	616.805	6,66	1.423.066	5,57	85.661	5,80
Bahia	2.171.345	4,71	6º	247.766	3,18	112.923	5,69	441.279	4,76	1.280.339	5,01	89.038	6,03
Santa Catarina	2.167.923	4,71	7º	656.772	8,42	83.580	4,21	441.059	4,76	943.317	3,69	43.195	2,93
Pernambuco	1.585.654	3,44	8º	231.854	2,97	66.454	3,35	299.785	3,24	937.650	3,67	49.911	3,38
Goiás	1.445.943	3,14	9º	245.403	3,15	56.146	2,83	288.821	3,12	760.171	2,98	95.402	6,46
Ceará	1.443.365	3,13	10º	244.056	3,13	61.516	3,10	260.979	2,82	853.499	3,34	23.315	1,58
Distrito Federal	1.250.750	2,72	11º	45.780	0,59	41.916	2,11	162.339	1,75	993.989	3,89	6.726	0,46
Pará	1.053.271	2,29	12º	109.518	1,40	65.755	3,31	208.483	2,25	619.107	2,42	50.408	3,41
Espírito Santo	868.873	1,89	13º	133.758	1,72	40.814	2,06	190.825	2,06	474.067	1,86	29.409	1,99
Mato Grosso	771.627	1,68	14º	102.250	1,31	29.858	1,50	187.284	2,02	343.265	1,34	108.970	7,38
Maranhão	700.200	1,52	15º	45.851	0,59	36.985	1,86	149.122	1,61	450.008	1,76	18.234	1,24
Paraíba	634.632	1,38	16º	83.210	1,07	28.589	1,44	103.509	1,12	406.239	1,59	13.085	0,89
Mato Grosso do Sul	633.554	1,38	17º	98.676	1,27	25.891	1,30	125.369	1,35	312.701	1,22	70.917	4,80
Rio Grande do Norte	585.969	1,27	18º	74.237	0,95	26.060	1,31	114.774	1,24	353.481	1,38	17.417	1,18
Amazonas	572.035	1,24	19º	105.698	1,36	20.510	1,03	95.503	1,03	346.267	1,36	4.057	0,27
Alagoas	490.272	1,06	20º	83.762	1,07	21.149	1,07	85.748	0,93	289.171	1,13	10.442	0,71
Piauí	441.693	0,96	21º	33.010	0,42	22.347	1,13	86.670	0,94	292.101	1,14	7.565	0,51
Sergipe	383.073	0,83	22º	51.792	0,66	17.332	0,87	65.635	0,71	237.380	0,93	10.934	0,74
Rondônia	341.197	0,74	23º	39.371	0,50	12.694	0,64	82.227	0,89	193.655	0,76	13.250	0,90
Tocantins	264.230	0,57	24º	20.834	0,27	10.911	0,55	48.554	0,52	163.592	0,64	20.339	1,38
Acre	128.137	0,28	25º	7.946	0,10	4.507	0,23	24.199	0,26	87.066	0,34	4.419	0,30
Amapá	125.591	0,27	26º	5.299	0,07	5.056	0,25	24.782	0,27	89.382	0,35	1.072	0,07
Roraima	94.574	0,21	27º	5.125	0,07	3.158	0,16	18.097	0,20	66.707	0,26	1.487	0,10

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego / RAIS.

Elaboração: Instituto Mauro Borges / SEGPLAN-GO

Gerência de Sistematização e Disseminação de Informações Socioeconômicas - 2017.

Tabela 6 - Remuneração média segundo: Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação

Brasil, Grande Região e Unidade da Federação	2015		2016		Variação (%) 2016 / 2015
	Remuneração média (R\$)	Ranking	Remuneração média (R\$)	Ranking	
Brasil	2.541,18		2.731,61		7,49
Centro-Oeste	3.027,99	1º	3.283,70	1º	8,44
Sudeste	2.708,73	2º	2.885,94	2º	6,54
Sul	2.432,61	3º	2.635,95	3º	8,36
Norte	2.367,61	4º	2.523,19	4º	6,57
Nordeste	2.015,76	5º	2.200,61	5º	9,17
Distrito Federal	4.768,76	1º	5.057,88	1º	6,06
Rio de Janeiro	2.959,20	3º	3.107,92	2º	5,03
São Paulo	2.848,33	4º	3.036,76	3º	6,62
Roraima	2.677,29	5º	2.928,26	4º	9,37
Rio Grande do Sul	2.479,21	6º	2.692,58	5º	8,61
Mato Grosso	2.377,83	11º	2.642,22	6º	11,12
Paraná	2.438,35	7º	2.632,21	7º	7,95
Acre	2.409,16	9º	2.596,94	8º	7,79
Amazonas	2.376,12	12º	2.585,44	9º	8,81
Mato Grosso do Sul	2.382,70	10º	2.583,93	10º	8,45
Amapá	3.152,33	2º	2.579,37	11º	-18,18
Santa Catarina	2.361,28	13º	2.565,09	12º	8,63
Tocantins	2.417,50	8º	2.552,62	13º	5,59
Pará	2.273,01	14º	2.471,91	14º	8,75
Espírito Santo	2.266,24	15º	2.430,38	15º	7,24
Goiás	2.186,88	17º	2.397,96	16º	9,65
Rondônia	2.245,96	16º	2.393,70	17º	6,58
Sergipe	2.085,98	20º	2.343,28	18º	12,34
Minas Gerais	2.165,84	18º	2.342,07	19º	8,14
Bahia	2.131,85	19º	2.309,56	20º	8,34
Rio Grande do Norte	2.082,62	21º	2.291,52	21º	10,03
Pernambuco	2.064,72	22º	2.225,19	22º	7,77
Piauí	1.996,17	24º	2.221,92	23º	11,31
Maranhão	2.007,75	23º	2.214,98	24º	10,32
Ceará	1.863,31	27º	2.051,25	25º	10,09
Paraíba	1.867,44	26º	2.045,72	26º	9,55
Alagoas	1.877,57	25º	2.018,92	27º	7,53

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego / RAIS.

Elaboração: Instituto Mauro Borges / SEGPLAN-GO

Gerência de Sistematização e Disseminação de Informações Socioeconômicas - 2018.

Tabela 7 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, economicamente ativas na semana de referência, segundo: Brasil, Centro-Oeste e Unidades da Federação

Brasil, Centro-Oeste e Unidade da Federação	2012			2017			Variação (%) 2017 / 2012
	PEA (mil pessoas)	Part (%)	Ranking	PEA (mil pessoas)	Part (%)	Ranking	
Brasil	96.959	100,00		104.419	100,00		7,69
Sudeste	42.955	44,30	1º	46.923	44,94	1º	9,24
Nordeste	24.046	24,80	2º	25.044	23,98	2º	4,15
Sul	14.929	15,40	3º	15.930	15,26	3º	6,71
Centro-Oeste	7.515	7,75	5º	8.340	7,99	4º	10,98
Norte	7.515	7,75	4º	8.181	7,83	5º	8,86
São Paulo	22.688	23,40	1º	25.009	23,95	1º	10,23
Minas Gerais	10.353	10,68	2º	11.197	10,72	2º	8,15
Rio de Janeiro	7.926	8,17	3º	8.610	8,25	3º	8,63
Bahia	7.074	7,30	4º	7.224	6,92	4º	2,12
Rio Grande do Sul	5.810	5,99	5º	6.091	5,83	5º	4,84
Paraná	5.671	5,85	6º	5.989	5,74	6º	5,61
Pernambuco	3.877	4,00	7º	4.147	3,97	7º	6,96
Ceará	3.604	3,72	8º	4.083	3,91	8º	13,29
Pará	3.528	3,64	9º	3.880	3,72	9º	9,98
Santa Catarina	3.448	3,56	10º	3.850	3,69	10º	11,66
Goiás	3.252	3,35	11º	3.625	3,47	11º	11,47
Maranhão	2.687	2,77	12º	2.705	2,59	12º	0,67
Espírito Santo	1.987	2,05	13º	2.106	2,02	13º	5,99
Amazonas	1.632	1,68	15º	1.784	1,71	14º	9,31
Paraíba	1.646	1,70	14º	1.726	1,65	15º	4,86
Mato Grosso	1.559	1,61	16º	1.687	1,62	16º	8,21
Distrito Federal	1.451	1,50	17º	1.640	1,57	17º	13,03
Rio Grande do Norte	1.450	1,50	18º	1.516	1,45	18º	4,55
Piauí	1.430	1,47	19º	1.413	1,35	19º	-1,19
Mato Grosso do Sul	1.254	1,29	20º	1.388	1,33	20º	10,69
Alagoas	1.252	1,29	21º	1.180	1,13	21º	-5,75
Sergipe	1.026	1,06	22º	1.049	1,00	22º	2,24
Rondônia	837	0,86	23º	886	0,85	23º	5,85

Fonte: IBGE / Censos / PNAD

Elaboração: Instituto Mauro Borges / SEGPLAN-GO

Gerência de Sistematização e Disseminação de Informações Socioeconômicas - 2018.

Tabela 8 - Valor do rendimento nominal médio mensal das pessoas de 10 anos ou mais de idade, com rendimento (Reais), segundo: Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação

Brasil, Grande Região e Unidade da Federação	2012		2017	
	Rendimento médio (R\$)	Ranking	Rendimento médio (R\$)	Ranking
Brasil	2.136,00		2.106,00	
Centro-Oeste	2.339,00	2º	2.415,00	1º
Sudeste	2.504,00	1º	2.381,00	2º
Sul	2.281,00	3º	2.313,00	3º
Norte	1.570,00	4º	1.611,00	4º
Nordeste	1.447,00	5º	1.477,00	5º
Distrito Federal	3.749,00	1º	3.896,00	1º
São Paulo	2.872,00	2º	2.683,00	2º
Rio Grande do Sul	2.325,00	4º	2.333,00	3º
Santa Catarina	2.238,00	6º	2.305,00	4º
Paraná	2.264,00	5º	2.299,00	5º
Rio de Janeiro	2.427,00	3º	2.283,00	6º
Amapá	2.050,00	10º	2.136,00	7º
Mato Grosso	2.057,00	9º	2.088,00	8º
Mato Grosso do Sul	2.098,00	8º	2.062,00	9º
Goiás	1.927,00	12º	2.038,00	10º
Roraima	2.165,00	7º	2.021,00	11º
Espírito Santo	1.993,00	11º	1.998,00	12º
Minas Gerais	1.827,00	13º	1.855,00	13º
Amazonas	1.643,00	20º	1.850,00	14º
Rondônia	1.678,00	17º	1.757,00	15º
Tocantins	1.659,00	19º	1.692,00	16º
Acre	1.709,00	15º	1.635,00	17º
Paraíba	1.448,00	21º	1.593,00	18º
Pernambuco	1.713,00	14º	1.574,00	19º
Bahia	1.374,00	24º	1.546,00	20º
Sergipe	1.685,00	16º	1.526,00	21º
Rio Grande do Norte	1.663,00	18º	1.501,00	22º
Ceará	1.394,00	23º	1.464,00	23º
Pará	1.403,00	22º	1.384,00	24º
Alagoas	1.373,00	25º	1.335,00	25º
Piauí	1.333,00	26º	1.290,00	26º
Maranhão	1.206,00	27º	1.226,00	27º

Fonte: IBGE / Censos / PNAD

Elaboração: Instituto Mauro Borges / SEGPLAN-GO

Gerência de Sistematização e Disseminação de Informações Socioeconômicas - 2018.

Tabela 9 - Índice de Gini do rendimento médio mensal real das pessoas de 14 anos ou mais de idade, efetivamente recebido no mês de referência, em todos os trabalhos, segundo: Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação

Brasil, Grande Região e Unidade da Federação	2016		2017	
	Gini	Ranking	Gini	Ranking
Brasil	0,549		0,549	
Sul	0,473	1º	0,477	1º
Sudeste	0,535	3º	0,529	2º
Centro-Oeste	0,523	2º	0,536	3º
Norte	0,539	4º	0,544	4º
Nordeste	0,555	5º	0,567	5º
Santa Catarina	0,429	1º	0,421	1º
Rondônia	0,478	4º	0,455	2º
Mato Grosso	0,457	2º	0,469	3º
Mato Grosso do Sul	0,481	5º	0,481	4º
Paraná	0,485	6º	0,492	5º
Rio Grande do Sul	0,486	7º	0,492	6º
Goiás	0,474	3º	0,493	7º
Tocantins	0,498	8º	0,504	8º
Minas Gerais	0,504	9º	0,506	9º
Espírito Santo	0,513	10º	0,514	10º
Rio de Janeiro	0,524	11º	0,521	11º
Pará	0,531	14º	0,524	12º
Rio Grande do Norte	0,558	21º	0,529	13º
Alagoas	0,526	12º	0,530	14º
São Paulo	0,541	16º	0,534	15º
Maranhão	0,528	13º	0,538	16º
Piauí	0,546	17º	0,541	17º
Roraima	0,547	18º	0,546	18º
Pernambuco	0,578	26º	0,557	19º
Sergipe	0,572	24º	0,558	20º
Ceará	0,553	20º	0,560	21º
Paraíba	0,540	15º	0,563	22º
Acre	0,575	25º	0,566	23º
Amapá	0,560	22º	0,594	24º
Bahia	0,548	19º	0,599	25º
Distrito Federal	0,583	27º	0,602	26º
Amazonas	0,572	23º	0,604	27º

Fonte: IBGE / PNAD Contínua

Elaboração: Instituto Mauro Borges / SEGPLAN-GO

Gerência de Sistematização e Disseminação de Informações Socioeconômicas - 2018.

(1) O Índice de Gini é uma medida do grau de concentração de uma distribuição, cujo valor varia de 0 (zero) - a perfeita igualdade - até 1 (um) - a desigualdade máxima.

10- Saúde

Em Goiás houve redução da taxa de mortalidade infantil desde os anos 1980, mas ainda é algo a ser melhorado. A redução está certamente associada a muitas medidas adotadas na área da saúde como as de caráter preventivo através do atendimento às gestantes e as campanhas de vacinação. Todavia, o estado ainda está muito acima da taxa aceitável pela Organização Mundial de Saúde (OMS) de 10 (dez) óbitos por mil nascimentos.

Outro indicador que apresentou melhoria contínua nos últimos 30 anos foi a expectativa de vida ao nascer.

No que diz respeito a quantidade de estabelecimentos cadastrados no Ministério da Saúde bem como o número dos profissionais de saúde tem-se que o número de médicos por mil habitantes é de 2 – 10º no ranking nacional. A meta do Governo Federal é de que haja 2,5 médicos por mil habitantes. Portanto, Goiás está abaixo desta meta, contudo, segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), esse número deve variar conforme o país.

Na relação número de leitos hospitalares por mil habitantes, Goiás está no 2º lugar entre os estados da Federação, atrás apenas do Rio Grande do Sul.

Tabela 1 - Leitos hospitalares por mil habitantes: Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2010 e 2017.

Brasil, Grande Região e Unidade da Federação	2010	Ranking	2017	Ranking
Brasil	2,66	-	2,38	
Sul	2,98	1º	2,74	1º
Centro-Oeste	2,86	2º	2,62	2º
Sudeste	2,76	3º	2,39	3º
Nordeste	2,46	4º	2,23	4º
Norte	2,13	5º	1,93	5º
Rio Grande do Sul	3,10	4º	3,00	1º
Goiás	3,12	3º	2,84	2º
Rio de Janeiro	3,46	1º	2,73	3º
Paraná	3,05	5º	2,71	4º
Distrito Federal	3,16	2º	2,62	5º
Rondônia	2,72	9º	2,57	6º
Piauí	2,78	6º	2,53	7º
Pernambuco	2,73	7º	2,50	8º
Mato Grosso	2,35	18º	2,46	9º
Paraíba	2,73	8º	2,39	10º
Santa Catarina	2,67	10º	2,39	11º
São Paulo	2,65	11º	2,37	12º
Rio Grande do Norte	2,56	12º	2,35	13º
Mato Grosso do Sul	2,53	13º	2,30	14º
Minas Gerais	2,47	14º	2,19	15º
Espírito Santo	2,46	15º	2,19	16º
Ceará	2,39	16º	2,19	17º
Maranhão	2,38	17º	2,18	18º
Alagoas	2,20	20º	2,12	19º
Bahia	2,32	19º	2,10	20º
Pará	2,19	22º	2,02	21º
Roraima	2,00	24º	1,98	22º
Tocantins	1,91	26º	1,94	23º
Acre	2,20	21º	1,92	24º
Amazonas	1,92	25º	1,62	25º
Sergipe	2,06	23º	1,60	26º
Amapá	1,76	27º	1,21	27º

Fonte: DATASUS

Elaboração: Instituto Mauro Borges / SEGPLAN-GO

Gerência de Sistematização e Disseminação de Informações Socioeconômicas - 2018.

Tabela 2 - Médicos por 1.000 habitantes, Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação

Brasil, Grande Região e Unidade da Federação	2010	Ranking	2017	Ranking
Brasil	1,52	-	2,18	
Sudeste	1,97	1º	3,07	1º
Centro-Oeste	1,59	3º	2,57	2º
Sul	1,64	2º	2,51	3º
Nordeste	1,00	4º	1,54	4º
Norte	0,79	5º	1,24	5º
Distrito Federal	2,81	1º	4,71	1º
Rio de Janeiro	2,24	2º	3,99	2º
São Paulo	2,04	3º	3,03	3º
Rio Grande do Sul	1,83	4º	2,78	4º
Espírito Santo	1,77	5º	2,57	5º
Minas Gerais	1,61	6º	2,51	6º
Santa Catarina	1,55	7º	2,44	7º
Paraná	1,49	8º	2,28	8º
Mato Grosso do Sul	1,37	10º	2,20	9º
Goiás	1,40	9º	2,15	10º
Pernambuco	1,22	12º	1,89	11º
Paraíba	1,15	15º	1,83	12º
Tocantins	1,01	18º	1,81	13º
Rio Grande do Norte	1,19	14º	1,77	14º
Sergipe	1,26	11º	1,76	15º
Mato Grosso	1,08	16º	1,76	16º
Roraima	1,21	13º	1,70	17º
Rondônia	0,87	24º	1,56	18º
Ceará	0,93	21º	1,52	19º
Alagoas	1,03	17º	1,48	20º
Piauí	0,84	25º	1,46	21º
Bahia	1,00	19º	1,46	22º
Amazonas	0,90	23º	1,25	23º
Acre	0,98	20º	1,22	24º
Amapá	0,90	22º	1,12	25º
Pará	0,63	26º	1,04	26º
Maranhão	0,57	27º	0,98	27º

Fonte: Quantidade de médicos: DATASUS; População: IBGE.

Elaboração: Instituto Mauro Borges / SEGPLAN-GO

Gerência de Sistematização e Disseminação de Informações Socioeconômicas - 2018.

Tabela 3 - Taxa de mortalidade infantil: Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação

Brasil, Grande Região e Unidade da Federação	2005		2017	
	TMI	Ranking	TMI	Ranking
Brasil	22,2		12,8	
Sul	14,0	1º	9,1	1º
Sudeste	16,1	2º	10,0	2º
Centro-Oeste	19,6	3º	14,0	3º
Nordeste	32,0	5º	16,0	4º
Norte	25,2	4º	17,1	5º
Espírito Santo	16,5	6º	8,4	1º
Santa Catarina	13,3	2º	8,9	2º
Paraná	15,1	5º	8,9	3º
Rio Grande do Sul	13,2	1º	9,3	4º
São Paulo	14,3	4º	9,6	5º
Distrito Federal	13,4	3º	10,3	6º
Minas Gerais	19,2	8º	10,4	7º
Rio de Janeiro	16,7	7º	11,1	8º
Pernambuco	29,7	21º	12,1	9º
Mato Grosso do Sul	20,3	10º	13,6	10º
Ceará	27,1	18º	13,8	11º
Rio Grande do Norte	30,1	22º	14,0	12º
Goiás	20,6	11º	14,5	13º
Tocantins	23,8	13º	15,3	14º
Paraíba	32,3	25º	15,4	15º
Sergipe	31,1	24º	15,4	16º
Pará	24,6	14º	16,1	17º
Acre	28,7	20º	16,3	18º
Mato Grosso	22,1	12º	16,5	19º
Bahia	30,7	23º	16,6	20º
Roraima	19,7	9º	17,0	21º
Amazonas	26,7	17º	17,7	22º
Alagoas	44,7	27º	18,3	23º
Piauí	28,7	19º	18,5	24º
Rondônia	25,6	15º	19,6	25º
Maranhão	38,2	26º	20,3	26º
Amapá	26,0	16º	23,0	27º

Fonte: IBGE/Projeção 2013 – Indicadores 2000 - 2030.

Elaboração: Instituto Mauro Borges / SEGPLAN-GO

Gerência de Sistematização e Disseminação de Informações Socioeconômicas - 2018.

Obs: Taxa de Mortalidade Infantil = Número de óbitos de crianças residentes com menos de um ano por 1.000 nascidos vivos

Tabela 4 - Esperança de vida ao nascer: Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação

Brasil, Centro Oeste e Unidade da Federação	2005		2017	
	Esperança de vida (em anos)	Ranking	Esperança de vida (em anos)	Ranking
Brasil	72,0	-	76,0	
Sul	74,0	1º	78,1	1º
Sudeste	73,5	2º	77,8	2º
Centro-Oeste	72,3	3º	75,3	3º
Nordeste	69,4	5º	73,4	4º
Norte	69,4	4º	72,4	5º
Santa Catarina	74,7	1º	79,4	1º
Espírito Santo	73,4	6º	78,5	2º
Distrito Federal	74,5	2º	78,4	3º
São Paulo	74,0	4º	78,4	4º
Rio Grande do Sul	74,3	3º	78,0	5º
Minas Gerais	73,8	5º	77,5	6º
Paraná	73,3	7º	77,4	7º
Rio de Janeiro	72,2	9º	76,5	8º
Rio Grande do Norte	72,4	8º	76,0	9º
Mato Grosso do Sul	72,1	11º	75,8	10º
Mato Grosso	71,1	12º	74,5	11º
Goiás	72,2	10º	74,3	12º
Pernambuco	68,3	24º	74,3	13º
Acre	69,3	19º	74,2	14º
Amapá	70,2	15º	74,2	15º
Ceará	71,0	13º	74,1	16º
Bahia	70,4	14º	73,7	17º
Tocantins	69,7	17º	73,7	18º
Paraíba	69,3	20º	73,5	19º
Sergipe	69,5	18º	72,9	20º
Pará	69,7	16º	72,3	21º
Amazonas	68,9	22º	72,1	22º
Alagoas	66,8	27º	72,0	23º
Roraima	67,5	25º	71,8	24º
Rondônia	69,0	21º	71,5	25º
Piauí	68,9	23º	71,2	26º
Maranhão	67,1	26º	70,9	27º

Fonte: IBGE/Projeção 2013 – Indicadores 2000 - 2030.

Elaboração: Instituto Mauro Borges / SEGPLAN-GO

Gerência de Sistematização e Disseminação de Informações Socioeconômicas - 2018.

11- Habitação e saneamento

Conforme estudo recente do IPEA, o déficit habitacional tanto no Brasil quanto em Goiás diminuiu nos últimos anos. Apesar da melhoria, em Goiás, o déficit ainda é grande, apesar dos programas sociais da área de habitação.

De um total de quase 2 milhões de domicílios particulares permanentes, 43,7% são considerados adequados em termos de saneamento, portanto abaixo da média nacional que é de 61,8%. 7,1% são considerados inadequados, um pouco melhor do que a média nacional que é de 8,1%.

Na última década houve aumento considerável no que diz respeito ao abastecimento de água, esgotamento sanitário e de coleta de lixo adequados, tanto no Brasil, quanto no Centro-Oeste e Goiás. Apesar do crescimento na prestação desses serviços, segundo o IBGE, o adequado abastecimento urbano de água em Goiás (89,8%) é menor que o do Centro Oeste (92,9%) e do Brasil (92,3%). Já a empresa de saneamento de Goiás (Saneago) aponta para a quase universalização do atendimento de água, pelo menos na área urbana.

Quanto ao esgotamento sanitário urbano, conforme IBGE, este é precário em Goiás sendo que 43,4% da população possui o benefício, percentual bem abaixo da média brasileira, de 70,5%, e da região Centro-Oeste, de 49,8%. A Saneago aponta para pouco mais da metade com atendimento de esgoto sanitário no estado.

Tabela 1 - Proporção de domicílios particulares permanentes por tipo de saneamento: Brasil e Unidades da Federação - 2000 e 2010.

Brasil e Unidade da Federação	Proporção de domicílios particulares permanentes por tipo de saneamento (%)									
	Adequado (1)			Semi-adequado (2)			Inadequado (3)			Ranking
	2000	2010	Variação 2000/2010	2000	2010	Variação 2000/2010	2000	2010	Variação 2000/2010	Saneamento Adequado
Brasil	56,5	61,8	9,4	29,6	30,1	1,7	14,0	8,1	-42,1	-
São Paulo	85,7	89,3	4,2	11,7	9,6	-17,9	2,6	1,1	-57,7	1º
Distrito Federal	86,7	86,4	-0,3	10,3	12,6	22,3	3,0	1,0	-66,7	2º
Rio de Janeiro	73,5	76,2	3,7	23,3	22,5	-3,4	3,3	1,4	-57,6	3º
Minas Gerais	66,4	75,0	13,0	19,9	16,4	-17,6	13,7	8,6	-37,2	4º
Espírito Santo	61,1	69,3	13,4	24,5	22,2	-9,4	14,3	8,5	-40,6	5º
Rio Grande do Sul	61,1	66,8	9,3	28,3	29,2	3,2	10,6	4,0	-62,3	6º
Santa Catarina	61,0	66,3	8,7	28,5	29,6	3,9	10,5	4,1	-61,0	7º
Paraná	50,0	62,0	24,0	37,7	31,1	-17,5	12,3	7,0	-43,1	8º
Bahia	37,4	47,7	27,5	38,2	38,1	-0,3	24,4	14,2	-41,8	9º
Sergipe	40,1	47,5	18,5	40,8	43,1	5,6	19,1	9,4	-50,8	10º
Pernambuco	36,8	47,4	28,8	42,8	40,6	-5,1	20,4	12,1	-40,7	11º
Paraíba	35,1	45,6	29,9	40,1	37,6	-6,2	24,9	16,8	-32,5	12º
Goiás	31,9	43,7	37,0	53,8	49,3	-8,4	14,3	7,1	-50,3	13º
Rio Grande do Norte	36,9	42,0	13,8	47,5	50,1	5,5	15,6	7,9	-49,4	14º
Roraima	55,1	41,4	-24,9	27,6	44,2	60,1	17,3	14,4	-16,8	15º
Ceará	28,0	38,9	38,9	43,5	46,2	6,2	28,5	14,9	-47,7	16º
Mato Grosso do Sul	16,4	34,8	112,2	69,3	55,8	-19,5	14,3	9,4	-34,3	17º
Amazonas	37,1	34,1	-8,1	37,6	49,4	31,4	25,4	16,5	-35,0	18º
Mato Grosso	24,8	31,3	26,2	54,4	54,7	0,6	20,9	14,0	-33,0	19º
Alagoas	21,8	26,2	20,2	55,2	60,0	8,7	23,0	13,8	-40,0	20º
Tocantins	16,3	26,1	60,1	57,7	57,9	0,3	25,9	16,0	-38,2	21º
Piauí	30,5	24,0	-21,3	34,5	53,8	55,9	35,0	22,2	-36,6	22º
Acre	16,6	21,5	29,5	47,7	57,8	21,2	35,7	20,7	-42,0	23º
Maranhão	17,7	19,3	9,0	41,0	57,8	41,0	41,3	23,0	-44,3	24º
Pará	21,5	19,0	-11,6	44,8	59,2	32,1	33,7	21,8	-35,3	25º
Amapá	13,6	13,1	-3,7	69,4	78,9	13,7	17,0	8,0	-52,9	26º
Rondônia	9,1	11,6	27,5	53,5	64,2	20,0	37,4	24,2	-35,3	27º

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000/2010.

Elaboração: Instituto Mauro Borges / SEGPLAN-GO

Gerência de Sistematização e Disseminação de Informações Socioeconômicas - 2017 .

(1) Abastecimento de água por rede geral, esgotamento sanitário por rede geral ou fossa séptica e lixo coletado diretamente ou indiretamente.

(2) Domicílio com pelo menos uma forma de saneamento considerada adequada.

(3) Todas as formas de saneamento consideradas inadequadas.

Tabela 2 - Domicílios particulares permanentes, total e respectiva distribuição percentual, por situação do domicílio e tipo de saneamento: Brasil e Unidades da Federação - 2010.

Brasil e Unidades da Federação	Domicílios particulares permanentes				
	Total	Distribuição percentual, por tipo de saneamento (%)			Ranking
		Adequado (1)	Semi-adequado (2)	Inadequado (3)	Adequado
Brasil	57.324.167	61,8	30,1	8,1	-
São Paulo	12.827.153	89,3	9,6	1,1	1º
Distrito Federal	774.021	86,4	12,6	1,0	2º
Rio de Janeiro	5.243.011	76,2	22,5	1,4	3º
Minas Gerais	6.028.223	75,0	16,4	8,6	4º
Espírito Santo	1.101.394	69,3	22,2	8,5	5º
Rio Grande do Sul	3.599.604	66,8	29,2	4,0	6º
Santa Catarina	1.993.097	66,3	29,6	4,1	7º
Paraná	3.298.578	62,0	31,1	7,0	8º
Bahia	4.094.405	47,7	38,1	14,2	9º
Sergipe	591.315	47,5	43,1	9,4	10º
Pernambuco	2.546.872	47,4	40,6	12,1	11º
Paraíba	1.080.672	45,6	37,6	16,8	12º
Goiás	1.886.264	43,7	49,3	7,1	13º
Rio Grande do Norte	899.513	42,0	50,1	7,9	14º
Roraima	115.844	41,4	44,2	14,4	15º
Ceará	2.365.276	38,9	46,2	14,9	16º
Mato Grosso do Sul	759.299	34,8	55,8	9,4	17º
Amazonas	799.629	34,1	49,4	16,5	18º
Mato Grosso	915.089	31,3	54,7	14,0	19º
Alagoas	842.884	26,2	60,0	13,8	20º
Tocantins	398.367	26,1	57,9	16,0	21º
Piauí	848.263	24,0	53,8	22,2	22º
Acre	190.645	21,5	57,8	20,7	23º
Maranhão	1.653.701	19,3	57,8	23,0	24º
Pará	1.859.165	19,0	59,2	21,8	25º
Amapá	156.284	13,1	78,9	8,0	26º
Rondônia	455.599	11,6	64,2	24,2	27º

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

Elaboração: Instituto Mauro Borges / SEGPLAN-GO

Gerência de Sistematização e Disseminação de Informações Socioeconômicas – 2017.

(1) Abastecimento de água por rede geral, esgotamento sanitário por rede geral ou fossa séptica e lixo coletado diretamente ou indiretamente.

(2) Domicílio com pelo menos uma forma de saneamento considerada adequada.

(3) Todas as formas de saneamento consideradas inadequadas.

Tabela 3 - População residente em domicílios particulares permanentes com saneamento inadequado e proporção de pessoas por classes selecionadas de rendimento mensal total domiciliar per capita nominal: Brasil e Unidades da Federação - 2010.

Brasil e Unidade da Federação	População residente em domicílios particulares permanentes com saneamento inadequado				
	Total	Proporção de pessoas por classes selecionadas de rendimento mensal total domiciliar <i>per capita</i> nominal (%)			
		Até 70,00 R\$	Até 1/4 salário mínimo (= 127,50 R\$)	Até 1/2 salário mínimo (= 255,00 R\$)	Até 60% da mediana (= 225,00 R\$)
Brasil	15.983.555	25,6	45,9	73,0	66,3
Acre	144.898	34,9	59,4	82,7	78,0
Alagoas	425.994	37,8	61,9	86,5	81,3
Amapá	49.829	24,2	52,1	79,6	74,2
Amazonas	560.938	39,1	66,1	88,3	84,5
Bahia	1.985.527	31,2	53,4	80,4	74,1
Ceará	1.275.005	37,3	57,9	82,9	77,0
Distrito Federal	26.172	3,4	19,5	53,1	43,8
Espírito Santo	303.885	8,8	28,0	59,9	51,6
Goiás	385.927	4,6	16,2	46,5	36,3
Maranhão	1.384.931	40,6	62,8	86,9	81,8
Mato Grosso	395.909	8,8	23,2	51,7	43,2
Mato Grosso do Sul	218.531	8,0	20,2	51,0	42,3
Minas Gerais	1.672.113	12,5	31,2	62,1	53,5
Pará	1.619.764	32,7	58,1	83,7	78,6
Paraíba	639.415	29,9	50,5	78,4	71,6
Paraná	725.573	7,8	21,7	50,5	42,0
Pernambuco	1.094.341	31,6	54,9	82,2	76,1
Piauí	669.265	38,6	57,4	82,5	76,7
Rio de Janeiro	215.431	6,6	24,7	59,7	49,2
Rio Grande do Norte	251.830	27,9	49,0	78,4	71,4
Rio Grande do Sul	424.397	8,0	20,0	44,9	37,4
Rondônia	359.708	12,0	30,5	60,6	52,8
Roraima	47.642	30,8	55,2	80,4	75,0
Santa Catarina	262.619	5,8	16,7	39,9	32,7
São Paulo	450.198	3,4	14,4	43,6	35,2
Sergipe	192.054	30,6	55,9	82,8	76,9
Tocantins	201.659	20,3	40,7	71,9	63,7

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

Elaboração: Instituto Mauro Borges / SEGPLAN-GO.

Gerência de Sistematização e Disseminação de Informações Socioeconômicas - 2017.

Notas: 1) Os dados de rendimento são preliminares; 2) Exclusive pessoas sem rendimento e sem declaração de rendimento.

Tabela 4 - Domicílios particulares permanentes, total e por existência de serviço de abastecimento de água canalizada, segundo: Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação

Brasil, Grande Região e Unidade da Federação	Domicílios particulares permanentes		
	Total (1.000 domicílios)	Distribuição percentual, por existência de serviço de abastecimento de água por rede geral (%)	
		Com serviço de canalização interna	Ranking
Brasil	69.773	97,2	
Sul	10.582	99,8	1º
Sudeste	30.230	99,7	2º
Centro-Oeste	5.383	99,7	3º
Norte	5.125	92,5	4º
Nordeste	18.453	92,2	5º
Distrito Federal	1.041	100,0	1º
Espírito Santo	1.382	99,9	2º
Santa Catarina	2.465	99,8	3º
São Paulo	15.429	99,8	4º
Paraná	3.916	99,8	5º
Mato Grosso do Sul	902	99,8	6º
Goiás	2.327	99,7	7º
Rio Grande do Sul	4.201	99,7	8º
Minas Gerais	7.237	99,6	9º
Rio de Janeiro	6.183	99,6	10º
Mato Grosso	1.113	99,4	11º
Rondônia	597	98,3	12º
Tocantins	503	97,8	13º
Roraima	137	97,8	14º
Amapá	211	97,6	15º
Bahia	5.170	94,4	16º
Rio Grande do Norte	1.106	94,4	17º
Sergipe	776	93,9	18º
Ceará	2.878	92,6	19º
Amazonas	1.087	92,6	20º
Piauí	1.014	92,0	21º
Alagoas	1.090	91,1	22º
Pernambuco	3.119	90,6	23º
Maranhão	2.023	90,0	24º
Pará	2.353	89,8	25º
Paraíba	1.278	87,5	26º
Acre	238	85,3	27º

Fonte: IBGE/ PNAD Contínua

Elaboração: Instituto Mauro Borges / SEGPLAN-GO.

Gerência de Sistematização e Disseminação de Informações Socioeconômicas - 2018.

Tabela 5 – Total de domicílios particulares permanentes e respectiva distribuição percentual, por existência de serviço de esgotamento sanitário: Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2017.

Brasil, Grande Região e Unidade da Federação	Domicílios particulares permanentes		
	Total (1.000 domicílios)	Distribuição percentual, por existência de serviço de esgotamento sanitário (%)	
		Com serviço de rede coletora de esgotamento sanitário e/ou pluvial (1)	Ranking
Brasil	69.773	66,0	
Sudeste	30.230	88,9	1º
Sul	10.582	65,9	2º
Centro-Oeste	5.383	52,8	3º
Nordeste	18.453	45,1	4º
Norte	5.125	20,3	5º
São Paulo	15.429	93,1	1º
Rio de Janeiro	6.183	87,5	2º
Distrito Federal	1.041	86,6	3º
Minas Gerais	7.237	82,9	4º
Espírito Santo	1.382	78,2	5º
Paraná	3.916	70,6	6º
Rio Grande do Sul	4.201	66,6	7º
Pernambuco	3.119	60,6	8º
Santa Catarina	2.465	57,3	9º
Bahia	5.170	55,8	10º
Sergipe	776	53,6	11º
Goiás	2.327	53,1	12º
Paraíba	1.278	50,1	13º
Ceará	2.878	44,9	14º
Mato Grosso do Sul	902	41,4	15º
Alagoas	1.090	38,5	16º
Amazonas	1.087	36,8	17º
Acre	238	35,0	18º
Mato Grosso	1.113	29,8	19º
Tocantins	503	29,8	20º
Roraima	137	27,5	21º
Rio Grande do Norte	1.106	26,0	22º
Maranhão	2.023	19,5	23º
Pará	2.353	12,2	24º
Amapá	211	10,8	25º
Rondônia	597	9,8	26º
Piauí	1.014	8,9	27º

Fonte: IBGE/PNAD Contínua

Elaboração: Instituto Mauro Borges / SEGPLAN-GO.

Gerência de Sistematização e Disseminação de Informações Socioeconômicas - 2018.

(1) Inclusive rede coletora e fossa séptica ligada à rede coletora de esgoto e/ou pluvial.

Tabela 6 - Domicílios particulares permanentes urbanos, total e respectiva distribuição percentual, por existência de serviço de coleta de lixo, segundo: Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2017.

Brasil, Grande Região e Unidade da Federação	Domicílios particulares permanentes urbanos		
	Total (1.000 domicílios)	Proporção com serviço de coleta de lixo (%)	Ranking
Brasil	69.773	82,9	
Sudeste	30.230	91,6	1º
Sul	10.582	86,1	2º
Centro-Oeste	5.383	85,1	3º
Norte	5.125	69,8	4º
Nordeste	18.453	69,6	5º
São Paulo	15.429	94,2	1º
Rio de Janeiro	6.183	90,9	2º
Mato Grosso do Sul	902	89,8	3º
Paraná	3.916	89,5	4º
Minas Gerais	7.237	87,9	5º
Distrito Federal	1.041	87,6	6º
Espírito Santo	1.382	86,1	7º
Rio Grande do Sul	4.201	84,7	8º
Goiás	2.327	84,4	9º
Rio Grande do Norte	1.106	83,8	10º
Santa Catarina	2.465	83,1	11º
Mato Grosso	1.113	80,7	12º
Paraíba	1.278	78,0	13º
Amazonas	1.087	77,8	14º
Pernambuco	3.119	77,1	15º
Amapá	211	75,6	16º
Roraima	137	72,0	17º
Ceará	2.878	71,1	18º
Sergipe	776	70,2	19º
Rondônia	597	68,7	20º
Bahia	5.170	68,2	21º
Pará	2.353	67,2	22º
Acre	238	66,4	23º
Alagoas	1.090	66,0	24º
Piauí	1.014	65,1	25º
Tocantins	503	64,0	26º
Maranhão	2.023	50,3	27º

Fonte: IBGE/PNAD Contínua.

Elaboração: Instituto Mauro Borges / SEGPLAN-GO.

Gerência de Sistematização e Disseminação de Informações Socioeconômicas - 2018.

Tabela 7 – Déficit habitacional total, relativo por componentes segundo: Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2015.

Brasil, Grande Região e Unidade da Federação	Total			Componentes			
	Absoluto	%	Ranking	Habitação precária	Coabitação Familiar	Ônus excessivo aluguel	Adensamento Excessivo
Brasil	6.355.743	9,30		942.631	1.902.490	3.177.772	332.850
Norte	645.537	12,60	1º	157.050	270.719	179.258	38.510
Nordeste	1.971.856	11,00	2º	498.379	662.863	747.800	62.814
Centro-Oeste	521.381	10,00	3º	49.579	140.543	301.854	29.405
Sudeste	2.482.855	8,40	4º	116.875	651.942	1.524.860	189.178
Sul	734.115	7,00	5º	120.748	176.424	424.000	12.943
Maranhão	392.308	20,00	1º	241.278	93.904	51.863	5.263
Amazonas	151.658	14,50	2º	18.227	76.475	43.936	13.020
Amapá	29.248	14,20	3º	2.103	18.210	7.096	1.839
Roraima	22.101	14,20	4º	5.162	6.612	8.467	1.860
Distrito Federal	132.903	13,50	5º	3.572	36.181	87.307	5.843
Pará	314.643	13,30	6º	98.607	133.109	68.563	14.364
Sergipe	90.173	12,80	7º	6.599	39.209	41.433	2932
Acre	27.238	11,70	8º	2.101	16.553	7.183	1.401
Piauí	104.215	10,90	9º	25.327	59.189	16.885	2.814
Ceará	302.623	10,70	10º	73.568	72.908	141.388	14.759
Rio Grande do Norte	115.558	10,60	11º	9.890	49.160	49.444	7.064
Tocantins	49.726	9,90	12º	15.448	10.986	20.507	2.785
Paraíba	123.358	9,80	13º	11.637	47.725	62.057	1.939
Mato Grosso do Sul	88.054	9,70	14º	9.722	34.587	39.325	4.420
Pernambuco	285.251	9,60	15º	33.857	75.819	162.055	13.520
Goiás	210.125	9,40	16º	25.773	46.907	127.499	9.946
Alagoas	96.669	9,20	17º	12.583	31.861	48.450	3.775
Bahia	461.700	9,20	18º	83.640	193.087	174.225	10.748
São Paulo	1.337.037	8,80	19º	77.325	326.522	801.317	131.873
Rondônia	50.924	8,60	20º	15.402	8.775	23.506	3.241
Santa Catarina	204.648	8,40	21º	47.293	34.110	121.813	1.432
Minas Gerais	575.498	8,10	22º	18.936	209.544	330.090	16.928
Mato Grosso	90.299	8,10	23º	10.512	22.868	47.723	9.196
Espírito Santo	109.535	8,00	24º	7.794	21.978	73.165	6.598
Rio de Janeiro	460.785	7,80	25º	12.820	93.898	320.288	33.779
Paraná	290.008	7,50	26º	35.515	61.095	186.389	7.009
Rio Grande do Sul	239.458	5,80	27º	37.940	81.218	115.798	4.502

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI)

Elaboração: Instituto Mauro Borges / SEGPLAN-GO.

Gerência de Sistematização e Disseminação de Informações Socioeconômicas - 2018.

Nota: No cálculo do déficit habitacional a componente coabitação familiar inclui apenas as famílias conviventes que declararam intenção de constituir novo domicílio.

12- Índice de Desenvolvimento Humano – IDH

O estado de Goiás ocupa a 11ª posição do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM). De forma geral, da mesma maneira que o Brasil, observou-se melhoria em todos os aspectos do índice no estado (renda, longevidade e educação).

O avanço de Goiás no IDHM coincidiu com o bom momento que viveu a economia no início dos anos 2000, mas a educação - que ganhou mais peso nos critérios usados para definir o índice - foi a dimensão que apresentou maior contribuição para a melhoria do índice goiano, muito embora os valores dos índices para o estado sejam bem menores que o da longevidade e da renda.

Goiás não tem municípios com classificação “muito alto” ou “muito baixo” no índice. Mas ao longo das últimas décadas pode-se observar uma transição na classificação. Em 1991, praticamente todos os municípios goianos tinham IDHM abaixo do aceitável. Naquele ano, 235 localidades tiveram índices considerados muito ruins. Outros dez foram classificados com desenvolvimento “baixo” e somente um obteve índice médio.

Hoje são 115 municípios goianos com IDHM alto, 128 com índices médios e apenas um com desenvolvimento humano considerado baixo. Ao todo, 37 localidades goianas possuem índice acima da média nacional, que é de 0,727.

Tabela 1 - Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, segundo: Brasil e Unidades da Federação – 2000 e 2015.

Unidade da Federação	Ranking IDHM 2000	Ranking IDHM 2015	IDHM (2000)	IDHM (2015)	IDHM Renda (2000)	IDHM Renda (2015)	IDHM Longevidade (2000)	IDHM Longevidade (2015)	IDHM Educação (2000)	IDHM Educação (2015)
Brasil	-	-	0,612	0,761	0,692	0,729	0,727	0,841	0,456	0,713
Distrito Federal	1º	1º	0,725	0,839	0,805	0,842	0,814	0,881	0,582	0,794
São Paulo	2º	2º	0,702	0,819	0,756	0,768	0,786	0,880	0,581	0,810
Santa Catarina	3º	3º	0,674	0,816	0,717	0,774	0,812	0,901	0,526	0,773
Paraná	6º	4º	0,650	0,790	0,704	0,758	0,747	0,863	0,522	0,749
Rio de Janeiro	4º	5º	0,664	0,779	0,745	0,765	0,740	0,848	0,530	0,724
Rio Grande do Sul	4º	6º	0,664	0,778	0,720	0,763	0,804	0,875	0,505	0,696
Espírito Santo	7º	7º	0,640	0,777	0,687	0,728	0,777	0,881	0,491	0,723
Minas Gerais	8º	8º	0,624	0,769	0,680	0,731	0,759	0,866	0,470	0,710
Mato Grosso	11º	9º	0,601	0,763	0,689	0,731	0,740	0,816	0,426	0,742
Goiás	9º	10º	0,615	0,756	0,686	0,728	0,773	0,817	0,439	0,724
Mato Grosso do Sul	10º	11º	0,613	0,756	0,687	0,753	0,752	0,838	0,445	0,676
Roraima	12º	12º	0,598	0,743	0,652	0,707	0,717	0,770	0,457	0,753
Tocantins	18º	13º	0,525	0,732	0,605	0,699	0,688	0,802	0,348	0,694
Rio Grande do Norte	14º	14º	0,552	0,725	0,608	0,675	0,700	0,841	0,396	0,658
Amapá	13º	15º	0,577	0,719	0,638	0,675	0,711	0,811	0,424	0,672
Ceará	16º	16º	0,541	0,715	0,588	0,644	0,713	0,810	0,377	0,692
Acre	20º	17º	0,517	0,710	0,612	0,663	0,694	0,810	0,325	0,658
Pernambuco	15º	18º	0,544	0,710	0,615	0,665	0,705	0,808	0,372	0,658
Paraíba	24º	19º	0,506	0,709	0,582	0,672	0,672	0,799	0,331	0,655
Rondônia	17º	20º	0,537	0,708	0,654	0,703	0,688	0,769	0,345	0,653
Amazonas	22º	21º	0,515	0,703	0,608	0,658	0,692	0,778	0,324	0,674
Bahia	23º	22º	0,512	0,698	0,594	0,663	0,680	0,804	0,332	0,628
Pará	19º	23º	0,518	0,682	0,601	0,647	0,725	0,782	0,319	0,616
Sergipe	20º	24º	0,518	0,681	0,596	0,652	0,678	0,790	0,343	0,601
Maranhão	26º	25º	0,476	0,677	0,531	0,629	0,649	0,755	0,312	0,648
Piauí	25º	26º	0,484	0,675	0,556	0,650	0,676	0,765	0,301	0,611
Alagoas	27º	27º	0,471	0,663	0,574	0,631	0,647	0,771	0,282	0,586

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano -IPEA/PNUD/Fundação João Pinheiro.

Elaboração: Instituto Mauro Borges / SEGPLAN-GO / Gerência de Sistematização e Disseminação de Informações Socioeconômicas - 2017.

Classificação segundo IDH:

Muito Alto (acima de 0,800)
 Alto (de 0,700 a 0,799)
 Médio (de 0,600 – 0,699)
 Baixo (de 0,500 a 0,599)
 Muito Baixo (de 0 a 0,500)

13- Finanças

Pelo lado das receitas correntes estaduais, estas são representadas quase que exclusivamente pela arrecadação tributária, em média 68% desde 1995. Nos anos 2000 essa média foi de 65%. Por sua vez, a arrecadação do ICMS (Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação) representou 88%, em média, da arrecadação tributária do estado, 60% da receita corrente e 54% da arrecadação total.

As transferências também representam fonte importante de recursos e dobraram em relação ao início dos anos de 2000.

Juntando-se as receitas de transferências e a de arrecadação de ICMS, tem-se 81%, em média histórica, das receitas correntes do estado.

Tabela 1- Arrecadação do ICMS: Unidades da Federação e Grandes Regiões - valores correntes - 2010 e 2017.

Grande Região e Unidade da Federação	2010 (1)			2017 (2)		
	ICMS (R\$ Mil)	Part. (%)	Ranking	ICMS (R\$ Mil)	Part. (%)	Ranking
Total das UF's	270.732.470*	100,00	-	445.584.780*	100,00	-
Sudeste	149.471.073*	55,21	1º	220.764.159*	49,54	1º
Sul	42.129.961	15,56	2º	80.900.724	18,16	2º
Nordeste	40.870.409*	15,1	3º	74.309.154*	16,68	3º
Centro-Oeste	22.748.734	8,4	4º	42.616.783	9,56	4º
Norte	15.512.293	5,73	5º	26.993.958*	6,06	5º
São Paulo	92.316.759	34,1	1º	132.259.230	29,68	1º
Minas Gerais	27.187.513*	10,04	2º	46.672.269	10,47	2º
Rio de Janeiro	23.001.955	8,5	3º	32.570.081*	7,31	3º
Rio Grande do Sul	17.893.313	6,61	4º	31.933.423	7,17	4º
Paraná	13.870.377	5,12	5º	29.586.341	6,64	5º
Bahia	12.142.989	4,49	6º	21.208.497	4,76	6º
Santa Catarina	10.366.271	3,83	7º	19.380.960	4,35	7º
Goiás	8.170.085	3,02	9º	15.022.541	3,37	8º
Pernambuco	8.411.014	3,11	8º	14.466.357	3,25	9º
Ceará	6.148.950	2,27	11º	11.354.230	2,55	10º
Mato Grosso	5.336.867	1,97	13º	10.916.005	2,45	11º
Pará	5.175.262	1,91	14º	10.257.950	2,30	12º
Espírito Santo	6.964.845	2,57	10º	9.262.578	2,08	13º
Mato Grosso do Sul	4.641.114	1,71	15º	8.784.527	1,97	14º
Amazonas	5.555.220	2,05	12º	8.217.346	1,84	15º
Distrito Federal	4.600.669	1,7	16º	7.893.709	1,77	16º
Maranhão	2.948.126	1,09	17º	6.290.560	1,41	17º
Rio Grande do Norte	2.842.084	1,05	18º	5.190.110	1,16	18º
Paraíba	2.525.758	0,93	19º	5.187.127	1,16	19º
Piauí	1.919.740	0,71	22º	3.802.431	0,85	20º
Alagoas	2.080.200*	0,77	21º	3.608.269*	0,81	21º
Rondônia	2.181.944	0,81	20º	3.270.647	0,73	22º
Sergipe	1.851.549	0,68	23º	3.201.570	0,72	23º
Tocantins	1.120.113	0,41	24º	2.536.402*	0,57	24º
Acre	581.480	0,21	25º	1.179.511	0,26	25º
Roraima	410.892	0,15	27º	778.452	0,17	26º
Amapá	487.382	0,18	26º	753.646	0,17	27º

Fonte: Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ; Comissão Técnica Permanente do ICMS - COTEPE

Elaboração: Instituto Mauro Borges / SEGPLAN-GO.

Gerência de Sistematização e Disseminação de Informações Socioeconômicas - 2018.

(*) Valor Provisório

(1) Última Atualização: 10/01/2012

(2) Última Atualização: 18/05/2018

Tabela 2 - Transferência de Recursos por Estado/Município - 2015 e 2017 (R\$ milhões).

Brasil, Grande Região e Unidade da Federação	2015				2017			
	Governo do Estado	Municípios	Total	Ranking	Governo do Estado	Municípios	Total	Ranking
Total das UF's (1)	127.838,75	211.905,45	339.744,20	-	137.857,37	227.588,01	365.445,39	-
Nordeste	48.220,42	77.212,68	125.433,10	1º	53.513,63	83.357,52	136.871,15	1º
Sudeste	32.350,94	66.828,41	99.179,35	2º	36.029,71	72.615,86	108.645,58	2º
Norte	22.892,27	20.642,58	43.534,85	3º	25.678,22	23.110,62	48.788,85	3º
Sul	11.838,47	26.711,10	38.549,58	4º	12.732,03	29.230,63	41.962,66	4º
Centro-Oeste	12.536,65	20.398,71	32.935,37	5º	9.903,77	19.136,00	29.039,77	5º
São Paulo	12.045,78	27.305,31	39.351,09	1º	13.379,34	30.323,10	43.702,45	1º
Bahia	10.046,07	19.122,37	29.168,44	2º	11.043,73	20.848,32	31.892,05	2º
Minas Gerais	7.705,02	20.824,12	28.529,13	3º	8.183,18	23.080,33	31.263,51	3º
Rio de Janeiro	9.066,67	14.965,47	24.032,14	4º	10.731,21	15.232,74	25.963,95	4º
Ceará	6.584,69	11.877,33	18.462,03	5º	7.403,03	12.736,38	20.139,41	5º
Maranhão	6.046,19	11.422,47	17.468,65	7º	6.751,88	12.324,92	19.076,81	6º
Pernambuco	7.310,54	10.347,19	17.657,73	6º	7.909,11	11.105,25	19.014,36	7º
Pará	6.179,67	10.415,77	16.595,44	8º	6.790,05	11.444,38	18.234,43	8º
Paraná	4.962,66	10.098,26	15.060,91	9º	5.564,96	11.254,53	16.819,48	9º
Rio Grande do Sul	4.421,42	10.432,07	14.853,49	10º	4.583,64	11.174,24	15.757,87	10º
Paraíba	3.943,44	6.061,59	10.005,02	12º	4.351,11	6.618,59	10.969,70	11º
Piauí	3.436,01	5.608,65	9.044,66	14º	4.068,51	6.241,63	10.310,15	12º
Goiás	2.926,53	6.468,20	9.394,72	13º	3.267,66	6.966,56	10.234,22	13º
Santa Catarina	2.454,39	6.180,77	8.635,17	16º	2.583,44	6.801,87	9.385,31	14º
Alagoas	3.764,18	5.107,81	8.871,98	15º	3.946,84	5.415,30	9.362,15	15º

Tabela 2 - Transferência de Recursos por Estado/Município - 2015 e 2017 (R\$ milhões).

Brasil, Grande Região e Unidade da Federação	2015				2017			
	Governo do Estado	Municípios	Total	Ranking	Governo do Estado	Municípios	Total	Ranking
Rio Grande do Norte	3.786,00	4.627,43	8.413,43	17º	4.402,99	4.835,32	9.238,31	16º
Amazonas	3.397,52	3.582,29	6.979,81	19º	3.998,00	4.382,64	8.380,64	17º
Espírito Santo	3.533,47	3.733,51	7.266,98	18º	3.735,98	3.979,70	7.715,67	18º
Distrito Federal	5.490,12	7.301,32	12.791,44	11º	1.925,75	4.951,71	6.877,45	19º
Sergipe	3.303,31	3.037,84	6.341,15	20º	3.636,43	3.231,79	6.868,22	20º
Mato Grosso	2.651,69	3.279,27	5.930,96	21º	2.945,00	3.647,54	6.592,54	21º
Tocantins	3.501,44	2.277,89	5.779,33	22º	3.921,64	2.555,32	6.476,96	22º
Mato Grosso do Sul	1.468,32	3.349,93	4.818,25	23º	1.765,36	3.570,20	5.335,56	23º
Rondônia	2.360,53	1.598,88	3.959,41	24º	2.743,89	1.672,43	4.416,32	24º
Acre	2.780,07	1.082,00	3.862,07	25º	3.083,95	1.158,00	4.241,95	25º
Amapá	2.693,88	770,11	3.463,99	26º	2.905,09	885,32	3.790,41	26º
Roraima	1.979,15	915,65	2.894,80	27º	2.235,61	1.012,53	3.248,13	27º
Transferências a Organismos Multigovernamentais	-	62,73	62,73		-	63,26	63,26	
Transferências ao Exterior	-	49,24	49,24		-	74,11	74,11	

Fonte: Portal Transparência Governo Federal

Elaboração: Instituto Mauro Borges / SEGPLAN-GO.

Gerência de Sistematização e Disseminação de Informações Socioeconômicas - 2018.

(1) - Total destinado aos favorecidos situados nos Estados, Distrito Federal, Municípios e exterior

Tabela 3 - Transferência de Renda Diretamente às Famílias em Condição de Pobreza e Extrema Pobreza, segundo Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação

Brasil, Grande Região e Unidade da Federação	2015			2017		
	Valor (R\$ mil)	Part. (%)	Ranking	Valor (R\$ mil)	Part. (%)	Ranking
Total das UF's	27.650.301	100,00		29.046.113	100,00	
Nordeste	14.347.359	51,89	1º	15.228.080	52,43	1º
Sudeste	6.490.411	23,47	2º	6.812.594	23,45	2º
Norte	3.770.145	13,64	3º	4.152.853	14,30	3º
Sul	1.702.761	6,16	4º	1.577.902	5,43	4º
Centro-Oeste	1.339.625	4,84	5º	1.274.684	4,39	5º
Bahia	3.600.166	13,02	1º	3.863.515	13,30	1º
São Paulo	2.500.828	9,04	2º	2.806.388	9,66	2º
Maranhão	2.229.142	8,06	3º	2.412.821	8,31	3º
Pernambuco	2.199.739	7,96	4º	2.374.111	8,17	4º
Ceará	2.121.100	7,67	5º	2.181.954	7,51	5º
Pará	1.957.281	7,08	7º	2.172.358	7,48	6º
Minas Gerais	2.077.553	7,51	6º	2.076.482	7,15	7º
Rio de Janeiro	1.577.745	5,71	8º	1.606.283	5,53	8º
Paraíba	1.098.209	3,97	9º	1.180.933	4,07	9º
Piauí	1.010.593	3,65	10º	1.073.289	3,70	10º
Amazonas	871.085	3,15	12º	1.015.626	3,50	11º
Alagoas	872.275	3,15	11º	880.054	3,03	12º
Rio Grande do Norte	700.193	2,53	14º	719.680	2,48	13º
Rio Grande do Sul	774.664	2,80	13º	695.069	2,39	14º
Paraná	684.076	2,47	15º	654.543	2,25	15º
Goiás	584.286	2,11	16º	558.471	1,92	16º
Sergipe	515.941	1,87	17º	541.723	1,87	17º
Espírito Santo	334.286	1,21	19º	323.443	1,11	18º
Mato Grosso	335.159	1,21	18º	307.514	1,06	19º
Tocantins	278.799	1,01	20º	270.063	0,93	20º
Acre	223.458	0,81	23º	260.854	0,90	21º
Mato Grosso do Sul	270.740	0,98	21º	256.969	0,88	22º
Santa Catarina	244.021	0,88	22º	228.290	0,79	23º
Amapá	134.603	0,49	26º	167.056	0,58	24º
Rondônia	198.448	0,72	24º	154.803	0,53	25º
Distrito Federal	149.440	0,54	25º	151.731	0,52	26º
Roraima	106.471	0,39	27º	112.092	0,39	27º

Fonte: Portal Transparência Governo Federal

Elaboração: Instituto Mauro Borges / SEGPLAN-GO.

Gerência de Sistematização e Disseminação de Informações Socioeconômicas - 2018.

Tabela 5 - Transferências do PAC: Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2015 e 2016.

Brasil, Grande Região e Unidade da Federação	2015			2016		
	Valores (R\$ Mil)	Part. (%)	Ranking	Valores (R\$ Mil)	Part. (%)	Ranking
Brasil	2.316.284	100,00		3.860.659	100,00	
Nordeste	1.469.483	63,44	1º	2.535.099	65,66	1º
Sudeste	484.222	20,91	2º	638.570	16,54	2º
Norte	202.492	8,74	3º	281.964	7,30	3º
Centro-Oeste	93.114	4,02	4º	212.517	5,50	4º
Sul	66.972	2,89	5º	192.508	4,99	5º
Bahia	268.075	11,57	4º	733.896	19,01	1º
Ceará	335.794	14,50	1º	609.904	15,80	2º
Alagoas	332.594	14,36	2º	282.140	7,31	3º
São Paulo	97.910	4,23	8º	274.945	7,12	4º
Pernambuco	151.311	6,53	5º	266.350	6,90	5º
Minas Gerais	76.089	3,28	9º	251.804	6,52	6º
Paraíba	136.426	5,89	7º	232.321	6,02	7º
Rio Grande do Norte	144.519	6,24	6º	173.176	4,49	8º
Maranhão	34.785	1,50	15º	144.772	3,75	9º
Goiás	41.789	1,80	12º	112.549	2,92	10º
Rio de Janeiro	302.458	13,06	3º	105.018	2,72	11º
Santa Catarina	26.963	1,16	19º	93.202	2,41	12º
Amazonas	57.473	2,48	11º	92.748	2,40	13º
Roraima	73.801	3,19	10º	69.144	1,79	14º
Pará	40.706	1,76	13º	64.327	1,67	15º
Paraná	5.642	0,24	24º	63.711	1,65	16º
Sergipe	29.752	1,28	17º	60.463	1,57	17º
Mato Grosso	1.922	0,08	26º	41.927	1,09	18º
Mato Grosso do Sul	29.479	1,27	18º	38.603	1,00	19º
Rio Grande do Sul	34.366	1,48	16º	35.595	0,92	20º
Piauí	36.227	1,56	14º	32.077	0,83	21º
Distrito Federal	19.924	0,86	20º	19.438	0,50	22º
Amapá	9.924	0,43	22º	19.239	0,50	23º
Acre	3.705	0,16	25º	18.521	0,48	24º
Rondônia	16.133	0,70	21º	17.448	0,45	25º
Espírito Santo	7.766	0,34	23º	6.803	0,18	26º
Tocantins	750	0,03	27º	537	0,01	27º

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional - Coordenação-Geral de Análise e Informações das Transferências Financeiras Intergovernamentais

Elaboração: Instituto Mauro Borges / SEGPLAN-GO.

Gerência de Sistematização e Disseminação de Informações Socioeconômicas - 2017.

Tabela 6 - Transferências do PAC aos Municípios: Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2015 e 2016.

Brasil, Grande Região e Unidade da Federação	2015			2016		
	Valores (R\$ Mil)	Part. (%)	Ranking	Valores (R\$ Mil)	Part. (%)	Ranking
Brasil	5.541.778	100,00		6.307.768	100,00	
Sudeste	2.187.600	39,47	1º	2.607.523	41,34	1º
Nordeste	1.708.047	30,82	2º	1.886.023	29,90	2º
Sul	813.799	14,68	3º	921.964	14,62	3º
Norte	413.304	7,46	5º	448.306	7,11	4º
Centro-Oeste	419.029	7,56	4º	443.952	7,04	5º
São Paulo	845.374	15,25	1º	1.134.793	17,99	1º
Rio de Janeiro	835.826	15,08	2º	883.066	14,00	2º
Minas Gerais	438.440	7,91	3º	517.865	8,21	3º
Bahia	409.522	7,39	4º	490.692	7,78	4º
Paraná	236.153	4,26	9º	359.281	5,70	5º
Ceará	309.925	5,59	6º	341.895	5,42	6º
Rio Grande do Sul	349.153	6,30	5º	329.214	5,22	7º
Goiás	271.216	4,89	7º	294.579	4,67	8º
Maranhão	236.607	4,27	8º	272.353	4,32	9º
Santa Catarina	228.493	4,12	10º	233.469	3,70	10º
Pará	209.561	3,78	11º	211.442	3,35	11º
Pernambuco	157.677	2,85	13º	190.677	3,02	12º
Piauí	190.908	3,44	12º	154.332	2,45	13º
Paraíba	133.205	2,40	14º	139.906	2,22	14º
Alagoas	79.422	1,43	17º	138.116	2,19	15º
Rio Grande do Norte	131.614	2,37	15º	101.898	1,62	16º
Mato Grosso	91.632	1,65	16º	100.274	1,59	17º
Tocantins	69.774	1,26	18º	71.902	1,14	18º
Espírito Santo	67.960	1,23	19º	71.800	1,14	19º
Sergipe	59.167	1,07	21º	56.154	0,89	20º
Amazonas	38.544	0,70	23º	51.726	0,82	21º
Mato Grosso do Sul	56.181	1,01	22º	49.098	0,78	22º
Rondônia	63.589	1,15	20º	45.134	0,72	23º
Acre	18.632	0,34	24º	35.863	0,57	24º
Roraima	9.580	0,17	25º	26.299	0,42	25º
Amapá	3.623	0,07	26º	5.939	0,09	26º
Distrito Federal	-	-		-	-	

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional - Coordenação-Geral de Análise e Informações das Transferências Financeiras Intergovernamentais

Elaboração: Instituto Mauro Borges / SEGPLAN-GO.

Gerência de Sistematização e Disseminação de Informações Socioeconômicas - 2017.

14- Produto Interno Bruto

O Produto Interno Bruto goiano cresce a uma taxa média anual superior à registrada para a economia brasileira. Este bom desempenho propiciou avanços significativos de participação no PIB nacional e inseriu Goiás no seleto grupo dos dez estados mais ricos do País.

Este progresso na economia goiana é fruto de investimentos privado se apoio do governo em todos os setores industriais, bem como tem destaque nas atividades agropecuárias e minerais voltadas para a produção de *commodities*.

O PIB *per capita* também teve crescimento, entretanto o crescimento ainda não foi suficiente para alcançar a média nacional e está longe desta. O avanço desse indicador é resultado do crescimento da economia a taxas superiores ao crescimento da população, muito embora, Goiás tenha apresentando taxas geométricas de crescimento da população sempre acima da média nacional.

Tabela 1 - Produto Interno Bruto a preço de mercado corrente: Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação

Brasil, Grande Região e Unidade da Federação	2010			2015		
	PIB (R\$ milhão)	Part (%)	Ranking	PIB (R\$ milhão)	Part (%)	Ranking
Brasil	3.885.847	100,00		5.995.787	100,00	
Sudeste	2.180.954	56,13	1º	3.238.716	54,02	1º
Sul	620.197	15,96	2º	1.008.018	16,81	2º
Nordeste	522.765	13,45	3º	848.533	14,15	3º
Centro-Oeste	354.820	9,13	4º	579.745	9,67	4º
Norte	207.111	5,33	5º	320.775	5,35	5º
São Paulo	1.294.649	33,32	1º	1.939.890	32,35	1º
Rio de Janeiro	449.859	11,58	2º	659.137	10,99	2º
Minas Gerais	351.134	9,04	3º	519.326	8,66	3º
Rio Grande do Sul	241.256	6,21	4º	381.985	6,37	4º
Paraná	225.211	5,80	5º	376.960	6,29	5º
Santa Catarina	153.730	3,96	7º	249.073	4,15	6º
Bahia	154.409	3,97	6º	245.025	4,09	7º
Distrito Federal	144.168	3,71	8º	215.613	3,60	8º
Goiás	106.772	2,75	9º	173.632	2,90	9º
Pernambuco	97.188	2,50	10º	156.955	2,62	10º
Pará	82.691	2,13	12º	130.883	2,18	11º
Ceará	79.333	2,04	13º	130.621	2,18	12º
Espírito Santo	85.312	2,20	11º	120.363	2,01	13º
Mato Grosso	56.606	1,46	15º	107.418	1,79	14º
Amazonas	60.882	1,57	14º	86.560	1,44	15º
Mato Grosso do Sul	47.273	1,22	16º	83.082	1,39	16º
Maranhão	46.314	1,19	17º	78.475	1,31	17º
Rio Grande do Norte	36.185	0,93	18º	57.250	0,95	18º
Paraíba	33.525	0,86	19º	56.140	0,94	19º
Alagoas	27.135	0,70	20º	46.364	0,77	20º
Piauí	22.271	0,57	23º	39.148	0,65	21º
Sergipe	26.407	0,68	21º	38.554	0,64	22º
Rondônia	23.910	0,62	22º	36.563	0,61	23º
Tocantins	16.406	0,42	24º	28.930	0,48	24º
Amapá	8.239	0,21	26º	13.861	0,23	25º
Acre	8.343	0,21	25º	13.622	0,23	26º
Roraima	6.640	0,17	27º	10.354	0,17	27º

Fonte: SEGPLAN-GO / IMB / Gerência de Contas Regionais e Indicadores.

Elaboração: Instituto Mauro Borges / SEGPLAN-GO.

Gerência de Sistematização e Disseminação de Informações Socioeconômicas - 2017

Tabela 2 - Produto Interno Bruto *per capita*: Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação

Brasil, Grande Região e Unidade da Federação	2010		2015	
	PIB <i>per capita</i> (R\$)	Ranking	PIB <i>per capita</i> (R\$)	Ranking
Brasil	20.371,64		29.326,33	
Sudeste	27.141,92	1º	37.771,26	1º
Centro-Oeste	25.253,47	2º	37.542,83	2º
Sul	22.647,46	3º	34.485,51	3º
Norte	13.041,58	4º	18.358,69	4º
Nordeste	9.848,97	5º	15.002,33	5º
Distrito Federal	56.250,67	1º	73.971,05	1º
São Paulo	31.383,79	2º	43.694,68	2º
Rio de Janeiro	28.127,45	3º	39.826,95	3º
Santa Catarina	24.598,11	4º	36.525,28	4º
Rio Grande do Sul	22.556,67	6º	33.960,36	5º
Paraná	21.572,72	7º	33.768,62	6º
Mato Grosso	18.657,31	9º	32.894,96	7º
Mato Grosso do Sul	19.300,48	8º	31.337,22	8º
Espírito Santo	24.287,06	5º	30.627,45	9º
Goiás	17.783,32	11º	26.265,32	10º
Minas Gerais	17.919,28	10º	24.884,94	11º
Amazonas	17.490,23	12º	21.978,95	12º
Rondônia	15.322,00	13º	20.677,95	13º
Roraima	14.714,41	14º	20.476,71	14º
Tocantins	11.858,96	17º	19.094,16	15º
Amapá	12.320,68	16º	18.079,54	16º
Sergipe	12.769,04	15º	17.189,28	17º
Acre	11.385,25	19º	16.953,46	18º
Pernambuco	11.049,07	20º	16.795,34	19º
Rio Grande do Norte	11.421,48	18º	16.631,86	20º
Bahia	11.012,34	21º	16.115,89	21º
Pará	10.875,78	22º	16.009,98	22º
Ceará	9.390,62	23º	14.669,14	23º
Paraíba	8.899,93	24º	14.133,32	24º
Alagoas	8.694,50	25º	13.877,53	25º
Piauí	7.140,47	26º	12.218,51	26º
Maranhão	7.049,63	27º	11.366,23	27º

Fonte: SEGPLAN-GO / IMB / Gerência de Contas Regionais e Indicadores.

Elaboração: Instituto Mauro Borges / SEGPLAN-GO.

Gerência de Sistematização e Disseminação de Informações Socioeconômicas - 2012.

Tabela 3 - Participação das Grandes Regiões e Estados no Valor Adicionado Bruto a Preço Básico, por Atividade Econômica

Brasil, Grande Região e Unidade da Federação	Agropecuária				Indústria				Serviços			
	2010 (%)	2015 (%)	Ranking 2015	Variação absoluta 2015/2010	2010 (%)	2015 (%)	Ranking 2015	Variação absoluta 2015/2010	2010 (%)	2015 (%)	Ranking 2015	Variação absoluta 2015/2010
Brasil	100,0	100,0		-	100,0	100,0		-	100,0	100,0		-
Sul	27,5	28,2	1º	0,8	17,1	19,0	2º	2,0	14,8	15,4	2º	0,63
Sudeste	27,2	22,2	2º	-5,0	58,8	55,0	1º	-3,8	55,9	54,7	1º	-1,17
Centro-Oeste	16,4	19,2	3º	2,8	6,1	7,0	4º	0,9	10,1	10,2	4º	0,16
Nordeste	19,3	18,7	4º	-0,6	11,6	12,9	3º	1,3	14,4	14,7	3º	0,33
Norte	9,7	11,7	5º	2,0	6,5	6,1	5º	-0,4	4,9	4,9	5º	0,05
Rio Grande do Sul	10,7	12,1	1º	1,3	6,4	6,7	5º	0,3	5,9	6,0	4º	0,16
Paraná	11,1	11,4	2º	0,2	6,0	7,2	4º	1,2	5,4	5,7	5º	0,33
São Paulo	14,2	10,2	3º	-4,0	32,1	30,7	1º	-1,4	33,9	33,3	1º	-0,63
Minas Gerais	10,7	9,4	4º	-1,2	11,2	10,3	3º	-0,9	8,3	8,4	3º	0,05
Mato Grosso	5,2	7,5	5º	2,2	1,1	1,5	14º	0,4	1,4	1,6	14º	0,22
Bahia	6,7	6,9	6º	0,2	4,1	4,1	7º	0,1	3,9	4,0	7º	0,10
Goiás	6,5	6,2	7º	-0,3	2,9	3,3	8º	0,3	2,5	2,7	10º	0,17
Pará	5,1	5,6	8º	0,5	3,0	2,9	9º	-0,1	1,8	1,9	12º	0,07
Mato Grosso do Sul	4,5	5,3	9º	0,8	1,0	1,4	15º	0,4	1,1	1,2	16º	0,07
Santa Catarina	5,6	4,8	10º	-0,8	4,7	5,2	6º	0,5	3,5	3,7	8º	0,14
Maranhão	2,8	2,8	11º	0,0	0,8	1,2	16º	0,4	1,3	1,3	15º	-0,02
Amazonas	1,4	2,2	12º	0,8	2,4	2,1	12º	-0,3	1,2	1,1	17º	-0,05
Pernambuco	2,5	2,0	13º	-0,5	2,0	2,3	11º	0,3	2,7	2,7	9º	0,02
Ceará	2,2	2,0	14º	-0,2	1,7	1,9	13º	0,3	2,3	2,3	11º	0,07
Alagoas	1,8	1,9	15º	0,1	0,5	0,6	21º	0,0	0,7	0,8	20º	0,08
Rondônia	1,4	1,7	16º	0,2	0,5	0,5	22º	0,0	0,6	0,6	23º	-0,03
Espírito Santo	1,4	1,5	17º	0,1	3,0	2,7	10º	-0,3	1,8	1,8	13º	-0,06
Tocantins	1,1	1,3	18º	0,2	0,3	0,3	24º	0,0	0,4	0,5	24º	0,07
Rio de Janeiro	1,0	1,2	19º	0,2	12,5	11,3	2º	-1,2	11,8	11,3	2º	-0,52
Piauí	0,7	1,1	20º	0,3	0,4	0,4	23º	0,1	0,7	0,7	21º	0,06
Paraíba	0,9	0,7	21º	-0,1	0,6	0,7	19º	0,1	1,0	1,1	18º	0,03
Sergipe	0,9	0,7	22º	-0,3	0,8	0,7	20º	-0,1	0,7	0,7	22º	-0,02
Rio Grande do Norte	0,7	0,6	23º	-0,1	0,8	0,9	17º	0,1	1,0	1,0	19º	0,00
Acre	0,5	0,5	24º	0,0	0,1	0,1	26º	0,0	0,3	0,3	26º	0,01
Roraima	0,1	0,2	25º	0,1	0,1	0,1	27º	0,0	0,2	0,2	27º	-0,01
Distrito Federal	0,2	0,2	26º	0,0	1,0	0,9	18º	-0,2	5,0	4,7	6º	-0,31
Amapá	0,1	0,1	27º	0,0	0,1	0,1	25º	0,1	0,3	0,3	25º	-0,01

Fonte: SEGPLAN-GO / IMB / Gerência de Contas Regionais e Indicadores.

Elaboração: Instituto Mauro Borges / SEGPLAN-GO.

Gerência de Sistematização e Disseminação de Informações Socioeconômicas - 2017.

Gerência de Sistematização e Disseminação de Informações Socioeconômicas

Equipe Técnica

Eduiges Romanatto (Gerente)

Evelyn de Castro Cruvinel

Sueide Rodrigues de Souza Peixoto

Publicação via web

Vanderson Soares

Arte e capa

Gustavo Crispim Pires Doia

Rejane Moreira da Silva

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

Junho - 2018